

prioridade *capacitação* *tendência* **relatório**
questionário estratégia comunicação
crítica mobilidade ação **de** *intervenção* ideia *teoria* prática
comunidade acadêmica sala **avaliação** *aula* qualidade porcentagem **periódico** *rádio*
divulgação *meio ambiente* sociedade **política** carreira *programa* **inovação**
laboratório cultura permanência **informação** **interatividade** *transparência*
justiça integral **avaliação** *mediação*
Amazônia **igualdade** **avaliação** *conflito* *experiência*
infraestrutura acessibilidade professor aluno *cantina* restaurante *universitário*
biblioteca **relação** interpessoal ensino **aprendizagem** formação contínua patente qualificação
institucional *razão* *emoção*
seleção *instrumentos* **planejamento** processo concurso **inclusão** cotas educação a distância
sustentabilidade **saúde** *mental* **graduação** pós-graduação avanço retrocesso servidor técnico
complexidade experimentação maturidade **utopia** **da** *poder*
administrativo *setor* núcleo pesquisa extensão linguagem perfil **da** *egresso*
direito *dever* **UFT** compromisso **ética** **fortalecimento**
internacionalização **UFT** *expansão* **cidadania** diversidade

2017





**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFT

**RELATÓRIO PARCIAL – ANO BASE 2017
RELATÓRIO INTEGRAL – CICLO 2015-2017**

**Palmas – TO
Março de 2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB/UFT

F981r Fundação Universidade Federal do Tocantins. Sistema de Bibliotecas.
Relatório de avaliação institucional UFT: relatório parcial - ano base 2017 e relatório integral
ciclo 2015-2017. -- Palmas, TO: UFT, Comissão Própria de Avaliação, 2018.
155p.:il.color.

1. Avaliação institucional - Relatório. 2. Ensino superior - Avaliação. 3. Educação superior. I.
Comissão Própria de Avaliação. II. Título.

CDD 378

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou
por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos
do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

Prefeito Universitário

João Batista Martins Teixeira

Procurador Federal

Marcelo Moraes Fonseca

Diretor do Campus de Araguaína

José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro

Diretor do Campus de Arraias

Antonivaldo de Jesus

Diretor do Campus de Gurupi

Gil Rodrigues dos Santos

Diretor do Campus de Miracema

André Luiz Augusto da Silva

Vice-Diretor no exercício da Direção do Campus de Palmas

Marcelo Leineker Costa

Diretor do Campus de Porto Nacional
George França dos Santos

Diretora do Campus de Tocantinópolis
Francisca Rodrigues Lopes

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Presidente e representante docente do Campus de Palmas

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Vice-presidente e representante técnico-administrativo do Campus de Palmas

Rodrigo Gouvêa Rodrigues

Representantes da administração central

Jacinto Pereira dos Santos

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Representantes docentes

Clarete de Itoz – Campus de Araguaína

Francisco Gonçalves Filho – Campus de Miracema

Kátia Rose Oliveira de Pinho – Campus de Porto Nacional

Roosevelt Moldes de Castro – Campus de Arraias

Taciano Peres Ferreira – Campus de Gurupi

Representantes técnico-administrativos

Tullio Teixeira Deusdará – Campus de Gurupi

Maria Barbosa Ribeiro Soares – Campus de Miracema

Representantes discentes

Elvo Araújo de Sousa – Campus de Tocantinópolis

Lucivânia Maria Guimarães – Campus de Araguaína

Lucas Gabriel dos Santos Oliveira – Campus de Porto Nacional

Representante da sociedade civil

Ana Claudia Batista

Representante dos egressos

Rosildo Mendes Evangelista Sobrinho

Revisão de texto: Kátia Rose Oliveira de Pinho e Ana Claudia Batista.

Estagiários da CPA: Bruno Vinícius Cunha de Sá (de janeiro a julho de 2017), Barbara Alves de Freitas (de agosto de 2017 a fevereiro de 2018) e Vanessa Castro (a partir de março de 2018).

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A avaliação institucional no Sinaes	15
1.2	Dados institucionais	16
1.3	O processo avaliativo na UFT	17
1.4	Proposta de autoavaliação da UFT no período 2015-2017	18
1.5	Composição da CPA e o papel das CSAs nos <i>campi</i>	18
2	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	20
2.1	Plano de autoavaliação 2017	20
3	APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES PERTINENTES A CADA EIXO	23
3.1	EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
3.1.1	Processo de planejamento e autoavaliação da UFT – 2017	23
3.1.2	Indicador de Avaliação Institucional	24
3.1.3	Avaliação Institucional EXTERNA	25
3.1.4	Indicadores de avaliação – Conceito Preliminar de Curso (CPC)	26
3.1.5	Indicadores de avaliação – Conceito Enade	28
3.1.6	Apresentação dos Dados da Avaliação Institucional 2017: Eixo 1	58
3.1.7	Relações do Eixo 1 com o PDI	60
3.1.8	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 1	60
3.2	EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	61
3.2.1	Missão, visão e valores da UFT	61
3.2.2	Indicadores da UFT no triênio 2015-2017	61
3.2.3	Indicadores de mobilidade acadêmica	63
3.2.4	Relações do Eixo 2 com o PDI	69
3.2.5	Apresentação dos Dados da Avaliação Institucional 2017: Eixo 2	69
3.2.6	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 2	75
3.3	EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	75
3.3.1	Ensino, pesquisa e extensão na UFT	76
3.3.1.1	A graduação	76
3.3.1.2	Educação a distância (EaD)	78
3.3.1.3	Pesquisa	79
3.3.1.4	Extensão	81
3.3.2	A comunicação com a sociedade	84
3.3.2.1	Diretoria de Comunicação - DICOM	84
3.3.2.2	Ouvidoria	85
3.3.3	Dados da UFT do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)	87
3.3.4	Relações do Eixo 3 com o PDI	95

3.3.5	Apresentação dos Dados do Eixo 3 pela CPA	96
3.3.6	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 3 – 2016/2017	103
3.3.7	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 3	104
3.4	EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	104
3.4.1	Organização e gestão da instituição	104
3.4.2	Políticas de Pessoal	106
3.4.2.1	Política de aperfeiçoamento de pessoal	109
3.4.3	Sustentabilidade financeira	110
3.4.3.1	Orçamento da UFT	110
3.4.4	Apresentação dos Dados do Eixo 4 pela CPA	115
3.4.5	Relação do Eixo 4 com o PDI	117
3.4.6	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 4	118
3.5	EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	118
3.5.1	Infraestrutura e acervo bibliográfico nos <i>campi</i> da UFT	118
3.5.1.1	Campus de Araguaína	123
3.5.1.2	Campus de Arraias	125
3.5.1.3	Campus de Gurupi	126
3.5.1.4	Campus de Miracema	127
3.5.1.5	Campus de Palmas	129
3.5.1.6	Campus de Porto Nacional	131
3.5.1.7	Campus de Tocantinópolis	133
3.5.2	Evolução do investimento em infraestrutura no triênio	134
3.5.3	Apresentação dos Dados do Eixo 5 pela CPA	135
3.5.4	Recomendações da CPA em relação ao Eixo 5	147
4	ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	148
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS – RELATÓRIO 2018 (ANO BASE 2017)	149
6	INDICADORES DAS AÇÕES DO TRIÊNIO 2015-2017	150
6.1	Ações propostas para o Eixo 1: Planejamento e avaliação Institucional	150
6.2	Ações que merecem destaque no Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	152
6.3	Ações que merecem destaque no Eixo 3 – Políticas acadêmicas	153
6.4	Ações que merecem destaque no Eixo 4 – Políticas de Gestão	154
6.5	Ações que merecem destaque no Eixo 5 – Infraestrutura	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de Técnicos por Campus que Participaram do Questionário 2017.	20
Quadro 2: Número de Professores por Campus que Participaram do Questionário 2017.	21
Quadro 3: Número de Alunos por Campus que Participaram do Questionário 2017.	21
Quadro 4: Conceito final da comissão de avaliadores externos.	25
Quadro 5: CPCs dos cursos de graduação da UFT.	26
Quadro 6: Conceitos Enade dos cursos de graduação UFT.	28
Quadro 7: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Araguaína.	31
Quadro 8: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Arraias.	38
Quadro 9: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Gurupi.	39
Quadro 10: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Miracema.	42
Quadro 11: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Palmas.	44
Quadro 12: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Porto Nacional.	51
Quadro 13: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Tocantinópolis.	57
Quadro 14: Indicadores do Triênio 2015-2017.	62
Quadro 15: Convênios Internacionais da UFT (2013-2017).	63
Quadro 16: Estudantes estrangeiros na UFT.	63
Quadro 17: Programas Internacionais – triênio 2015-2017.	69

Quadro 18: Relação dos cursos presenciais por campus – Período 2015-2017.	76
Quadro 19: Relação dos cursos <i>lato</i> e <i>stricto</i> sensu por campus.	77
Quadro 20: Polos e cursos EaD administrados pela UFT.	78
Quadro 21: Grupos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da UFT.	80
Quadro 22: Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.	80
Quadro 23: Trabalhos por área do conhecimento apresentados no Seminário de Iniciação Científica da UFT.	80
Quadro 24: Total de bolsistas por PIBIC/CNPq e PIBIC/UFT.	81
Quadro 25: Bolsa produtividade em pesquisa UFT.	81
Quadro 26: Modalidade de ações de extensão e cultura por quantidade.	82
Quadro 27: Bolsas de extensão por programas de extensão.	82
Quadro 28: Demonstrativo do programa de concessão de auxílios concedidos no período 2015 a 2017.	82
Quadro 29: Modalidades do Programa Auxílio Permanência na UFT.	83
Quadro 30: Programa Auxílio Alimentação – quantidade de refeições servidas.	83
Quadro 31: Programa Auxílio Alimentação: nível e quantidade de estudantes atendidos.	84
Quadro 32: Programas Auxílio Saúde e Auxílio Moradia.	84
Quadro 33: Resumos das Ações por Eixo da Dicom/2017.	85
Quadro 34: Demandas da Ouvidoria 2017.	86
Quadro 35: Lista das notas de corte SISU 2015 na UFT.	87

Quadro 36: Lista das notas de corte Sisu 2016 na UFT.	90
Quadro 37: Dados Sisu 2017.	94
Quadro 38: Evolução do quadro docente 2009-2016.	106
Quadro 39: Titulação e lotação docente.	107
Quadro 40: Jornada de trabalho docente, 2017.	107
Quadro 41: Evolução do quadro técnico-administrativo 2009-2016.	108
Quadro 42: Quadro técnico-administrativo por titulação e por lotação, dezembro de 2016.	108
Quadro 43: Jornada de trabalho do quadro técnico-administrativo, dezembro de 2016.	109
Quadro 44: Política de captação e alocação de recursos.	110
Quadro 45: Detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por grupo de natureza da despesa.	113
Quadro 46: Detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por fonte.	113
Quadro 47: Orçamento de livre ordenação alocado por Campus da UFT.	114
Quadro 48: Estrutura física existente nos <i>campi</i> em 2017.	118
Quadro 49: Laboratórios existentes em 2015, descritos por Campus.	119
Quadro 50: Acervo geral, Campus Araguaína - Unidade Cimba.	123
Quadro 51: Descrição das edificações do Campus de Araguaína com área construída.	123
Quadro 52: Acervo geral – EMVZ, Campus de Araguaína.	124
Quadro 53: Descrição das edificações do Campus de Araguaína com área construída.	125

Quadro 54: Acervo geral – Campus de Arraias.	126
Quadro 55: Descrição das edificações do Campus de Gurupi com área construída.	126
Quadro 56: Acervo geral, Campus de Gurupi.	127
Quadro 57: Descrição das edificações do Campus de Miracema com área construída.	128
Quadro 58: Acervo geral – Campus de Miracema.	128
Quadro 59: Descrição das edificações do Campus de Palmas com área construída.	129
Quadro 60: Acervo geral, Campus de Palmas.	131
Quadro 61: Descrição das edificações do Campus de Porto Nacional com área construída.	131
Quadro 62: Acervo Geral, Campus de Porto Nacional.	132
Quadro 63: Descrição das edificações do Campus de Tocantinópolis com área construída.	133
Quadro 64: Acervo geral, Campus de Tocantinópolis.	133
Quadro 65: Evolução do investimento em infraestrutura por campus – UFT (R\$).	135
Quadro 66: Evolução da estrutura física por campus – UFT (m ²).	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Eixos abrangendo as 10 dimensões do Sinaes.	15
Figura 2: Mapa do Estado do Tocantins destacando as cidades onde a UFT possui campus.	17
Figura 3: Etapas do processo de avaliação institucional (metodologia).	22
Figura 4: <i>Slogan</i> da CPA: “Você avalia, a UFT melhora!”.	23
Figura 5: Eixos de Atuação da DICOM.	85
Figura 6: Organograma da UFT.	105
Figura 7: Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017.	112
Figura 8: Codificação do PDI.	114
Figura 9: Investimentos em obras, equipamentos e mobiliário no triênio.	134
Figura 10: Participação da Comunidade Universidade por Ano de Avaliação	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Questão 1.1 - Os resultados da avaliação interna CPA (Comissão Própria de Avaliação) são utilizados no planejamento acadêmico e de gestão institucional.	58
Gráfico 2: Há divulgação dos relatórios de auto avaliação institucional no sítio da UFT e impressa.	58
Gráfico 3: A atuação da CPA/ UFT contribui para os resultados das avaliações institucionais externas.	59
Gráfico 4: A realização dos seminários de avaliação institucional ou seminário setorial promovido no Campus discute os resultados da autoavaliação institucional.	59
Gráfico 5: Os resultados da autoavaliação institucional influencia na qualidade na prestação dos serviços institucionais.	60
Gráfico 6: As ações praticadas pela gestão da UFT (Reitoria, Pró reitorias, Diretorias e Coordenações) estão de acordo com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).	70
Gráfico 7: As atividades de ensino de graduação e pós-graduação na UFT são coerentes com o PDI.	71
Gráfico 8: As práticas de extensão na UFT são coerentes com o PDI.	71
Gráfico 9: As atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na UFT são coerentes com o PDI.	72
Gráfico 10: As ações institucionais voltadas para o desenvolvimento social e econômico na UFT são coerentes com o PDI.	73
Gráfico 11: As atividades de responsabilidade social (inclusão social) na UFT são coerentes com o PDI.	73
Gráfico 12: As ações afirmativas defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial na UFT são coerentes com o PDI.	74
Gráfico 13: As atividades de internacionalização na UFT estão coerentes com o PDI.	74

Gráfico 14: Pergunta: 3-1: As ações acadêmicas administrativas para os cursos de graduação na UFT estão de acordo com as políticas de ensino institucionais.	96
Gráfico 15: As ações acadêmicas administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na UFT estão de acordo com as políticas institucionais.	97
Gráfico 16: As ações acadêmico-administrativas para a extensão na UFT estão de acordo com as políticas institucionais.	97
Gráfico 17: As ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas (científica, didático- pedagógica, tecnológica, artística e cultural da UFT) estão de acordo com as políticas institucionais.	98
Gráfico 18: A UFT se comunica com a comunidade externa.	98
Gráfico 19: A UFT se comunica com a comunidade interna.	99
Gráfico 20: A UFT desenvolve programas de apoio aos estudantes.	99
Gráfico 21: A UFT desenvolve programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	100
Gráfico 22: A UFT desenvolve políticas e ações de acompanhamento dos egressos.	101
Gráfico 23: O egresso da UFT atua no mercado de trabalho de acordo com sua área de formação.	101
Gráfico 24: Existe coerência entre metas da UFT e as ações que são desenvolvidas para a inovação tecnológica e propriedade intelectual.	102
Gráfico 25: As políticas de formação e capacitação atendem ao anseio docente.	115
Gráfico 26: As políticas de formação e capacitação atendem ao anseio corpo técnico administrativo.	116
Gráfico 27: A instituição desenvolve atividades junto com a comunidade acadêmica para o aprimoramento do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e do Portal do Aluno e do Professor.	116
Gráfico 28: O planejamento financeiro (orçamento) está relacionado com a gestão	117

institucional.

Gráfico 29: Questão 5-1 As instalações de salas de aula da UFT têm estrutura adequada.	136
Gráfico 30: Questão 5-2 Os laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais, e de prestação de serviços) da UFT têm estrutura adequada para seus fins.	137
Gráfico 31: Questão 5-3 A Biblioteca do seu Campus atende a sua finalidade.	139
Gráfico 32: Questão 5.4 As cantinas e/ou RU (Restaurante Universitário) no seu Campus atendem a comunidade acadêmica.	140
Gráfico 33: Questão 5.5 As instalações sanitárias de seu Campus são acessíveis e adequadas aos seus usuários.	142
Gráfico 34: Questão 5.6 Os espaços para o atendimento/orientação aos alunos no seu Campus são adequados.	143
Gráfico 35: Questão 5.7 Os espaços de convivência e área de lazer atendem a comunidade acadêmica.	144
Gráfico 36: Questão 5.8 Os laboratórios de informática e os recursos de tecnologias de informação e comunicação no seu Campus tem infraestrutura adequada	146

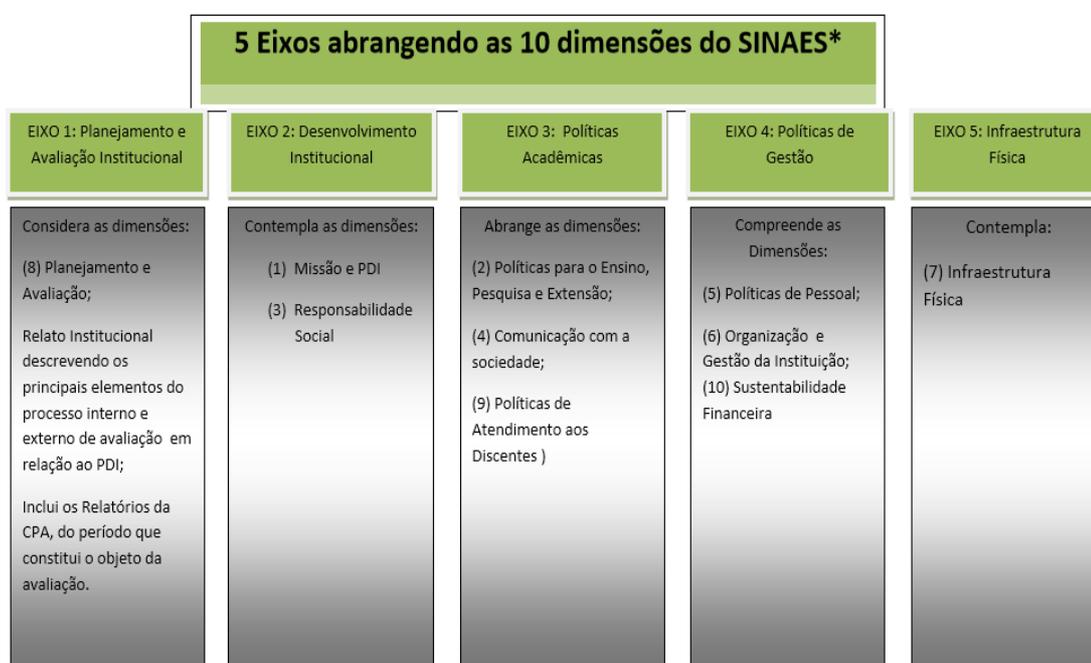
1 INTRODUÇÃO

O presente relatório compõe-se de duas partes: uma que corresponde à avaliação de 2017, e a outra relativa ao fechamento do triênio que abrange o período de 2015-2017, aprovado na 147ª reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA), realizada nos dias 19 e 20 de março de 2018, no Campus de Palmas. Inicialmente, apresenta-se breve histórico dos processos avaliativos da UFT presente no projeto de autoavaliação (2016-2020), que rege a concepção de avaliação atual. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada para 2017, bem como os resultados organizados de acordo com os cinco eixos que agrupam as dez dimensões do Sinaes, conforme previsto na Nota Técnica Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Nº 65, publicada em 14 de outubro de 2014.

1.1 A avaliação institucional no Sinaes

A avaliação propõe um sistema integrado de gestão com base em indicadores de resultados. Assim sendo, contribui para maior articulação entre ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo avanços no modelo de gestão e avaliação institucional. O planejamento adotado pela UFT trabalha os eixos referenciais instituídos no Sinaes, que abrangem 10 dimensões de avaliação, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Eixos abrangendo as 10 dimensões do Sinaes.



Fonte: Extraído da Nota Técnica n. 14/2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC.

A UFT se estrutura para fortalecer as áreas de planejamento, gestão e avaliação institucional. A CPA instituiu para 2017 o processo metodológico de avaliação a partir de questionário eletrônico e da coleta de dados junto aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), iniciada em 2016, relacionando esses dados com as avaliações externas anteriores, tais como avaliação *in loco* e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

1.2 Dados institucionais

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT), instituída pela Lei Federal nº. 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação, destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em consonância com a legislação vigente.

*Sua **missão** é formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2014-2022); sua **visão** é ser reconhecida nacionalmente até 2022 pela excelência no ensino, pesquisa e extensão (idem); seus **valores**: respeito à vida e à diversidade; transparência; comprometimento com a qualidade; criatividade e inovação; responsabilidade social; e equidade.*

Por fim, os grandes **pilares estratégicos** da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016) são: *atuação sistêmica; articulação com a sociedade; aprimoramento da gestão; valorização humana.*

A UFT possui estrutura multicampi, com sete campi localizados em regiões estratégicas do estado (Figura 2), que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses campi, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam as populações local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno formação integral. Considerando a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Figura 2: Mapa do Estado do Tocantins destacando as cidades onde a UFT possui campus.



Fonte: Disponível em www.uft.edu.br. Acesso em 27 fev 2018.

1.3 O processo avaliativo na UFT

O Projeto de Avaliação Institucional 2016-2020 objetiva dar continuidade ao processo de autoavaliação da UFT de acordo com o Sinaes, que preceitua a avaliação democrática, participativa e formativa. Nessa perspectiva, a autoavaliação institucional é definida como processo que compreende participação social, reconhecimento da pluralidade de concepções de procedimentos avaliativos e discussão dos significados políticos.

A observância desses princípios requer que a comunidade acadêmica conheça o projeto de autoavaliação e colabore com a discussão sobre as dificuldades e potencialidades surgidas nos caminhos de expansão e consolidação da universidade. Assim, o processo avaliativo deve representar ação de grande relevância na gestão de uma Instituição de Ensino Superior (IES), pois, de posse dos dados advindos das avaliações, a instituição pode planejar ações para elevar a qualidade do conjunto de suas atividades, determinar valores e explicar resultados.

A busca da qualidade perpassa toda a história da instituição, exigindo investimentos constantes, processos de gestão voltados para o planejamento, qualificação docente e técnico-administrativa. O propósito de aprimoramento das ações da gestão determina a valorização de processos avaliativos que apontem situações a serem superadas e aspectos positivos a serem reforçados, sejam eles internos ou externos.

Em 2015, as ações do processo de avaliação se restringiam a discussões grupais de dados oriundos de levantamentos feitos por diferentes unidades/colegiados de caráter

administrativo-pedagógico. Em 2017, com exceção das reuniões descentralizadas da CPA nos campi, adotou-se a mesma metodologia de 2016, que visava a implementação da cultura institucional de avaliação por meio da promoção de seminários e discussão da avaliação e sua importância. O processo avaliativo passou a ser discutido com os professores, principalmente os membros dos NDEs, além de representantes da Proap, Prograd e Direção de Campus. Os resultados desse processo também orientam as reformulações dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

1.4 Proposta de autoavaliação da UFT no período 2015-2017

Atendendo à orientação da Norma Técnica INEP/DAES/CONAES n. 65/2014, a proposta de autoavaliação da UFT para o triênio 2015-2016-2017 adota as seguintes estratégias:

- ✓ Fomentar a cultura de avaliação na universidade;
- ✓ Sensibilizar os setores da universidade para a importância da avaliação institucional;
- ✓ Acompanhar as avaliações dos cursos junto com a Prograd e as coordenações de cursos;
- ✓ Aplicar anualmente questionários de avaliação aos três segmentos que compõem a instituição: docente, discente e técnico-administrativo, priorizando algumas das dimensões do Sinaes;
- ✓ Apresentar relatório anual tendo como referência o PDI e o PPI, atendendo às exigências do INEP.

A concepção adotada pela CPA da UFT é a reflexão e sistematização permanente e continuada sobre os procedimentos avaliativos com propósito de criar uma avaliação emancipatória, na perspectiva de (a)firmar a missão e os valores da universidade. Desse modo, possibilita um olhar sobre os dados internos e externos tendendo a um processo de autocrítica da realidade para a melhoria de suas ações, por meio da participação da comunidade acadêmica.

1.5 Composição da CPA e o papel das CSAs nos campi

A CPA é integrada por representantes da comunidade acadêmica (corpos discente, docente e técnicos administrativos); da administração, de egressos e da sociedade civil, conforme documentos de formalização de designação dos membros abaixo elencados: Boletim Interno – Edição N°193, página 3, Portaria Institucional n° 2.560, de 26 de dezembro de 2017:

Presidente *pro-tempore* da Comissão Própria de Avaliação – CPA: Mariela Cristina Ayres de Oliveira.

Boletim interno n° 142, seção 2, pág. 1, Portaria Institucional n. 1.370, de 07 de abril de 2017:

- ✓ **Representação docente:** Clarete de Itoz *representante docente do Campus de Araguaína*; Roosevelt Moldes de Castro, *do Campus de Arraias*; Francisco Gonçalves Filho, *do Campus de Miracema*; Mariela Cristina Ayres de Oliveira, *Campus de Palmas*; Kátia Rose Oliveira de Pinho, *do Campus de Porto Nacional*; Taciano Peres Ferreira, *do Campus de Gurupi*.

- ✓ **Representação da administração geral:** Jacinto Pereira dos Santos e Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte.
- ✓ **Representação técnico-administrativa:** Rodrigo Gouvêa Rodrigues, *Vice-presidente*; Maria Barbosa Ribeiro Soares, *do Campus de Miracema*. Túllio Deusdará, *Campus de Gurupi*
- ✓ **Representação discente:** Lucas Gabriel dos Santos Oliveira, *do Campus de Porto Nacional*; Lucivânia Maria Guimarães, *do Campus de Araguaína*; Elvo Araújo de Sousa, *do Campus de Tocantinópolis*.
- ✓ **Representação da sociedade civil:** Ana Claudia Batista
- ✓ **Representante dos egressos:** Rosildo Mendes Evangelista Sobrinho

As Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) são responsáveis pela avaliação institucional de cada campus. As CSAs são compostas por representantes docentes, representantes discentes de cada curso e representantes técnico-administrativos. Os presidentes das CSAs são os representantes dos campi na CPA; o presidente e o vice-presidente das comissões são eleitos entre os representantes das categorias docente e técnico-administrativa.

A CSA do Campus de Araguaína, designada pelo ATO DA DIREÇÃO Nº 001, DE 30 DE JANEIRO DE 2017 é constituída pelos seguintes membros: Clarete de Itoz, Presidente, João de Deus Leite, Gerson Fausto Silva, Rogério Corte Sassonia, Tatiane Marinho Vieira Tavares, Gilberto Soares da Silva, Mariana Ribeiro de Matos, Gabriel Henrique Macedo de Araújo, Lucivânia Maria Guimarães, José Hugo de Oliveira Filho, Susie Fernandes Santos Silva e Itamar Araújo de Moraes.

A CSA do Campus de Arraias, designada pelo ATO DE DIREÇÃO Nº023, DE 04 DE AGOSTO DE 2017 é constituída pelos seguintes membros: Roosevelt Moldes de Castro, Presidente, Ana Roseli Paes dos Santos, Chera Rosane Leles de Bessa, Taylla Cristine Barbosa Santos Gonçalves e Hanna Xavier dos Santos Martinelli.

A CSA do Campus de Gurupi, designada pelo ATO DA DIREÇÃO Nº 008, DE 31 DE MARÇO DE 2017 constituída pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro: Representantes docentes: Taciano Peres Ferreira; André Felipe da Silva; Fernando Machado Haesbaert e Juliana Barilli; Representante técnico administrativo: TúllioTeixeira Deusdará; Representantes discentes: Alex Sandro Dario e Josevan Barbosa de Souza e Representante da sociedade civil organizada: Maria Conceição Alves Soares.

A CSA do Campus de Miracema designada pelo ATO DA DIREÇÃO Nº 42, DE 03 DE JUNHO DE 2016 constituída pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro: Representantes docentes: Francisco Gonçalves Filho; Ana Cristina Serafim, Sabrina Celestino, Maria Barbosa Ribeiro Soares, Deusirene Araujo Neves e Lilliane Alves Bezerra.

A CSA do Campus de Palmas designada pelo ATO DE DIREÇÃO Nº012, DE 04 DE MAIO DE 2017 é constituída pelos seguintes membros: Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Presidente, Leidiene Ferreira Santos, Ary Henrique Moraes de Oliveira e servidoras técnico-administrativas Jessica Porto Costa, Daniela Cardozo Barros e acadêmico Igor Mateus Gonçalves e David Andrade de Sá.

A CSA do Campus de Porto Nacional, designada pelo ATO DE DIREÇÃO Nº 31 DE 18 DE AGOSTO DE 2016, constituída pelos seguintes membros Kátia Rose Oliveira de Pinho, Presidente; Juliana Ricarte Ferraro, Nathanni Marrelli Matos Mauricio, Mara Celma Aquino Nunes, Lucas Gabriel dos Santos Oliveira, Lucas Bezerra Furtado, Natália Cristina, Rubenilson Pereira de Araújo, Aparecido Osdimir Bertolin e Fernando Furquim de Camargo.

2 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este relatório possui caráter parcial (2017) e final (triênio 2015-2017). A Avaliação será apresentada em duas partes: a primeira referente ao ano de 2017, com caráter parcial e a segunda parte que contempla as avaliações dos anos de 2015, 2016 e 2017, encerrando o segundo ciclo avaliativo da UFT. Para sua elaboração, foram utilizados dados fornecidos pelas seguintes instâncias institucionais: NDEs, Pró-Reitorias, Direções de Campus, Prefeitura Universitária e Comunidade Acadêmica.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram os seguintes: planilha baseada nos instrumentos de avaliação externa para os NDEs; às pró-reitorias, via e-mail, um conjunto de informações institucionais; às direções, por meio de memorando, dados específicos do Campus; para a Prefeitura Universitária, via e-mail, informações estruturais; e à comunidade acadêmica, aplicação de questionário. Os dados foram compilados e organizados em gráficos e tabelas.

2.1 Plano de autoavaliação 2017

O objetivo geral da avaliação institucional, conforme projeto 2016-2020, é desenvolver um processo permanente de avaliação institucional na UFT a fim de compreender o significado e os resultados da atuação da universidade, subsidiando ações que aprimorem as políticas institucionais.

Em 2017, a CPA realizou a avaliação e o relatório. O questionário de avaliação esteve disponível no sítio da universidade de 15 de novembro até 15 de dezembro de 2017, haja vista a decisão da CPA. No processo avaliativo em 2017, responderam ao questionário 1.740 indivíduos da comunidade acadêmica, dos quais 540 docentes (31,5%), 891 discentes (51,2%) e 309 técnicos administrativos (17,8 %). Participaram, portanto, da avaliação 8,8% da comunidade acadêmica, num universo populacional de 1.045 professores, 846 técnicos e 21.438 alunos-

Dividindo a amostra por campus e representações, conforme os quadros 1, 2 e 3 pode-se perceber que a participação de técnicos (846, equivalendo a 36% do total) e professores (1.045, correspondendo a 52%) é mais significativa do que a dos estudantes, posto que o universo discente é constituído de 21.438 alunos e apenas 4% responderam ao questionário. As tabelas abaixo (quadros 1, 2 e 3) mostram o conteúdo amostral por campus e categoria, como forma de incentivar a participação da comunidade acadêmica a responder o questionário.

Quadro 1: Número de Técnicos por campus que Participaram do Questionário 2017.

Campus	Técnicos	Participaram do questionário	% da participação por campus	% avaliação total
Araguaína	130	46	35,38%	2,644%
Arraias	37	8	21,62%	0,460%
Gurupi	70	29	41,43%	1,667%

Miracema	30	15	50,00%	0,862%
Palmas	185	80	43,24%	4,598%
Porto Nacional	59	30	50,85%	1,724%
Tocantinópolis	33	10	30,30%	0,575%
Reitoria	310	91	29,35%	5,230%

Fonte: Relatório CPA, 2018.

Quadro 2: Número de Professores por campus que Participaram do Questionário 2017.

Campus	Professores	Participaram do questionário	% da participação por campus	% avaliação total
Araguaína	215	110	51,16%	6,322%
Arraias	60	29	48,33%	1,667%
Gurupi	89	48	53,93%	2,759%
Miracema	49	28	57,14%	1,609%
Palmas	445	223	50,11%	12,816%
Porto Nacional	120	70	58,33%	4,023%
Tocantinópolis	51	24	47,06%	1,379%
Reitoria	2			0,460%

Fonte: Relatório CPA, 2018.

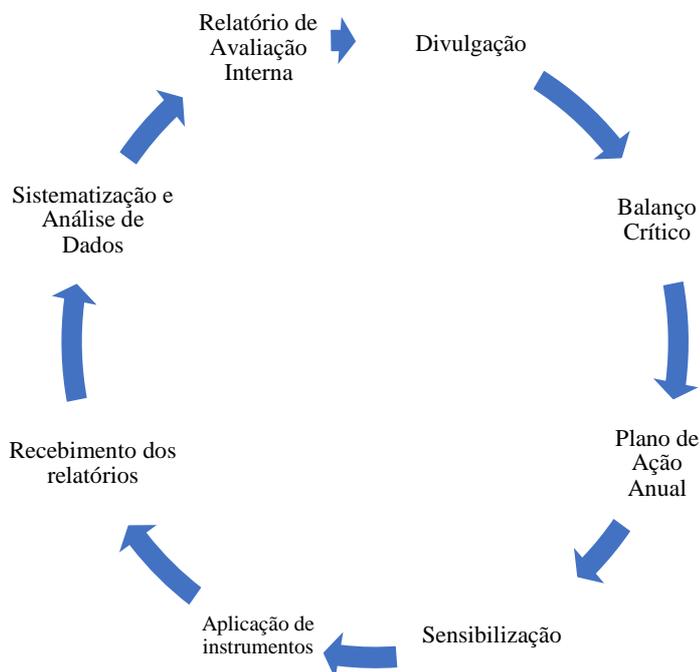
Quadro 3: Número de Alunos por campus que Participaram do Questionário 2017.

Campus	Participaram do questionário	% avaliação total
Araguaína	182	10,460%
Arraias	38	2,184%
Gurupi	85	4,885%
Miracema	69	3,966%
Palmas	413	23,736%
Porto Nacional	76	4,368%
Tocantinópolis	28	1,609%

Fonte: Relatório CPA, 2018.

Em 2017 a CPA, juntamente com as CSAs, empreenderam ações para alcançar números mais elevados, reforçando e incentivando a participação via mídias sociais e e-mails à comunidade acadêmica. A organização do processo de avaliação interna prevê diferentes etapas, conforme figura 3, dispostas no projeto de avaliação institucional 2016-2020.

Figura 3: Etapas do processo de avaliação institucional (metodologia).



Fonte: Projeto de Avaliação Institucional 2016-2020.

A obtenção, tabulação e análise dos dados da comunidade acadêmica ocorreu por meio da aplicação de questionários previamente estruturados, disponibilizados pelo sítio da instituição, através da campanha “Você Avalia, a UFT melhora”.

Desse processo resulta o Relatório Anual de Avaliação Interna, em que a CPA/UFT possui o papel fundamental de levar adiante os procedimentos internos de avaliação e prestar contas, não somente ao Ministério da Educação, mas à toda comunidade acadêmica, tornando essas informações públicas e desafiando as diferentes instâncias da vida institucional a refletir sobre o seu significado e sua contribuição para o desenvolvimento da universidade.

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação oportuniza a apresentação e a discussão pública dos resultados alcançados. Para tanto, são utilizados diversos meios, como apresentação dos dados nas reuniões dos conselhos superiores (Conselho Universitário – Consuni; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe e Conselhos Diretores dos Campus), documentos eletrônicos informativos, seminários de avaliação institucional e disponibilização na página da CPA.

A divulgação do relatório de avaliação interna junto à comunidade acadêmica local será realizada pelas CSAs. Após a divulgação do relatório de autoavaliação, a CPA realizará o balanço crítico, considerando as contribuições realizadas pela comunidade acadêmica ao processo de avaliação institucional.

3 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES PERTINENTES A CADA EIXO

3.1 EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O objetivo deste eixo, que contempla a Dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes, é a descrição dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI.

3.1.1 Processo de planejamento e autoavaliação da UFT – 2017

O processo de autoavaliação institucional referente a 2017 teve início na reunião da CPA realizada no Campus de Porto Nacional, em junho de 2017, na qual se discutiu metodologia e diretrizes para o processo avaliativo na UFT com base no projeto de avaliação institucional (2016-2020), que prevê a autoavaliação de acordo com os cinco eixos do Sinaes.

Em reunião do dia 22 de outubro de 2017, foi decidido que a proposta do questionário *on line* de avaliação institucional 2017 seguiria o mesmo padrão de 2016, para tornar possível a construção do relatório do triênio 2015-2017, em observância à Norma Técnica 65 e a Portaria nº. 92/2014. Entretanto, cabe sublinhar que foram adotadas mudanças nas alternativas – ampliando de quatro para cinco possibilidades de respostas – além da adoção do padrão de resposta “muito bom”.

A CPA aprovou o *slogan* “Você avalia, a universidade melhora”, a partir do qual foi sugerido que o referido setor criasse um *slogan* permanente, como forma de divulgação da imagem da Comissão junto à comunidade acadêmica. Em parceria com a Diretoria de Comunicação - DICOM, foi criado o logotipo da Figura 4 abaixo, destacando-se uma pequena alteração no *slogan* em relação à proposta original, qual seja, a substituição da palavra “universidade” por “UFT”.

Figura 4: Slogan da CPA: “Você avalia, a UFT melhora!”.



Fonte: CPA, 2018.

As respostas obtidas na avaliação foram, de modo geral, positivas (suficiente) em coerência com as ações propostas pelo PDI. Contudo, a CPA observa que se deve trabalhar para o aumento da satisfação da comunidade acadêmica. No que se refere a 2017, houve um aumento significativo da participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional. Foram coletadas 1.740 respostas por meio de formulário online disponibilizado no período de 15 de novembro a 15 de dezembro contra 806 respostas da avaliação do ano anterior, sendo assim distribuída: 51,3% de alunos, 31% de docentes e 17,7% de técnicos-administrativos.

No que diz respeito aos dados das avaliações interna (dados coletados junto aos NDEs) e externa (dados coletados junto aos relatórios do Enade e da avaliação *in loco*), é necessário promover ações urgentes e concretas, de curto e médio prazos, para promover a estruturação e melhoria da qualidade de oferta dos cursos de graduação, isto é, adequação da prática acadêmico-administrativa com a missão e o PDI, responsabilidade social, a ainda, comunicação interna e externa.

3.1.2 Indicador de Avaliação Institucional

De acordo com a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, art. 33-B, os indicadores de qualidade são obtidos com base no Enade e em demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela Conaes e atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Os resultados dividem-se em três frentes:

- Cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008;
- Instituições de Educação Superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008;
- Desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Enade.

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

- Média dos CPCs do último triênio, relativo aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
- Média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;
- Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação *stricto sensu*.

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade. O Ciclo Avaliativo do Enade foi definido pelo art. 33. da Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010. O Ciclo compreende a avaliação periódica dos cursos de graduação, com referência nos resultados

trienais de desempenho de estudantes. Esses dados subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento da IES, e ainda, para nortear políticas de expansão e financiamento da Educação Superior.

As áreas e eixos tecnológicos de cada ano do ciclo são os seguintes:

Áreas – Bacharelados e Licenciaturas;

Ano I – Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins (2016);

Ano II – Ciências Exatas, Licenciaturas e áreas afins (2017);

Ano III – Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins (2018).

Eixos Tecnológicos:

Ano I – Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança (2016);

Ano II – Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial (2017);

Ano III – Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design (2018).

3.1.3 Avaliação Institucional EXTERNA

A Comissão designada pelo Ofício Circular para realizar a avaliação nº 118010, processo nº 200903081, foi integrada pelos Professores Francisco Artur Braun Chaves (coordenador), Angelo Luiz Cortelazzo e Erineu Wonibaldo Schwingel, recebeu a incumbência de realizar avaliação *in loco* para fins de “Recredenciamento – Instrumento de Avaliação Institucional para Protocolo de Compromisso”, da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Campus de Palmas, em Palmas-TO. A visita foi realizada no campus de Palmas, no período de 7 a 11 de maio de 2017.

No ato da visita a UFT tinha Índice Geral de Cursos (IGC) = 3 (2015). Após a visita a universidade foi avaliada em dez categorias, conforme quadro 4, resultando no Conceito final 4.

Quadro 4: Conceito final da comissão de avaliadores externos.

Dimensão	Categoria	Conceito
1	A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	5
2	A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	4
3	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	4
4	A comunicação com a sociedade	3
5	As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo	4

	técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	
6	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	4
7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	3
8	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional	4
9	Políticas de atendimento aos discentes.	4
10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	3
	Conceito final	4

Fonte: Relatório e-MEC, 2017.

3.1.4 Indicadores de avaliação – Conceito Preliminar de Curso (CPC)

Os indicadores de qualidade são expressos em escala contínua e em cinco níveis, nos quais os coeficientes iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Eles servem como orientadores das avaliações *in loco* para o ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira. Os indicadores externos de avaliação da graduação da UFT são representados pelos conceitos do Enade e Conceito Preliminar de Curso (CPC) e constam nos quadros 5 e 6.

Quadro 5: CPCs dos cursos de graduação da UFT.

CÂMPUS	CURSOS	ANO							
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ARAGUAINA	Biologia			3			4		
	Biologia EaD								
	Física						3		
	Geografia			3			3		
	História (Bacharelado)			4			4		
	História (Licenciatura)			3			3		
	Letras – Língua Portuguesa						3		
	Letras - Língua Inglesa (Licenc.)			4			3		
	Matemática			4			3		
	Medicina Veterinária	4				3			3
	Química						4		
	Tecnologia em Gestão de Cooperativas								
	Tecnologia em Gestão de Turismo								
	Tecnologia em Logística				4			3	
	Zootecnia		3			3			4
Medicina									
ARRAIAS	Administração Pública EaD								
	Matemática			3			3		
	Educação do Campo								

	Pedagogia			3			3		
	Turismo								
GURUPI	Agronomia		4			4			4
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia						3		
	Engenharia Florestal						3		
	Química Ambiental								
	Química EaD								
MIRACEMA	Educação Física								
	Pedagogia			3					
	Psicologia								
	Serviço Social					4			3
PALMAS	Administração	3			3			3	
	Arquitetura e Urbanismo			3		3			
	Ciências Contábeis	3			2			3	
	Ciência da Computação			3			3		
	Ciências Econômicas	3			4			3	
	Comunicação Social	3				4		3	
	Direito	3			4			3	
	Enfermagem					3			3
	Engenharia Ambiental			4			3		
	Engenharia Civil						2		
	Engenharia de Alimentos			3			3		
	Engenharia Elétrica								
	Medicina					3			3
	Nutrição					3			3
	Serviço social								
	Filosofia						3		
	Física EaD								
	Pedagogia			2				3	
	Teatro								
PORTO NACIONAL	Ciências Biológicas (Bacharelado)			3			4		
	Ciências Biológicas (Licenc.)						3		
	Ciências Sociais (Bacharelado)						3		
	Geografia (Bacharelado)			3			3		
	Geografia (Licenciatura)			3			3		
	História (Licenciatura)						3		
	Letras – Língua Portuguesa			3					
	Letras - Língua Inglesa (Licenc.)								
	Letras - Libras (Licenciatura)								
	Relações Internacionais								
TOCANTINÓPOLIS	Ciências Sociais (Licenciatura)		4						
	Educação do Campo (Licenc.)								
	Educação Física (Licenciatura)								
	Pedagogia (Licenciatura).						3		

Fonte: INEP, 2018.

O quadro acima demonstra os índices históricos dos CPCs dos cursos de graduação da UFT no período 2009 a 2015. Os cursos que tiveram o CPC de 2015 menor em relação ao anterior são: Tecnologia em Logística, Ciências Econômicas, Comunicação Social e Direito. Todos esses cursos, cujo conceito anterior era quatro (4) passaram para três (3). O curso de Ciências Contábeis passou do conceito dois (2) para três (3) e o curso de Administração manteve o conceito três (3). Tal processo requer uma reflexão e estudo no sentido de auxiliar a melhoria constante deste indicador.

Os resultados do Conceito Preliminar de Curso referentes ao ano de 2016 apresentam aspectos positivos, uma vez que, considerando os sete *campi*, sete cursos fizeram o Enade, a saber, Medicina Veterinária e Zootecnia (Campus de Araguaína), Agronomia (Campus de Gurupi), Serviço Social (Campus de Miracema), Enfermagem, Medicina e Nutrição (Campus

de Palmas). No Campus de Araguaína, Zootecnia obteve conceito 4; em Gurupi, o conceito se manteve, assim como no Campus de Palmas. Em relação ao ano de 2017, os resultados do CPC ainda não foram publicizados.

3.1.5 Indicadores de avaliação – Conceito Enade

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O exame é obrigatório e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento. O quadro 6 mostra os conceitos dos cursos da UFT desde 2009.

Quadro 6: Conceitos Enade dos cursos de graduação UFT.

CÂMPUS	CURSOS	ATO REGULATÓRIO	ANO						
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ARAGUAÍNA	Biologia	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 301/2012					3		
	Biologia EaD	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 177/2013		3			2		
	Física	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 307/2012					2		
	Geografia	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 1.366/1992		3			2		
	História (Bacharelado)	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 516/2013					1		
	História (Licenciatura)	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 1.472/1992		3			2		
	Letras – Língua Portuguesa	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 302/2012		2			2		
	Letras – Inglês (Licenciatura)	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 308/2014							SC
	Matemática	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 306/2012		4			2		
	Medicina Veterinária	Reconhecimento Decreto n.º. 681/1998	3			3			3
	Química	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 216/2012					3		
	Tecnologia em de Gestão de Cooperativas	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 431/2011							SC
	Tecnologia em Gestão de Turismo	Reconhecimento Port. MEC n.º. 39/2012							SC
	Tecnologia em Logística	Reconhecimento Portaria MEC n.º. 38/2012							SC
	Zootecnia	Reconhecimento Decreto n.º. 1.773/2003	3			3			2
	Medicina	Autorização Portaria MEC n.º. 369/2015							SC
ARRAIAS	Administração Pública EaD	Autorização Resolução Consumi n.º. 09/2017							SC
	Matemática	Reconhecimento Decreto n.º. 788/1999		2			2		
	Educação do Campo – Linguagens e Códigos (Artes e Música)	Criação Portaria n.º. 10/2013							SC

	Pedagogia	Reconhecimento Portaria MEC n°. 432/2017					2		
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	Reconhecimento Portaria MEC n°. 1.339/2017							SC
GURUPI	Agronomia	Reconhecimento Decreto n°. 632/1998	4			3			3
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Reconhecimento Portaria MEC n°. 365/2014					3		
	Engenharia Florestal	Reconhecimento Portaria MEC n°. 60/2014		3			3		
	Química Ambiental	Reconhecimento Portaria MEC n°. 589/2014					2		
	Química EaD	Reconhecimento Portaria MEC n°. 73/2015					2		
MIRACEMA	Educação Física	Criação Resolução Consuni Portaria n°. 15/2013							SC
	Pedagogia	Reconhecimento Decreto n°. 1.814/2003		2			2		
	Psicologia	Autorização Portaria MEC n°. 1/2016							SC
	Serviço Social	Reconhecimento Portaria MEC n°. 487/2011				3			3
PALMAS	Administração	Reconhecimento Decreto n°. 1.779/2003			3				4
	Arquitetura e Urbanismo	Reconhecimento Decreto n°. 855/1999		3			3		
	Ciências Contábeis	Reconhecimento Decreto n°. 683/1998			3				4
	Ciência da Computação	Reconhecimento Decreto n°. 1.772/2003		3			3		
	Ciências Econômicas	Reconhecimento Decreto n°. 1.467/2002			3				2
	Direito	Reconhecimento Decreto n°. 1.329/2001			5				5
	Enfermagem	Reconhecimento Portaria MEC n°. 303/2012				4			4
	Engenharia Ambiental	Reconhecimento Decreto n°. 632/1998		3				3	
	Engenharia Civil	Reconhecimento Portaria MEC n°. 303/2012						5	
	Engenharia de Alimentos	Reconhecimento Decreto n°. 852/1999		3				2	
	Engenharia Elétrica	Reconhecimento Portaria MEC n°. 517/2013						2	
	Filosofia	Reconhecimento Portaria MEC n°. 273/2012						3	
	Física EaD	Autorização Resolução Consep n°. 14/2009						2	
	Jornalismo	Reconhecimento Decreto n°. 1371/2001			2				3
	Medicina	Reconhecimento Portaria MEC n°. 189/2012				3			4
	Nutrição	Reconhecimento Portaria MEC n°. 515/2013				3			4
	Pedagogia	Reconhecimento Decreto n°. 1.852/2003		3				3	
	Teatro	Reconhecimento Portaria MEC n°. 565/2014							SC
	PORTO NACIONAL	Ciências Biológicas (Bacharelado)	Reconhecimento Decreto n°. 682/1998		2			2	
Ciências Biológicas (Licenciatura)		Reconhecimento Decreto n°. 682/1998		2			2		
Ciências Sociais (Bacharelado)		Criação Resolução Consuni n°. 3/2014							SC
Geografia (Bacharelado)		Reconhecimento Decreto n°. 862/1999		3			1		

	Geografia (Licenciatura)	Reconhecimento Portaria nº. 1.784/1992		3			2		
	História (Licenciatura)	Reconhecimento Portaria nº. 1.784/1992		3			2		
	Letras – Português	Reconhecimento Decreto nº. 850/1999					1		
	Letras - Inglês (Licenciatura)	Reconhecimento Port. MEC nº. 318/2011							
	Letras: Libras (Licenciatura)	Criação Resolução Consuni nº. 22/2013							SC
	Relações Internacionais	Criação Resolução Consuni nº. 15/2013							SC
TOCANTINÓPOLIS	Ciências Sociais (Licenciatura)	Reconhecimento Port. MEC nº. 446/2011							
	Educação do Campo	Criação Resolução Consuni nº. 10/2013							
	Educação Física (Licenciatura)	Criação Resolução Consuni nº. 19/2013							
	Pedagogia	Reconhecimento Port. MEC nº. 256/1997							

Fonte: INEP, 2018 e Dados CPA.

Os resultados apresentados pelos cursos de graduação da UFT no Enade 2015 revelam que houve uma redução no conceito dos seguintes cursos: Tecnologia em Logística da nota cinco (5) passou a nota quatro (4); e, Comunicação Social, de nota quatro (4) recebeu nota três (3). Outros cursos apresentaram, no Enade 2015, nota maior que os resultados anteriores: Administração, de nota três (3) passou a nota quatro (4); Ciências Contábeis, da nota três (3) a nota quatro (4); e, Ciências Econômicas, de nota dois (2), passou para nota três (3). O curso de Direito manteve a nota anterior, qual seja, cinco (5). Em relação aos cursos que revelaram queda de nota no Enade, é necessário observar que houve uma redução de 20% em relação à nota anterior, considerando que é divulgada por quartil de um (1) a cinco (5).

Os resultados do Enade 2016 apresentam aspectos positivos, porquanto o conceito se manteve em Medicina Veterinária e Zootecnia, no Campus de Araguaína; Agronomia, no Campus de Gurupi; e Serviço Social, no Campus de Miracema. No Campus de Palmas os conceitos dos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição alcançaram nota 4. O resultado do ENADE 2017 ainda não foi publicizado.

Através da análise dos relatórios de avaliação *in loco*, dos relatórios do Enade e do diagnóstico feito pelos NDEs, foram conhecidas fragilidades e potencialidades dos cursos de graduação da UFT. Os quadros 7 a 14 trazem um resumo, por Campus, dos três instrumentos citados em relação a cada Curso, sendo a CPA responsável apenas pela diagramação e divulgação do material. Cabe ressaltar que 26 (vinte e seis) cursos de graduação não atenderam ao Memorando 230/2017.

Quadro 7: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Araguaína.

Cursos	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Biologia	<p>Rever estrutura curricular. Rever conteúdos curriculares. Insuficiências na implementação de ações indicadas nas avaliações anteriores.</p> <p>Carga horária insuficiente em disciplinas fundamentais para o curso. Falta experiência docente na docência na educação básica. Faltam gabinetes de trabalho. Faltam salas de professores. Faltam laboratórios especializados, qualidade e serviços dos mesmos.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>	<p>Estrutura curricular em reelaboração. Falta maior apoio ao discente. Problemas de acesso à internet. Computadores insuficientes. Dificuldades operacionais na plataforma Moodle, tanto por parte dos docentes quanto pelos discentes. Reformulação do PPC sem a participação discente.</p> <p>Falta experiência docente no ensino básico. Número de computadores e acesso à internet insuficientes para discentes. Comitê de ética não contemplado no PPC.</p>
Física	<p>Inserir as políticas institucionais no PPC.</p> <p>Rever os objetivos do curso. Alinhar o perfil do egresso ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI).</p> <p>Rever a estrutura curricular, alinhando-a ao PPI.</p> <p>Adequar os conteúdos curriculares à estrutura curricular.</p> <p>Rever a metodologia de ensino no PPC.</p> <p>Inserir as atividades complementares no projeto pedagógico do curso.</p> <p>Explicitar no PPC a aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes.</p> <p>Rever o processo de avaliação do curso.</p> <p>Inserir as atividades complementares no projeto pedagógico do curso.</p> <p>Inserir as TICs nas disciplinas elencadas no PPC.</p> <p>Rever os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Buscar interação com a rede pública de ensino.</p> <p>Rever a atuação do NDE.</p> <p>Incentivar a produção científica dos docentes.</p>	<p>Notas médias dos estudantes (concluintes) no componente de conhecimento específico na prova ficaram abaixo da média nacional em quase 10 ponto percentuais.</p> <p>Observar os gráficos de notas dos alunos distribuídas nos componentes gerais e específicos.</p> <p>Observar o quadrante da nota entre 75 e 100 pontos, em que os alunos obtiveram média muito abaixo da nacional 9,1, sendo a média nacional 25,1, em que pese a maioria dos respondentes ficaram com notas maiores nos quadrantes de até 25 e 50 pontos.</p> <p>Os alunos tiveram grau de dificuldade classificado entre médio e difícil no componente geral e no componente específico. No componente específico, a maioria dos alunos achou a prova de fácil entendimento, mas difícil de ser respondida.</p> <p>Quando perguntados sobre dificuldades em responder a prova, os alunos disseram que foi por desconhecimento e forma diferente de abordagem do conteúdo.</p> <p>Quando indagados sobre as questões objetivas da prova, os alunos responderam que estudaram a maioria ou alguns desses conteúdos, mas não aprenderam.</p>	<p>Falta experiência docente no ensino básico. Número de gabinetes por professor é insuficiente e com espaços reduzidos (estreitos);</p> <p>O acervo bibliográfico complementar por unidade curricular está abaixo do necessário.</p>

Geografia		<p>70% dos estudantes tiveram suas notas entre o primeiro e o segundo quartil, o que significa que acertaram até 50% da prova. 95,2% dos respondentes, quando perguntados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral, disseram que foi médio (54,5%), difícil 34,1% e muito difícil 7,3%.</p> <p>91,1% dos respondentes, quando perguntados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, disseram que foi médio (55,3%); difícil (30,1%) e muito difícil 5,7%.</p> <p>70,5% dos respondentes, quando perguntados sobre dificuldades ao responder à prova, disseram que foi por desconhecimento do assunto (14,8%) e pela forma diferente de abordagem do conteúdo (55,7%).</p> <p>48,4% dos respondentes, quando perguntados sobre a percepção da prova considerando apenas as questões objetivas, disseram que não estudaram ainda a maioria dos conteúdos (9%), 19,7% estudaram alguns deles, mas não os aprenderam, e 19,7% estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam.</p> <p>15,8% dos respondentes concordam parcialmente, discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os professores demonstram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas.</p> <p>14,9% dos respondentes concordam parcialmente, discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais.</p> <p>40,1% dos respondentes concordam parcialmente, discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.</p> <p>34,1% dos respondentes concordam parcialmente, discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.</p> <p>21,7% dos respondentes concordam parcialmente, discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente que a biblioteca dispunha das referências bibliográficas necessárias.</p>	<p>Rever perfil profissional do egresso. Falta apoio ao discente. Faltam ações decorrentes dos processos de avaliação do curso. Faltam TICs conforme PPC. Falta material didático institucional. Faltam mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes. Falta experiência na docência da educação básica. Faltam gabinetes de trabalho para professores. Falta sala de professores. Bibliografias básica e complementar são insuficientes. Faltam periódicos especializados. Baixa qualidade dos laboratórios didáticos especializados e do serviço por eles prestado. Falta do Comitê de ética em pesquisa.</p>
História Bacharelado	-	<p>Notas médias dos estudantes (concluintes) no componente de formação geral e específica na prova apresentam média abaixo da nacional e regional. 83,3% dos estudantes tiveram nota no primeiro e segundo quadrante, ou seja, tiveram êxito até 50% na prova.</p> <p>91,7% dos estudantes, quando perguntados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral, disseram que foi médio, difícil e muito difícil.</p> <p>100% dos estudantes, quando perguntados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, disseram que foi médio e difícil.</p> <p>75% dos respondentes, quando perguntados sobre dificuldades ao responder à prova, disseram que foi por desconhecimento do assunto (25%) e forma diferente de abordagem do conteúdo (50%).</p> <p>41,6% dos respondentes, quando perguntados especificamente sobre as questões objetivas da prova, perceberam que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (8,3%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (25%); estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (8,3%).</p> <p>16,7% dos respondentes concordam parcialmente que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais.</p>	Observar relatório da licenciatura.

		<p>20% dos respondentes concordam parcialmente que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.</p> <p>30% dos respondentes concordam parcialmente ou discordam parcialmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.</p> <p>36,4% dos respondentes concordam parcialmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas de que os estudantes necessitaram.</p>	
História - Licenciatura		<p>62,2% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% da prova.</p> <p>95,6% dos respondentes indicaram que o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral situa-se entre médio, difícil e muito difícil.</p> <p>92,7% dos estudantes, quando perguntados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, acharam médio, difícil e muito difícil.</p> <p>61,8% dos respondentes, quando perguntados acerca da dificuldade em responder à prova, disseram que foi por desconhecimento do conteúdo (16,2%); forma diferente de abordagem do conteúdo (45,6%).</p> <p>51,5% dos respondentes disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (8,8%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (26,5%); estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (16,2%).</p> <p>34,7% dos acadêmicos concordam parcialmente; discordam parcialmente, discordam ou não concordam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.</p> <p>31,9% dos respondentes, quando indagados se os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso, disseram que concordam parcialmente; discordam parcialmente, discordam ou não concordam.</p> <p>26% dos respondentes, quando indagados se a biblioteca dispõe das referências bibliográficas de que os estudantes necessitaram, concordam parcialmente; discordam parcialmente ou discordam.</p>	<p>Fragilidade na definição de conteúdo em políticas de educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e direitos humanos.</p> <p>Fragilidade no acompanhamento do estágio curricular.</p> <p>Faltam políticas de apoio psicológico e as atividades de nivelamento no PPC.</p> <p>Falta regulamentação da participação dos discentes na avaliação do PPC.</p> <p>Número de gabinetes para professores é insuficiente e com espaço reduzido (estreitos).</p> <p>Faltam acessibilidade e equipamentos adequados, como computadores e ar condicionado.</p> <p>Falta sala de professores.</p> <p>Falta sala de informática específica para o curso.</p> <p>Falta laboratório didático especializado e serviços de qualidade.</p>
Letras - Língua Inglesa	<p>Rever o contexto educacional.</p> <p>Rever a metodologia de ensino no PPC.</p> <p>Explicitar no PPC a aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes.</p> <p>Inserção das TICs nas disciplinas elencadas no PPC.</p> <p>Rever atuação do NDE, funcionamento do colegiado de curso.</p> <p>Ausência de infraestrutura (gabinete de trabalho e sala de professores) para desenvolvimento do trabalho docente.</p> <p>Implantação de laboratório de informática.</p> <p>Acervo bibliográfico insuficiente.</p> <p>Ampliação do quantitativo de periódicos.</p> <p>Implantação de laboratório de ensino.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>

<p>Letras - Língua Portuguesa</p>	<p>Rever o contexto educacional. Rever a metodologia de ensino no PPC. Explicitar no PPC a aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes. Inserção das TICs nas disciplinas elencadas no PPC. Rever atuação do NDE, funcionamento do colegiado de curso. Ausência de infraestrutura (gabinete de trabalho e sala de professores) para desenvolvimento do trabalho docente. Implantação de laboratório de informática. Acervo bibliográfico insuficiente. Ampliação do quantitativo de periódicos.</p>	<p>63,8% dos estudantes tiveram notas agrupadas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% da prova. 97,3% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral, responderam médio, difícil ou muito difícil. 94,7% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, disseram médio, difícil ou muito difícil. 77,7% dos acadêmicos, quando indagados sobre dificuldades para responder à prova, 28,6% alegaram desconhecimento do conteúdo; e 49,1% alertaram para a forma diferente de abordagem do conteúdo. 54,5% dos respondentes, quando indagados apenas sobre as questões objetivas da prova, responderam que não estudaram ainda a maioria dos conteúdos (18,8%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (19,6%); e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (16,1%). 15,2% dos respondentes concordam parcialmente ou discordam totalmente que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos. 22% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes. 22,7% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 23% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs as referências bibliográficas de que os estudantes necessitaram.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>
<p>Matemática</p>	<p>Rever o contexto educacional. Inserir as políticas institucionais no PPC. Rever os objetivos do curso. Alinhar o perfil do egresso ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Rever a estrutura curricular, alinhando-a ao PPI. Adequar os conteúdos curriculares à estrutura curricular. Rever o processo de avaliação do curso. Inserção das TICs nas disciplinas elencadas no PPC. Rever os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem. Rever atuação do NDE, funcionamento do Colegiado de Curso. Incentivar a produção científica dos docentes. Ausência de infraestrutura (gabinete de trabalho e sala de professores) para desenvolvimento do trabalho docente. Viabilizar espaço adequado para os</p>	<p>57,1% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% da prova. 89,3% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral, consideraram médio, difícil e muito difícil. 95,4% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, consideraram médio, difícil e muito difícil. 72,7% dos respondentes, quando indagados sobre alguma dificuldade ao responder à prova, 24,2% alegaram desconhecimento do assunto; e 48,5% alertaram para a forma diferente de abordagem do conteúdo. 44,2% dos respondentes, considerando apenas as questões objetivas, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (7,6%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (30,3%); e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (33,3%). 24,6% dos discentes concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam quando indagados se as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais. 26% dos acadêmicos, quando indagados sobre se os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos, afirmaram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente. 37,2% dos respondentes, quando indagados sobre se o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas, afirmaram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente.</p>	<p>Faltam TICs conforme PPC. Falta material didático institucional. Falta participação dos discentes na avaliação do PPC. Falta sala de professores. Bibliografias básica e complementar insuficientes. Periódicos especializados insuficientes. Falta laboratório didático especializado, serviços e qualidade.</p>

	<p>trabalhos da coordenação de curso. Implantação de laboratório de informática. Ampliação e atualização do acervo bibliográfico. Ampliação do quantitativo de periódicos.</p>	<p>14,3% dos respondentes, quando indagados sobre se os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas, disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente. 34,3% dos respondentes, quando indagados sobre se os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes, disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente. 32,3% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.</p>	
Medicina Veterinária		<p>56,1% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% das questões da prova. 72,5% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova quanto à formação geral, disseram médio, difícil ou muito difícil. 92,5% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, disseram médio, difícil ou muito difícil. 45% dos respondentes disseram que a dificuldade ao responder a prova foi por desconhecimento do conteúdo (7,5%); e abordagem diferente do conteúdo (37,5%). 27,5% dos respondentes, quando indagados sobre a percepção da prova considerando apenas as questões objetivas, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (10%); estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (27,5%). 26,8% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral como cidadãos e profissionais. 27,1% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que o curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. 43,9% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos. 66% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 40% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os professores demonstraram domínio do conteúdo das disciplinas que ministraram. 83% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes. 80,6% dos respondentes concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 63,4% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>

Química		<p>A média dos estudantes em conhecimentos específicos foi menor que a média nacional.</p> <p>44,8% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quadrante, ou seja, acertaram até 50% da prova.</p> <p>89,2% dos estudantes responderam que o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral foi médio, difícil ou muito difícil.</p> <p>91,2% dos estudantes responderam que o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico foi médio, difícil ou muito difícil.</p> <p>77,7% dos estudantes responderam que tiveram dificuldades ao responder à prova pelo desconhecimento do assunto e pela abordagem diferente do conteúdo.</p> <p>54% dos estudantes, considerando apenas as questões objetivas da prova, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos; estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam; estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam.</p> <p>15,7% dos estudantes responderam que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos.</p> <p>15,7% dos estudantes responderam que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados à quantidade de estudantes.</p>	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Tecnologia em Logística		O grau de dificuldade na formação geral e nos componentes específicos foi considerado médio em razão da forma diferente de abordagem do conteúdo.	<p>Ausência de políticas educacionais no âmbito do curso.</p> <p>Falta de aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes.</p> <p>Falta de infraestrutura para o trabalho docente.</p>
Tecnologia em Gestão de Turismo	<p>Falta seminário de disseminação dos dados da avaliação institucional.</p> <p>Falta experiência profissional do corpo docente fora do magistério.</p> <p>Falta prever a disciplina de Libras no PPC.</p> <p>Faltam atas das reuniões do NDE.</p> <p>Falta implantar os laboratórios.</p>	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Tecnologia em Gestão de Cooperativas	<p>Falta rever a composição do NDE.</p> <p>Falta experiência profissional do NDE.</p> <p>Falta experiência profissional do corpo docente fora do magistério.</p> <p>Faltam atas de reuniões do NDE.</p> <p>Baixa titulação de doutoramento dos docentes.</p> <p>Faltam títulos no acervo da biblioteca indicados pelo PPC no que se refere a disciplinas do núcleo específico, informatização, atualização e tombamento.</p>	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	<p>Faltam TICs conforme PPC.</p> <p>Material didático institucional não consta no PPC.</p> <p>Mecanismos de interação entre docentes e tutores e discentes não constam no PPC.</p> <p>Falta política de regulamentação na participação dos discentes na avaliação do PPC.</p> <p>Falta equipamento de informática de uso exclusivo para o curso.</p> <p>Falta implantação do comitê de ética em pesquisa.</p>

Zootecnia		<p>A média dos estudantes nos componentes de formação geral e componentes específicos foi menor que a média nacional. 57,4% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% da prova. 92,4% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio e difícil no componente formação geral. 94,3% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio e difícil no componente formação específica. 62,2% dos estudantes disseram que as maiores dificuldades encontradas ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo e a forma diferente de abordagem do conteúdo. 23,1% dos estudantes, considerando apenas as questões objetivas da prova, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos, estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam; e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam. 14,9% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais. 18,5% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que o curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. 30,2% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos. 55,7% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 55,8% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 42,7% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.</p>	<p>Ausência de metodologia de ensino prevista no PPC. Falta de aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes. Processos avaliativos incipientes. Inserção das TICs no PPC. Implantar a participação discente na avaliação do PPC. Falta de infraestrutura e equipamentos adequados para o curso. Necessidade de renovação do acervo bibliográfico, de atividades laboratoriais a serviço da comunidade.</p>
-----------	--	---	---

Fonte: Elaboração própria CPA, 2017.

Quadro 8: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Arraias.

Curso	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Ausência de política de acompanhamento do egresso. Adequação do PPC em decorrência da autoavaliação e em atendimento à nova legislação. Falta de aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes. Ausência das TICs no curso. Falta de infraestrutura para o trabalho docente. Ausência de laboratório de informática. Inexistência de laboratórios especializados. Não há comitê de ética setorial.
Matemática	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	No componente formação geral, a média dos estudantes concluintes ficou abaixo das médias regional e nacional. No componente conhecimento específico, a média geral dos estudantes concluintes ficou abaixo das médias regional e nacional. No agrupamento de notas, a média da maioria dos estudantes concluintes ficou no primeiro percentil, ou seja, 48% dos estudantes tiveram suas pontuações até 25 pontos da prova; 24% dos estudantes tiveram suas notas entre 26 até 50 pontos; 10% dos estudantes tiveram suas notas entre 51 até 75 pontos; e 18% dos estudantes tiveram suas notas entre 76 e 100 pontos. Na parte de formação geral, a maioria dos alunos classificou o grau de dificuldade da prova como difícil e muito difícil, cerca de 44%. Ocorreu o mesmo na parte de conhecimento específico, em que 68% dos estudantes acharam a prova difícil e muito difícil. Quando perguntados sobre qual a dificuldade ao responder a prova, os estudantes disseram que tiveram falta de motivação para fazer a prova e que a forma de abordagem dos conteúdos é diferente; ainda, os alunos apontaram que desconhecem o conteúdo abordado na prova. Considerando apenas as questões objetivas, os estudantes disseram que estudaram alguns ou a maioria dos conteúdos abordados, mas que não os aprenderam.	Ausência de política de acompanhamento do egresso. Ausência de central de estágio. Falta de aderência aos programas institucionais de apoio aos discentes. Falta promover ações de incentivo à titulação do corpo docente. Falta de infraestrutura para o trabalho docente. Ausência de investimento em laboratórios didáticos especializados.
Pedagogia	Providenciar assinatura de periódicos impressos, tanto da área correlata bem como da área específica do curso. Destinar equipamentos para que a comunidade acadêmica possa consultar o portal de periódicos; bem como destinar mais máquinas de consulta na biblioteca para acesso.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Implantar políticas de acompanhamento de egressos. Buscar junto à direção do câmpus a implantação da central de estágios. Implementar ações de apoio e acompanhamento dos discentes. O NDE deve viabilizar mecanismos para conhecer e realizar ações decorrentes da avaliação do curso. Implantar cursos para uso dos equipamentos adquiridos pela instituição (lousa interativa). Falta de infraestrutura dos laboratórios especializados, incluindo a brinquedoteca.
Turismo Patrimonial e Socioambiental	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Ausência de central de estágio. Adequação do PPC em decorrência da autoavaliação. Falta de infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho docente. Ausência de acervo e laboratórios didáticos especializados.

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

Quadro 9: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Gurupi.

Curso	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório do Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Agronomia	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	58% dos estudantes concluintes tiveram nota entre o quartil 25 e 50%. 94,1% dos respondentes acharam o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral médio ou difícil. 97% dos respondentes acharam o grau de dificuldade da prova na parte de conhecimento específico médio, difícil ou muito difícil. 53% dos estudantes disseram que as maiores dificuldades encontradas ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo e a abordagem diferente do conteúdo. 26,9% dos estudantes, considerando apenas as questões objetivas da prova, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (6%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (4,5%); e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (16,4%).	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Rever no PPC: Contexto educacional; Políticas institucionais no âmbito do curso; Objetivos do curso; Perfil profissional do egresso; Estrutura curricular (considerar como critério de análise também a pesquisa e a extensão, caso estejam contempladas no PPC); Conteúdos curriculares; Metodologia; Diretrizes e regulamento do estágio curricular supervisionado; Diretrizes e regulamento das atividades complementares; Diretrizes e regulamento do trabalho de conclusão de curso (TCC); Apoio ao discente; Promover ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; Inserção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem; Rever procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem; experiência profissional do corpo docente; experiência de magistério superior do corpo docente. Rever na infraestrutura: Condições das salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de	37,1% dos alunos concluintes tiveram notas entre o quartil 25 e 50. 76,5% dos respondentes quando perguntado sobre o grau de dificuldade da prova na parte de Formação Geral, tiveram grau de dificuldade médio, difícil ou muito difícil. 100% dos alunos disseram que o grau de dificuldade da prova na parte de Componente Específico, foi médio, difícil ou muito difícil. 90% dos alunos, quando perguntado se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova responderam desconhecimento do conteúdo ou forma diferente de abordagem do conteúdo. 47% dos estudantes, considerando apenas as questões objetivas da prova, disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (9,8%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (23,5%); 13,7% estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam. 18,5% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais. 18,5% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que o curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. 31,6% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos. 40,7% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas 29,6% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas.	Revisar o perfil profissional do egresso. Promover ações de interdisciplinaridade entre disciplinas e conteúdos. Conteúdos curriculares devem ser revisados buscando interface com o perfil profissional e a interdisciplinaridade. Promover ações de integração entre os programas de apoio aos discentes, como apoio psicopedagógico e acessibilidade plena. Implementar ações decorrentes da avaliação do curso. Promover ações que incentivem a participação discente na atualização do PPC. No quesito corpo docente, foi detectada pouca experiência na área da docência. Adequar a dedicação da coordenação conforme regime de trabalho descrito no PPC. Menos de 20% do corpo docente tem experiência na área da docência. Promover ações que incentivem a publicação científica docente. Na infraestrutura, promover ações para melhorar o ambiente dos gabinetes de trabalho docente. Viabilizar acesso a equipamentos de informática pelos discentes. Viabilizar laboratórios especializados observando quantidade e qualidade na prestação de serviços; comitê de ética em pesquisa.

	<p>informática; Bibliografia complementar; Laboratórios didáticos especializados: qualidade; Laboratórios didáticos especializados: serviços.</p>	<p>72,2% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes. 63% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 44,5% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.</p>	
Engenharia Florestal	<p>Rever no PPC: Implantação das políticas institucionais constantes do PDI, no âmbito do curso; Processos de autoavaliação do curso; Atuação do coordenador do curso; Objetivos do curso (imprescindível); Perfil do egresso; Número de vagas; Conteúdos curriculares (imprescindível); Estímulo a atividades acadêmicas. Rever na infraestrutura: Sala de professores e sala de reuniões; Gabinetes de trabalho para professores; Salas de aula; Registros acadêmicos; Livros das bibliografias básica (imprescindível) e complementar; Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados.</p>	<p>63,9% dos estudantes concluintes tiveram o agrupamento de notas no quartil entre 25 e 50%. 95,5% dos alunos que realizaram a prova acharam o grau de dificuldade da prova médio ou difícil na parte de formação geral. Na parte de formação específica, 100% dos alunos concluintes disseram que o grau de dificuldade foi de médio ou difícil. Quando perguntados sobre dificuldades ao responder à prova, 25% dos alunos disseram que desconheciam o assunto; e 50% disseram que a abordagem do conteúdo é diferente. Quando perguntados sobre a percepção da prova, 22,3% dos alunos responderam que estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam; ou estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam. 14,9% dos respondentes disseram que discordam que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos. 48,3% dos respondentes disseram que discordam que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 51% dos respondentes disseram que discordam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes 52,2% dos respondentes discordam que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>
Química Ambiental	<p>Observar no PPC: políticas institucionais no âmbito do curso; perfil profissional do egresso; estrutura curricular (considerar como critério de análise também a pesquisa e a extensão, caso estejam contempladas no PPC); conteúdos curriculares; estágio curricular supervisionado; atividades complementares. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Melhorar o apoio ao discente. Promover ações decorrentes dos processos de avaliação do curso. Rever atuação do NDE:</p>	<p>A média dos alunos concluintes em relação a componente de formação geral foi de 58,3, ficando próximo a média nacional de 58,9. A média dos alunos concluintes em relação a componente de conhecimento específico foi de 28,7, abaixo da média nacional de 34,1. 91,3% dos alunos respondentes quando perguntado sobre o grau de dificuldade da prova na parte de Formação Geral, tiveram grau de dificuldade médio, difícil ou muito difícil; 95,6% dos alunos disseram que o grau de dificuldade da prova na parte de Componente Específico, foi médio, difícil ou muito difícil. 91,3% dos alunos, quando perguntado se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova responderam desconhecimento do conteúdo ou forma diferente de abordagem do conteúdo ou Falta de motivação para fazer a prova.</p>	<p>Reestruturação de algumas disciplinas. Áreas restritas do estágio supervisionado descritas no PPC devem ser ampliadas. Instituir mecanismos de integração do curso com a rede pública de ensino. Promover estratégias para que os discentes possam acompanhar o PPC. Incentivar a publicação científica docente. Implantação ou melhorias da sala de professores. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Bibliografia complementar (rever quantidade disponível). Assinar periódicos da área do curso. Acompanhar a implantação dos laboratórios especializados e solicitar equipamentos modernos para os existentes. Oferecer serviços à comunidade. Implantar comitê de ética em</p>

	<p>Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso; Experiência profissional do corpo docente; Experiência de magistério superior do corpo docente; Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente; Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. Observar na infraestrutura: Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Laboratórios didáticos especializados: quantidade; Laboratórios didáticos especializados: qualidade; Laboratórios didáticos especializados: serviços; Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.</p>	<p>60,9% dos alunos, quando perguntado se as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional, responderam concordo totalmente. 52,2% dos alunos, quando perguntado se O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional, responderam concordo totalmente. 43,5% dos alunos, quando perguntado se os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos, responderam concordo totalmente. 43,5% dos alunos, quando perguntado se o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas, responderam concordo. 60,9% dos alunos, quando perguntado se as condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas, responderam concordo. 34,8% dos alunos, quando perguntado se os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequadas para a quantidade de estudantes, responderam concordo parcialmente. 43,5% dos alunos, quando perguntado se os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequadas ao curso, responderam concordo parcialmente.</p>	<p>pesquisa.</p>
--	---	--	------------------

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

Quadro 10: Resultado das avaliações externas e internas - Campus de Miracema.

Curso	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório do Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Educação Física		Curso não avaliado até 2017	Necessidade de ajuste da estrutura curricular (em andamento na proposta do novo PPC) Infraestrutura insuficiente para aulas práticas específicas. Infraestrutura insuficiente para as vagas ofertadas. Corpo docente insuficiente para atender as demandas do curso. Acervo da biblioteca é insuficiente. Campo de estágio insuficiente. Necessita de promoção de investimos para: sala de atendimento dos professores; salas de aulas; bibliografia básica e complementar, laboratórios especializados em quantidade, qualidade e serviços.
Pedagogia	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	A nota média de formação geral 41,1, inferior à da região (45,6) e à do Brasil (49,2). Para os conhecimentos específicos, a média foi 39,0, inferior à da região (43,9), e à do Brasil (45,8). Quanto aos questionários referentes às condições dos recursos físicos e pedagógicos, apenas a questão sobre a biblioteca apresentou nota inferior a 60%.	Relação da universidade com as escolas é insuficiente para o bom andamento dos estágios. É necessária a regulamentação do trabalho de conclusão de curso. Insuficiência da participação nos processos de avaliação. Estrutura de informática, referências bibliográficas e laboratórios especializados são insuficientes.
Psicologia		Curso não avaliado até 2017	Necessidade de ajuste da estrutura curricular (em andamento no processo de reestruturação do PPC do curso) Infraestrutura e materiais (testes) insuficientes para aulas práticas específicas. Infraestrutura física do campus insuficiente para as vagas ofertadas. Corpo docente insuficiente para atender as demandas do curso. Acervo da biblioteca é insuficiente. Campo de estágio insuficiente. Verba para deslocamento dos acadêmicos para o estágio insuficiente. Necessidade de materiais para estruturação da clínica de psicologia. Necessidade de código de vaga específico para psicólogo que será responsável pela clínica de psicologia Necessidade de promoção de investimos para: sala de atendimento dos professores; salas de aulas; bibliografia básica e complementar, laboratórios especializados em quantidade, qualidade e serviços.

Serviço Social		<p>Relatório Enade 2016 disponível pelo Inep em julho de 2017.</p> <p>O número de discentes aptos para a realização da prova Enade/2016 na IES foram de 86 alunos, enquanto no estado esse número foi de 145, ou seja, 59,31% dos discentes em Serviço Social avaliados foram da Universidade Federal do Tocantins. Quando abrimos o horizonte de avaliação e verificamos a região norte do país o percentual de alunos da IES cai para 4,45% e a nível nacional esse percentual é de 0,27% dos discentes aptos a realizar o Enade.</p> <p>Com isso o resultado da IES-UFT-TO, com relação ao curso de Serviço Social, no resultado geral a média da IES foi de 45,8, acima da média nacional que foi de 43,0. Todavia, há que considerar para análise que o resultado final é dividido em dois eixos o de Formação Geral que o eixo de Componente Específico, em que o aproveitamento foi de 35,4 (IES) e 37,3 (Brasil) no eixo de formação geral, o que significa um aproveitamento da IES abaixo da média nacional e no que diz respeito ao eixo de componente específico os valores foram 49,2 (IES) e 44,9 (Brasil) um aproveitamento acima da média.</p>	<p>O NDE em relatório anterior apontou sobre a dificuldade de participação docente nas reuniões de colegiado para as decisões coletivas, o quórum é ainda mais baixo quando nos referimos às reuniões pedagógicas.</p> <p>Coloca-se em pauta nas reuniões de NDE a necessidade de uma política de atendimento estudantil que colabore com o ensino e aprendizado discente em jornada ampliada à sala de aula, e ainda, atendimentos e encaminhamentos de demandas específicas de saúde pública.</p> <p>Pauta-se no âmbito coletivo as discussões de ampliação do ensino e da pesquisa em níveis superiores à graduação (especialização lato sensu e strictu sensu), como uma possibilidade de aperfeiçoamento e formação continuadas.</p>
----------------	--	--	---

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

Quadro 11: Resultado das avaliações externas e internas - Campus de Palmas.

Curso	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório do Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Administração		<p>A nota média de formação geral foi 48,9, superior à do Brasil (42,8). Para os conhecimentos específicos, a média foi 31,8, similar à do Brasil (31,9). No que se refere às condições dos recursos físicos e pedagógicos, oito de nove questões apresentaram nota inferior a 60%. Está faltando aqui o percentual sobre instalações físicas, equipamentos e materiais para aulas práticas, acesso à internet, acervo da biblioteca, disponibilidade de professores para atendimento, domínio da disciplina pelos professores, avaliação do currículo e preparação para o exercício profissional.</p>	<p>Alterar no PPC: contexto educacional; estrutura curricular; conteúdos curriculares e metodologia de ensino. Melhorar apoio ao discente. Realizar ações considerando o processo de avaliação do curso. Incluir as TICs no processo ensino-aprendizagem. Proporcionar participação dos discentes no acompanhamento e avaliação do PPC. Rever regime de trabalho do corpo docente; Experiência profissional na área de atuação docente; Incentivar a produção científica. No que se refere à infraestrutura, nota-se a ausência de: gabinete de trabalho dos professores TI, espaço de trabalho para a coordenação de curso; salas de professores e salas de aula, acesso dos alunos ao equipamento de informática. Rever a bibliografia básica e assinar periódicos especializados.</p>
Arquitetura e Urbanismo		<p>- A nota média dos estudantes da UFT no <u>Componente de Formação Geral</u> da prova está ligeiramente acima da média na Grande Região e um pouco abaixo da média brasileira (UFT – 54,6; Grande Região – 53,9; Brasil – 57,0). Em relação ao <u>Componente de Conhecimento Específico</u>, nossos estudantes apresentaram nota superior às demais, sendo mais expressiva a diferença com a Região e próxima à média brasileira (UFT – 43,8; Grande Região – 39,7; Brasil – 43,5). - Os alunos classificaram ambos os componentes da prova, de <u>Formação Geral</u> e de <u>Formação Específica</u>, em sua maioria com grau médio de dificuldade (67,5% para ambos). Grande parte dos alunos destacaram a forma diferente de abordagem do conteúdo (44,7%), seguida da falta de motivação para fazer a prova (27,6%). 72,4% dos alunos responderam que estudaram e aprenderam muitos dos conteúdos das questões objetivas da prova. - Quanto às condições dos recursos físicos e pedagógicos da UFT e à qualidade do ensino oferecido, a avaliação aponta para um acentuado descontentamento com as condições de infraestrutura das salas de aula, dos ambientes e equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas, além da carência da disponibilidade de acervo bibliográfico na biblioteca.</p>	<p>- O Curso passou por um período de transição por conta de uma mudança significativa de PPC a partir de 2013/2 e está caminhando para a avaliação dessa alteração prevista para ocorrer em meados de 2018, quando se completará o ciclo de 05 anos para avaliação dos egressos formados integralmente na nova estrutura curricular. O colegiado já se manifestou para criar a comissão de revisão do PPC para 2018 que deverá atender a uma demanda de currículos que promovam uma melhor inserção dos egressos no mercado de Arquitetura e Urbanismo. Considera-se de suma importância que o curso de Arquitetura e Urbanismo de uma universidade pública, possa cumprir a sua função social, além de desenvolver pesquisas que irão promover este desenvolvimento para o estado do Tocantins. - Nos últimos 10 anos, tivemos uma perda sistemática de professores mestres e doutores para outros órgãos e cidades, após um período de ampliação do quadro de professores concursados, devido à falta de uma política específica de fixação de docentes na região norte por parte do governo federal, visto que ocorre no nosso Curso e em outros desde que a universidade foi federalizada. Além disso, muitos professores se afastaram e têm se afastado para doutoramento, acarretando em significativos períodos com vários professores substitutos. Atualmente, estamos caminhando para a consolidação da equipe docente que alcançará em breve uma maioria de doutores. Com isso, o curso busca a implantação de seu curso de pós-graduação. Já houve uma tentativa de aprovação de Mestrado em arquitetura e Urbanismo, mas não aprovada pela CAPES, recebendo nota 1. - Há esforços feitos desde 2015 para conseguirmos realizar os concursos para professores efetivos que infelizmente ainda não foram implementados, por problemas internos ao colegiado. - A percepção negativa dos alunos, presente nas respostas no Enade 2014 quanto aos recursos físicos, equipamentos e materiais no curso, é</p>

			<p>pertinente, mas a situação tem evoluído gradativamente, ainda a passos lentos. O edifício com os ateliês sofreu uma reforma para contenção dos vazamentos das águas pluviais, os quais foram minimizados, mas não cessados. Há poucos recursos para compra e manutenção de equipamentos dos laboratórios, assim como pouquíssimas bolsas para participação dos alunos nas atividades de pesquisa e extensão. Ainda assim, houve compra de novas pranchetas para os ateliês em 2017 e o curso implantou dois novos laboratórios na busca de ampliar sua infraestrutura e consolidar suas ações de pesquisa e extensão. Não há <i>datashows</i> fixos nas salas de aula e os disponíveis são poucos e defasados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O curso necessita reavaliar o acervo bibliográfico existente e atualizar sua lista de referências para solicitação de compra de mais livros. - Cabe ressaltar que, apesar de todas as dificuldades, o Curso tem se destacado em âmbito nacional na promoção de Encontros e Seminários, que renderam excelentes resultados nos Campos do Ensino, Pesquisa e Extensão, como a criação de um Periódico e a publicação de livros decorrentes dos eventos citados. Alguns com captação de recursos. - Também há um significativo esforço de parte do corpo docente de fortalecer o Campo da Pesquisa, por meio do incentivo a participação dos estudantes em Iniciação Científica, tendo como resultado premiações em PIBIC/PIVIC. Tem havido também participação de alunos em concursos internacionais estudantis e alunos bolsistas e voluntários em extensão e monitoria.
Artes - Teatro	<p>Rever carga horária do TCC, número de vagas, relação corpo docente e infraestrutura (disciplinas do I Ciclo ministradas em conjunto com a Filosofia). Providenciar espaço físico que comporte o número de alunos para as vagas ofertadas. Gabinetes de trabalho dos professores são insuficientes e compartilhados por outros cursos. Computadores são insuficientes para a sala dos docentes. Acervo da bibliografia básica não apresenta o mínimo de três títulos por unidade curricular. Requalificação dos laboratórios de figurinos e cenografia em termos de estrutura física e equipamentos. O laboratório de prática de teatro apresenta piso inadequado e não existe sala específica para aulas da área. Modernização de equipamentos e disponibilidade de insumo. Falta de apoio técnico, manutenção dos equipamentos e atendimento à comunidade. Providenciar o funcionamento efetivo dos laboratórios.</p>	<p>Realizado a primeira vez em 2017. Ainda não há relatório.</p>	<p>Alterar PPC: contexto educacional, políticas educacionais no âmbito do curso, objetivos do curso, número de vagas, perfil profissional do egresso, estrutura curricular, conteúdos curriculares, metodologia de ensino, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, TCC, rever atuação da coordenação. Promover ações decorrentes do processo de avaliação do curso. Ampliar inserção das TICs no processo ensino-aprendizagem. Rever procedimentos de avaliação, ensino e aprendizagem. Propiciar atividades práticas de ensino para licenciaturas. Melhorar titulação do corpo docente, experiência profissional na atuação docente; tempo de experiência no magistério superior, exercício da docência na educação básica. Incentivar a produção científica. Providenciar gabinete de trabalho para professor TI, sala de professores, salas de aula, laboratórios didáticos especializados: qualidade serviço e quantidade. Revisar bibliografia básica e complementar.</p>

	Melhorar titulação do corpo docente. Somente quatro dos 23 professores que compõem o colegiado são doutores e nove são especialistas. Baixa produção cultural, artística ou tecnológica do corpo docente. Somente seis dos 23 professores têm produção científica nos últimos 6 anos.		
Ciência da Computação		O desempenho geral dos estudantes em relação ao nível nacional foi menor. O grau de dificuldade da prova foi considerado médio; a parte dos componentes específicos foi considerada difícil. Os estudantes responderam que a forma como o conteúdo foi abordado no curso é diferente em relação ao ENADE. Estudaram a maioria do conteúdo, mas não aprenderam.	O Curso de Ciência da Computação está passando pela reformulação do PPC em 2018. Até o ano de 2016, a área de computação não tinha uma Diretriz Curricular Nacional definida. A diretriz foi estabelecida pela portaria Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, a qual está norteando a reformulação do currículo. Portanto, o NDE e o colegiado do Curso estarão encaminhando um novo PPC no primeiro semestre do corrente ano para implantação em 2018.2, conforme exigência da diretriz. A Diretriz curricular está auxiliando na definição das ementas esperadas para a área de computação, em especial para o curso de Ciência da Computação.
Ciências Biológicas - EaD	Implantar NDE, composição, titulação, formação e regime de trabalho. Promover ações decorrentes das avaliações internas. Trabalhar a familiarização com a metodologia Ead. Falta tempo de experiência ao corpo docente. Melhorar a formação do corpo docente, coordenador e tutor. Incentivar a pesquisa e a produção científica. Providenciar laboratório especializado.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Ciências Contábeis	Apesar da integralização suficiente do curso, falta flexibilidade na estrutura por conta dos pré-requisitos.	A nota média de formação geral foi 38,5, inferior à do Brasil (39,5). Para os conhecimentos específicos, a média foi 30,8, inferior à do Brasil (32,9). Quanto aos questionários referentes aos recursos físicos e pedagógicos, oito das nove questões apresentaram nota inferior a 60%. Os índices também se mostraram negativos quanto a instalações físicas, à relação de salas e alunos, equipamentos e materiais para aulas práticas, acesso à internet, acervo da biblioteca, disponibilidade de professores para atendimento, domínio da disciplina pelos professores, avaliação do currículo e preparação para o exercício profissional.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Ciências Econômicas		Os estudantes consideraram difícil o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral e na parte de componentes específicos. Os professores não têm disponibilidade para atender os alunos fora do período de aula.	Melhorar o apoio ao discente. Promover ações decorrentes do processo de avaliação do curso. Ampliar inserção das TICs no processo ensino-aprendizagem. Falta experiência profissional na área docente. Incentivar a produção científica dos professores. Melhorar o acesso dos alunos a equipamentos de informática. Adquirir mais bibliografia básica e complementar. Assinar periódicos especializados.

			Implantar laboratórios didáticos especializados: qualidade, quantidade e serviços.
Direito		Os estudantes responderam que a forma como o conteúdo foi abordado no curso é diferente em relação ao ENADE. Os professores não se disponibilizam a atender os alunos fora do horário de aula.	Novo PPC em processo de finalização. NDE trabalhando neste sentido.
Jornalismo		Para os estudantes, o grau de dificuldade nas partes de formação geral e de conhecimento específico foi considerado entre médio e difícil. Faltou motivação para fazer a prova; estudaram a maioria do conteúdo, mas não aprenderam. As condições gerais de instalações físicas de sala de aula, bibliotecas e ambiente de trabalho e estudo não foram consideradas adequadas de forma geral; os equipamentos e materiais disponíveis nas salas de aulas práticas não foram considerados suficientes; o acervo da biblioteca foi considerado pouco atualizado; os professores, de forma geral, não têm tempo para atendimento aos alunos fora do período de aula; o currículo do curso, em relação à integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas, de forma geral, foi considerado pouco integrado; o curso, de forma geral, não contribui para o exercício profissional.	Alterar PPC no que concerne a políticas educacionais no âmbito do curso, estrutura curricular, metodologia de ensino, estágio supervisionado curricular, TCC, apoio ao discente. Promover ações decorrentes do processo de avaliação do curso. Ampliar inserção das TICs no processo ensino aprendizagem. Rever procedimentos de avaliação de ensino-aprendizagem, número de vagas, participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC. Rever atuação do NDE: experiência de magistério e experiência acadêmica do coordenador, experiência profissional na área de atuação docente. Incentivar produção científica. Providenciar gabinete de trabalho para professores de tempo integral; sala de professores e salas de aula. Melhorar o acesso dos alunos a equipamentos de informática e a qualidade dos laboratórios didáticos especializados.
Enfermagem	Adequar no PPC: contexto educacional, políticas educacionais no âmbito do curso, objetivos do curso, perfil profissional do egresso, estrutura e conteúdo curriculares, metodologias, atividades complementares, TCC, apoio ao discente, inserção das TICs no processo de aprendizagem, número de vagas, integração com o sistema local e regional de saúde, atuação do NDE e coordenação, experiência profissional de magistério superior e gestão do ensino superior do coordenador; regime de trabalho do coordenador, carga horária mínima não atende TCC, estágio, nem o curso. Quanto à infraestrutura, providenciar gabinete de trabalho dos professores, espaço para a coordenação, sala de professores, laboratórios: quantidade, qualidade e serviços; laboratórios de ensino e habilidades. Melhorar acesso dos alunos a equipamentos. Revisar bibliografia básica. Providenciar assinatura de periódicos especializados.	Na média os resultados foram superiores ao nível regional e nacional; os estudantes obtiveram nota ENADE 4. Consideram-se na maioria como pardos ou mulatos e de condição financeira dependentes da família ou outros. Concordaram totalmente ou quase totalmente quanto às boas condições de infraestrutura, qualidade docente, e recursos intelectuais, com exceção dos equipamentos destinados às aulas práticas.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Engenharia Ambiental		Os estudantes informaram que as dificuldades na realização da prova se devem à abordagem diferente do conteúdo e que os equipamentos e materiais disponíveis nas aulas práticas	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.

		não foram adequados para a quantidade de estudantes.	
Engenharia Civil		Grau de dificuldade da prova na parte de componente específico foi considerado médio.	Adequação do PPC: políticas institucionais no âmbito do curso, estrutura curricular; estágio supervisionado curricular, adequação ao ensino de história e cultura afro-brasileira. Promover ações decorrentes do processo de avaliação dos cursos. Inserir as TICs no processo de aprendizagem. Rever procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Rever número de vagas. Falta experiência profissional do corpo docente. Incentivar produção científica. Providenciar salas de aula. Melhorar o acesso dos alunos a equipamentos de informática. Rever as bibliografias básica e complementar. Providenciar laboratórios didáticos especializados: quantidade e qualidade. Relatório não enviado à CPA.
Engenharia de Alimentos		Os estudantes apresentaram notas abaixo da média regional e nacional do resultado geral, tanto na parte de formação geral quanto na parte de componente específico. Os estudantes informaram que o nível de dificuldade da prova foi entre médio e difícil e as dificuldades em responder a prova se deram em razão da abordagem diferente do conteúdo. Também informaram que os planos de ensino não contribuíram para o desempenho das atividades acadêmicas; o curso não favoreceu a articulação teórica com as atividades práticas; os professores não demonstram domínio do assunto nas disciplinas, a infraestrutura das salas é inadequada, ambiente e equipamentos são inadequados para aulas práticas; biblioteca com referências insuficientes.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.
Engenharia Elétrica	Contratar docente em regime DE. Faltam prédios para os laboratórios. Falta experiência ao corpo docente. Rever funcionamento do colegiado de curso. Incentivar produção científica. Falta cumprimento da paridade e de quórum mínimo para as reuniões do colegiado. Ausência de gabinete dos professores de tempo integral. Bibliografia básica e complementar precisam ser revistas. Falta laboratório didático especializado: quantidade, qualidade e serviço. Adequação do PPC às Diretrizes Curriculares Nacionais: educação para as relações étnico-raciais. Promover incentivo à titulação do corpo docente. Viabilizar condições de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Alterações no PPC: políticas educacionais no âmbito do curso, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado. Providenciar gabinete de trabalho para professores em TI, sala de professores, salas de aula. Promover acesso dos alunos a equipamentos de informática. Rever a bibliografia básica e a bibliografia complementar. Implantar laboratórios didáticos especializados: quantidade.

Filosofia	<p>Rever no PPC: metodologia, atividades complementares.</p> <p>Promover ações decorrentes do processo de avaliação dos cursos.</p> <p>Rever procedimentos de avaliação de ensino e aprendizagem.</p> <p>Falta experiência profissional na educação básica, experiência profissional.</p> <p>Incentivar produção científica.</p> <p>Falta gabinete de trabalho dos professores em tempo integral.</p> <p>Melhorar acesso dos alunos ao laboratório de informática.</p> <p>Rever bibliografia complementar.</p> <p>Providenciar laboratório didático complementar: quantidade, qualidade e serviços.</p>	<p>A média das notas dos componentes específicos foi menor em relação ao nível nacional. O grau de dificuldade da formação geral é considerado difícil/médio; o grau de dificuldade do componente específico foi considerado de médio a muito difícil; os alunos demonstraram desconhecimento do conteúdo; a forma de abordagem do conteúdo foi diferente; estudaram o conteúdo, mas não aprenderam; não haviam estudado a maioria dos conteúdos.</p>	<p>Alteração do PCC: estagio curricular supervisionado incluindo relação teoria e prática; apoio ao discente;</p> <p>Realizar ações decorrentes do processo de avaliação do curso.</p> <p>Rever regime de trabalho do coordenador de curso.</p> <p>Melhorar produção científica.</p> <p>Providenciar gabinete de trabalho para professor em tempo integral, sala de professores, periódicos especializados.</p>
-----------	---	---	---

Nutrição		<p>A nota média dos estudantes da UFT no Componente de Formação Geral da prova está ligeiramente acima da média na Grande Região e da média brasileira (UFT – 51,3; Grande Região – 41,2; Brasil – 45,2). Em relação ao Componente de Conhecimento Específico, nossos estudantes apresentaram nota superior às demais, sendo mais expressiva a diferença com a Região e próxima à média brasileira (UFT – 47,9; Grande Região – 35,6; Brasil – 42,4).</p> <p>Os alunos classificaram ambos os componentes da prova, de Formação Geral e de Formação Específica, em sua maioria com grau médio de dificuldade, sendo 72,4% para o primeiro e 86,2% para a segunda. A maior parte dos alunos (62,1%) consideraram o tempo e a extensão da prova adequados. A maioria dos alunos (85,7%) afirmaram que a maioria dos enunciados das questões das provas na parte de formação geral e na parte de componente específicos (78,6%) estavam claros e objetivos. Grande parte dos alunos destacaram que a maior dificuldade encontrada foi a forma diferente de abordagem do conteúdo (48,1%), seguida da falta de motivação para fazer a prova (18,5%) e desconhecimento do conteúdo (18,5%). 60,7% dos alunos responderam que estudaram e aprenderam muitos dos conteúdos das questões objetivas da prova enquanto apenas 7,1% afirmaram que estudaram e aprenderam os conteúdos. Quanto às condições dos recursos físicos e pedagógicos da UFT e à qualidade do ensino oferecido, a avaliação aponta que 60% dos concluintes afirmaram que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral como profissional e também para o desenvolvimento da sua consciência ética. A maioria (55,2%) afirmou que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. Apenas 30% dos alunos concordaram que as condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas e 17,2 afirmaram que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequadas para a quantidade de estudantes. Ao considerar os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas, apenas 10,3% afirmaram que estavam adequadas ao curso. Apenas 10% dos alunos afirmaram que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitam.</p>	<p>Reformulação do PPC do curso de nutrição: adequação da matriz curricular de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as demandas do Conselho Federal dos Nutricionistas além de estar voltado para ações de extensão que atendam os anseios de todos os cidadãos, ênfase no documento orientador para a reformulação dos PPC's da área da Saúde, inserção do método ativo de ensino-aprendizagem focando nas diversas formas de fazer com que o aluno seja o sujeito ativo do ensino, contemplar práticas e metodologias do estágio baseada na estratégia multidisciplinar e multisetorial, ampliar a discussão e debate entre o papel do docente-discente e comunidade, discussão sobre o número de vagas ofertadas pelo curso com o intuito de ofertar um ensino de qualidade.</p> <p>Implementar a Atividade Integradora no currículo de nutrição com foco na inserção do futuro profissional Nutricionista nas práticas profissionais desde o início de sua formação acadêmica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar e valorizar a atuação do NDE junto ao curso de nutrição; • Incentivar a produção científica; <p>Incentivar projetos de extensão; Conscientizar a gestão superior sobre a importância dos laboratórios especializados como forma de inserção prática dos discentes</p>
Medicina		<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>	<p>O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.</p>

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

Quadro 12: Resultado das avaliações externas e internas - Campus de Porto Nacional.

Curso	Apontamentos feitos pela avaliação in loco	Apontamentos do relatório do Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Ciências Sociais	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Falta experiência no magistério superior do coordenador de curso. Incentivar produção científica e cultural do corpo docente. Providenciar gabinetes de trabalho para professores de tempo integral, espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos, sala de professores, salas de aula, assinatura de periódicos especializados, laboratórios de especialidades do curso: quantidade, qualidade e prestação de serviços. Adquirir bibliografia básica e complementar.
Ciências Biológicas - Licenciatura	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	A nota média de formação geral foi 50,0, inferior à do Brasil (52,8). Para os conhecimentos específicos, a média foi 36,5, inferior à do Brasil (41,4). 91,6% dos alunos ficaram com a nota da prova entre o primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram 50% das questões. 63,3% dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de formação geral, responderam que foi médio, difícil ou muito difícil. 95,8 dos respondentes, quando indagados sobre o grau de dificuldade da prova na parte de componente específico, responderam que foi médio, difícil ou muito difícil. 73,9% dos estudantes disseram que as maiores dificuldades encontradas ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo e a forma diferente de abordagem do conteúdo. 53,2% dos estudantes, considerando apenas as questões objetivas da prova, responderam que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos; estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam; e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam. 23,6% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que as disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadãos e profissionais. 47% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam que o curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. 23,5% dos estudantes concordam parcialmente ou discordam quando perguntados se os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas. 64,7% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam	Observar no PPC: contexto organizacional, objetivo do curso, perfil profissional do egresso, estrutura e conteúdos curriculares, participação dos discentes no acompanhamento do PPC. Na infraestrutura: espaço de trabalho para coordenação e serviços acadêmicos, sala de aula, acesso dos alunos a equipamentos de informática, bibliografia básica; bibliografia complementar, laboratórios didáticos especializados em quantidade, qualidade e serviços.

		que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes, mas 16,7% discordam totalmente. 58,7% dos respondentes, quando indagados se os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso, disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam; desses, 17,6% discordam totalmente. 53% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	
Letras: Libras	Curso completou 50% de integralização curricular em 2016.2. Cadastro do curso no e-MEC realizada. Solicitação de visita para o segundo semestre de 2018.	Enade ainda não realizado pelo curso.	Promover a participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC. Rever no PPC: experiência do magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador; regime de trabalho do coordenador; experiência do magistério superior do corpo docente; Incentivar a produção científica, cultura, artística e tecnológica; Providenciar gabinete de trabalho para professores em tempo integral. Melhorar espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos, sala de professores, sala de aula, bibliografia básica e complementar;
Letras - Língua Portuguesa	Promover ações decorrentes do processo de avaliação do curso. Atuação do NDE; produção científica, cultural, artística e tecnológica; Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral; Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos; sala de professores; PPC não está coerente com DCNs. O curso não atende o tempo de integralização proposto nas resoluções; As informações acadêmicas exigidas voltadas para educação ambiental não estão disponibilizadas de forma impressa e virtual.	Notas médias dos estudantes (concluintes) Componente de Formação Geral e no componente específico da prova ficou abaixo da região e da média Brasil. 77,4% dos estudantes tiveram suas notas no primeiro e segundo quartil, isto é, acertaram até 50% da prova, desse total 43,5% dos estudantes acertaram somente 25% da prova. 98,3% dos estudantes classificaram o grau de dificuldade da prova na parte de Formação Geral como média, difícil e muito difícil. 93,2% dos estudantes classificaram o grau de dificuldade da prova na parte de Componente Específico como médio ou difícil. 63,2% dos estudantes disseram que a maior dificuldade encontrada ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo (24,6%); e 38,6% disseram forma diferente de abordagem do conteúdo. 35,6% dos estudantes disseram que, considerando apenas as questões objetivas da prova, perceberam que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (10,2%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (8,5%); e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (16,9%). 21,2% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos	No PPC destaque para o perfil profissional do egresso; ações decorrentes dos processos e avaliações do curso; No corpo docente pedagógico destaque para o regime de trabalho do coordenador; produção científica, cultural, artística e tecnológica; Na infraestrutura destaque para gabinetes de trabalho para professores em tempo integral; sala de professores; bibliografia complementar; acesso dos alunos a equipamentos de informática; periódicos especializados; laboratórios didáticos especializados em serviço;

		destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 14,3% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados a quantidade de estudantes. 15% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	
Geografia Bacharelado	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Notas médias dos estudantes (concluintes) Componente de Formação Geral e no componente específico da prova ficaram abaixo da região e da média Brasil. 77,4% dos estudantes tiveram suas notas no primeiro e segundo quartil, isto é, acertaram até 50 das questões. 100% dos alunos ao serem perguntados sobre o grau de dificuldade desta prova na parte de Formação Geral, disseram que foi médio e difícil. 95% dos alunos ao serem perguntados sobre o grau de dificuldade desta prova na parte de Componente Específico disseram que foi médio e difícil. 60% dos estudantes disseram que a maior dificuldade encontrada ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo e a forma diferente de abordagem do conteúdo. 45% dos estudantes disseram que considerando apenas as questões objetivas da prova, perceberam que, não estudaram ainda a maioria desses conteúdos, estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam, e estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam.. 25% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos. 23,8% dos acadêmicos disseram que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 19,1% dos estudantes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas. 45% dos respondentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes. 51,9% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.

		que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso. 19,1% dos discentes disseram que concordam parcialmente ou discordam que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	
Geografia - Licenciatura	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	61,4% dos estudantes tiveram notas no primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram entre até 50% da prova. 94,7% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio, difícil ou muito difícil, no componente formação geral. 92,9% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio, difícil ou muito difícil, no componente formação específica. 66% dos estudantes disseram que a maior dificuldade encontrada ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo (19,6%); Forma diferente de abordagem do conteúdo (46,4%). 39,4% dos acadêmicos quando perguntados, considerando apenas as questões objetivas da prova, a percepção foi que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (3,6%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (17,9%); estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam (17,9%). 21,7% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente ou discordam totalmente que os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos. 34,5% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados a quantidade de estudante. 25,4% dos estudantes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que o curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 21,5% dos discentes disseram que concordam parcialmente, discordam parcialmente, discordam ou discordam totalmente que a biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	Na parte didático-pedagógica destaque para as atividades de tutoria; Incentivar produção de material didático institucional; mecanismo de interação entre docentes, tutores e estudantes; integração do curso com sistema de saúde local e regional/SUS em relação à alunos, docentes/preceptor, aluno/usuário; No corpo docente destaque para o regime de trabalho do coordenador; carga horária da coordenação do curso; experiência na docência e na educação básica; experiência no magistério superior do corpo docente; produção científica, cultura, artística e tecnológica; Na infraestrutura destaque para periódicos especializados; comitê de ética e pesquisa.
História - Licenciatura	Renovação de reconhecimento do curso, Portaria 794, de 14/12/2016, publicado em 15/12/2016	Notas médias dos estudantes (concluintes) no Componente de Formação Geral e componente formação específica na prova ficou abaixo da média nacional e regional. 79,7% dos estudantes tiveram suas notas entre o	No PPC destaque para o objetivo do curso; ações decorrentes do processo de avaliação do curso; participação dos discentes no acompanhamento e avaliação do PPC. No corpo docente destaque para atuação do NDE, Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador.

		<p>primeiro e segundo quartil, ou seja, acertaram até 50% da prova. 92,3% dos estudantes, quando perguntado sobre o grau de dificuldade da prova na parte de Formação Geral, disseram que foi médio (44,9%); 39,7% difícil; e, 7,7% muito difícil.</p> <p>93,7% dos estudantes, quando perguntado sobre o grau de dificuldade da prova na parte de Componente Específico, disseram que foi médio 53,2%; 34,2% difícil; e, 6,3% muito difícil.</p> <p>70,9% dos estudantes disseram que a maior dificuldade encontrada ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo (26,6%); 44,3%, a forma diferente de abordagem do conteúdo.</p> <p>60,3% dos estudantes disseram que considerando apenas as questões objetivas da prova, perceberam que, não estudaram ainda a maioria desses conteúdos (16,7%); estudaram alguns desses conteúdos, mas não os aprenderam (20,5%); e, 23,1% estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam.</p>	<p>Na infraestrutura destaque para a ausência de gabinete de trabalho para professor em tempo integral; de sala de professores; Bibliografia complementar e básica necessitam revisão; Assinatura de periódicos especializados; laboratórios especializados em quantidade, qualidade e serviços.</p>
Letras - Língua Inglesa		<p>Notas médias dos estudantes (concluintes) Componente de Formação Geral e no componente específico da prova ficou abaixo da região e da média Brasil. 77,4% dos estudantes tiveram suas notas no primeiro e segundo quartil, isto é, acertaram até 50 das questões. 98,4% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio, difícil e muito difícil no componente formação geral.</p> <p>93,2% dos estudantes disseram que acharam o grau de dificuldade da prova médio, difícil e muito difícil no componente Específico.</p> <p>63,2% dos estudantes disseram que a maior dificuldade encontrada ao realizar a prova foram o desconhecimento do conteúdo (24,6%); enquanto 38,6% forma diferente de abordagem do conteúdo.</p> <p>35,6% dos estudantes, quando perguntado sobre a percepção, considerando apenas as questões objetivas da prova, 10,2% disseram que não estudaram ainda a maioria desses conteúdos; 8,5% não estudaram ainda a maioria desses conteúdos; e, 16,9% estudaram a maioria desses conteúdos, mas não os aprenderam.</p>	<p>No PPC destaque para ações decorrentes do processo de avaliação do curso; número de vagas;</p> <p>No corpo docente destaque para o regime do trabalho do coordenador; produção científica, artística, cultural e tecnológica;</p> <p>Na infraestrutura destaque para ausência de gabinete de trabalhos para professor em tempo integral; sala de professores; bibliografia complementar; periódicos especializados; acesso dos alunos a equipamentos de informática; laboratórios didáticos especializados em serviço;</p>
Relações Internacionais	Curso completou 50% de integralização curricular em 2016.2. Cadastro do curso no e-MEC realizada. Solicitação de visita feita em Agosto de 2016	Enade ainda não realizado pelo curso	<p>O NDE preencheu o Instrumento de Cursos de Graduação presencial e a distância do Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para avaliar o atendimento do curso aos padrões solicitados pelo MEC. Na "DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA", o NDE atentou para a debilidade no apoio ao discente, tendo em vista que durante o ano de 2017, ainda estava em implementação o apoio integrado aos discentes, passando a ser disponibilizado atendimento psicológico neste ano. Por parte dos discentes, faltou o acompanhamento mais próximo da</p>

		<p>implementação do PPC, devido à falta de assiduidade da representação discente nas reuniões de colegiado, tendo em vista que ainda estava em processo de criação e oficialização das instâncias de representação discente do curso, como o Centro Acadêmico e Atlética.</p> <p>Na “DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL”, foi destacada a falta de experiência de magistério superior e na gestão acadêmica do coordenador, mas que este completará três anos de experiência em magistério superior em maio de 2018 e dois anos de experiência na coordenação no mesmo período. Também carecem de experiência profissional na área de atuação os demais docentes do curso, tendo somente 3 de 12 experiência em Relações Internacionais</p> <p>Por fim, a “DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA” foi considerada a mais problemática, já que os docentes do curso não contam com sala de permanência adequada no campus, além do acervo bibliográfico ainda estar em processo de compra pelo Sistema de Bibliotecas da UFT.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

Quadro 13: Resultado das avaliações externas e internas – Campus de Tocantinópolis.

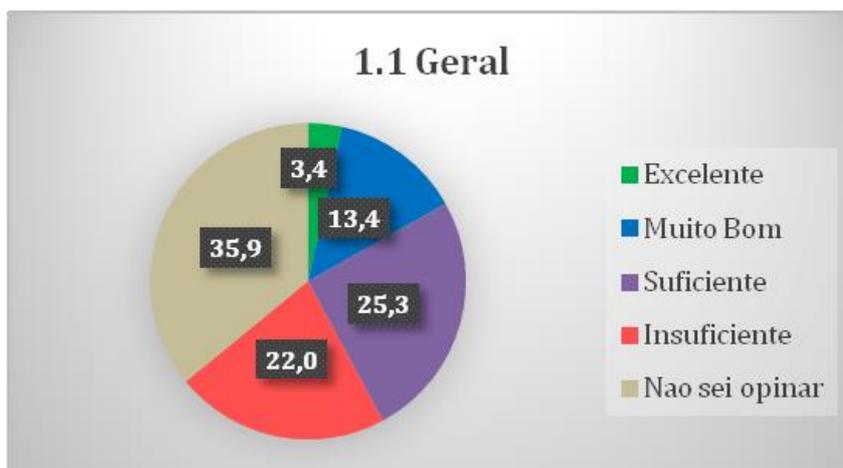
Curso	Apontamentos feitos pela avaliação <i>in loco</i>	Apontamentos do relatório do Enade	Apontamentos feitos pelo NDE
Ciências Sociais	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	A nota média de formação geral foi de 55,8, superior ao Brasil (40,9), para os conhecimentos específicos a média foi 35,9, superior ao Brasil (29,0). Os questionários referentes às condições dos recursos físicos e pedagógicos, 7 de 9 questões apresentaram nota inferior a 60%, sobre instalações físicas, equipamentos das aulas práticas, acervo da biblioteca, disponibilidade de professores, domínio do conteúdo por professores, integração do conteúdo e preparação para exercício profissional.	Não existe auto avaliação do curso, apenas do campus; Não há atendimento psicopedagógico ao discente, nem atividades de nivelamento; Alunos e professores reclamam das faltas de vagas de estágios na cidade. Coordenador apenas com mestrado; Dos 15 professores, apenas 6 doutores e 9 mestres. Não existe política de assinaturas de periódicos especializados; Grande coleção de materiais de cultura indígena, mas falta catalogar e organizar, para conservação e proteção do acervo.
Educação Física	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Matriz curricular deficiente. Estágio curricular com poucas condições de execução, pouca preparação dos alunos e parcerias com escolas deficientes. Trabalho de conclusão de curso não regulamentado. Falta de acessibilidade. Estrutura de laboratórios precária. Titulação docente (poucos doutores). Experiência no exercício da docência na educação básica. Experiência de magistério superior do corpo docente. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. Poucas salas para professores. Bibliografia básica e complementar. Periódicos especializados. Laboratórios de especialidade do curso: quantidade, qualidade e prestação de serviços.
Educação no Campo	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	Estrutura de laboratórios é insuficiente; Formação docente com poucos doutores (20%); Bibliografia básica e complementar insuficiente.
Pedagogia	O Memorando 230/2017 foi enviado aos Coordenadores de Curso, mas a CPA não obteve resposta.	A nota média de formação geral foi de 42,6, superior ao Brasil (49,2), para os conhecimentos específicos a média foi 41,6, superior ao Brasil (45,8). Os questionários referentes às condições dos recursos físicos e pedagógicos, 8 de 10 questões apresentaram nota inferior a 60%, sobre: disponibilidade de monitores e tutores, infraestrutura das salas, equipamentos e materiais das aulas práticas e ambiente adequado a aulas práticas.	Adequação o PPC que está em vigência, nos seguintes quesitos: contexto educacional precisa ser atualizado; contemplar análises e explanações sobre as questões socioeconômicas estruturais com as quais a educação se relaciona atende; inserir proposta de políticas para atendimento da comunidade interna e externa; necessidade de adequar estrutura e os conteúdos do PPC; inserir a metodologia de ensino do curso; contemplar práticas e metodologias do estágio; incluir programas institucionais de monitoria e tutoria e a forma como o curso se utilizada desses instrumentos para atividades de ensino; adequar o número de vagas ofertadas; apontar no PPC a existência do NDE, e suas atribuições conforme documentos institucionais. Promoção de investimentos para: sala de atendimento dos professores; salas de aulas; bibliografia básica e complementar.

Fonte: Elaboração própria CPA, 2017, 2018.

3.1.6 Apresentação dos Dados da Avaliação Institucional 2017: Eixo 1

O questionário realizou cinco (5) perguntas sobre o eixo 1. O gráfico 1 mostra a porcentagem de satisfação, que a CPA considerou como suficiente, em relação à pergunta 1-1:

Gráfico 1: Questão 1.1 - Os resultados da avaliação interna CPA (Comissão Própria de Avaliação) são utilizados no planejamento acadêmico e de gestão institucional.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Observa-se que 35,9% dos entrevistados mostraram desconhecimento quanto ao uso dos dados obtidos pela CPA no processo de avaliação interna no planejamento acadêmico e gestão institucional.

O gráfico 2 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 1.2.

Gráfico 2: Há divulgação dos relatórios de auto avaliação institucional no sítio da UFT e impressa.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

No que diz respeito à divulgação no sítio institucional e impressa do relatório de autoavaliação obteve-se índice negativo, pois 32,6 da população acadêmica disseram ser insuficiente a divulgação do referido documento.

O gráfico 3 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 1.3.

Gráfico 3: A atuação da CPA/ UFT contribui para os resultados das avaliações institucionais externas.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, 31,7%, os índices atribuídos na atuação da CPA/ UFT sobre a contribuição para os resultados das avaliações institucionais externas são desconhecidos, evidenciados pela opção “não sei opinar”.

O gráfico 4 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 1.4.

Gráfico 4: A realização dos seminários de avaliação institucional ou seminário setorial promovido no Campus discute os resultados da autoavaliação institucional.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Com relação aos seminários de avaliação institucional ou seminário setorial promovido nos Campus para discutir os resultados da autoavaliação institucional, evidenciou-

se descontentamento da população acadêmica, uma vez que 30,2% dos entrevistados disseram ser tais estratégias insuficientes, enquanto 29% não souberam opinar.

O gráfico 5 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 1.5.

Gráfico 5: Os resultados da autoavaliação institucional influencia na qualidade na prestação dos serviços institucionais.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, os relatórios de auto avaliação institucional não têm influência na qualidade na prestação dos serviços institucionais, considerando que 28,3% dos entrevistados disseram ser insuficientes, enquanto 23,9% não souberam opinar.

3.1.7 Relações do Eixo 1 com o PDI

Observa-se que os principais elementos do processo avaliativo da IES (Eixo1) se relacionam diretamente com as ações dispostas no PDI e contribuem para o estabelecimento de metas e estratégias. Sendo assim, a avaliação institucional contida no PDI e realizada por meio do projeto de avaliação favorece o debate e a consolidação da identidade da UFT. Outrossim, note-se que no PDI há o anexo “Detalhamento das Metas e Ações Semestrais” para atender às dimensões discutidas neste eixo entre 2016 e 2020.

O triênio 2015-2017 expõe de modo contundente a fragilidade da Universidade no que se refere à divulgação do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI e tudo a que este se relaciona, ou seja, a gestão institucional e aos processos avaliativos realizados pela CPA. As metas e ações propostas no PDI para se alcançar a excelência em 2020 sendo conhecidas pela comunidade acadêmica contribuem para o êxito das políticas institucionais posto que fomenta a participação dos indivíduos e evidencia o seu protagonismo ante as demandas da Universidade e sua conexão com a comunidade externa.

3.1.8 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 1

Segundo a Comissão de Avaliação *in loco*, a UFT foi muito bem avaliada no Eixo 8, o que mostra a preocupação da universidade para com o mesmo. Porém, percebe-se que a comunidade acadêmica desconhece tais ações. Neste sentido, deve-se criar a cultura da avaliação e fazer disso um ato cotidiano. Recomenda-se a implementação de processos e

procedimentos institucionais de fluxo contínuo visando melhorias internas, no que diz respeito à divulgação da prática acadêmica-administrativa reforçando as metas do PDI.

3.2 EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Eixo 2 contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

3.2.1 Missão, visão e valores da UFT

A missão, a visão e os valores da UFT descritos no planejamento estratégico buscam, por meio de ações institucionais, representar os comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica no exercício de suas responsabilidades.

***Missão:** Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal.*

***Visão:** Ser reconhecida nacionalmente até 2022 pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.*

***Valores:** Respeito à vida e à diversidade, transparência, comprometimento com a qualidade, criatividade e inovação, responsabilidade social, equidade.*

Os grandes pilares estratégicos da UFT são atuação sistêmica, articulação com a sociedade, aprimoramento da gestão e valorização humana. A comunidade acadêmica foi questionada sobre as ações da instituição para o cumprimento da missão e dos objetivos expressos no PDI referentes ao processo de ensino aprendizagem.

3.2.2 Indicadores da UFT no triênio 2015-2017

Uma breve análise sobre os indicadores do triênio 2015-2017 mostra que a UFT mantém 53 cursos de graduação presenciais e quatro cursos de Educação a Distância (EaD). Esses cursos são de diferentes áreas do conhecimento e se articulam com a diversidade de grupos de pesquisa e programas de extensão. O número de alunos matriculados na graduação em 2015, considerando cursos presenciais e à distância, era de aproximadamente 18.881; em 2016, passou a ser de aproximadamente 20.144, e em 2017, 18.386.

Com relação aos conselhos superiores, em 2015, o Consuni aprovou 19 resoluções; em 2016, 16 resoluções e em 2017 foram aprovadas 3 novas resoluções. O Consepe aprovou 29 resoluções em 2015; 23, em 2016 e 25 resoluções em 2017.

De acordo com o relatório de avaliação institucional, em 2015, o quadro de servidores era de 1.726; em 2016, passou para 1.886, um crescimento aproximado de 8,48%, em 2017 esse número passou a ser de 1.891, mantendo-se praticamente estável em relação ao

ano anterior. Os programas de pós-graduação stricto sensu (mestrados acadêmico, profissional e doutorado) reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em atividade em 2015 eram 32; em 2016, 34, apresentando um acréscimo de quase 1%; e em 2017, de 50. Nota-se, portanto, um crescimento superior a 50% no triênio.

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex), em 2015, geriu 36 programas de extensão, 142 projetos, 135 eventos e 80 cursos com o desenvolvimento de 393 atividades. Os dados de 2016 comparados a 2015 constam no Quadro 14.

Quadro 14: Indicadores do Triênio 2015-2017.

GRADUAÇÃO	2015	2016	2017
Cursos presenciais	53	54	58
Número de alunos presenciais	18.881	20.144	18.386
Cursos a distância	4	4	5
Número de alunos a distância	832	1.232	1950
Número de alunos diplomados	60	34	200
PÓS-GRADUAÇÃO			
Cursos de mestrado acadêmico	15	17	43
Número de alunos do mestrado acadêmico	270	282	2189
Número de dissertações do mestrado acadêmico	390	482	142
Cursos de mestrado profissional	09	11	12
Número de alunos do mestrado profissional	111	132	191
Número de dissertações do mestrado profissional	58	72	54
Cursos de doutorado	03	07	07
Número de alunos de doutorado	21	27	222
Número de teses	24	10	32
Cursos de especialização (lato sensu)	06	28	11
Especialização em residência Médica	-	-	97
Total de estudantes de pós-graduação	881	435	2602
TOTAL DE ALUNOS	19.762	20.579	21.438
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	32	12	37
NÚMEROS DE SERVIDORES	1.726	1886	1891
Docentes	980	1.032	1045
Técnicos administrativos	819	854	846
ÁREA CONSTRUIDA POR CAMPUS (m²)¹	-	-	-
Araguaína	-	31.571,91	31.571,91
Arraias	-	9.694,74	9.694,74
Gurupi	-	21.620,96	21.620,96
Palmas	-	71.185,43	71.185,43
Porto Nacional	-	15.275,58	15.275,58
Miracema	-	22.160,81	22.160,81
Tocantinópolis	-	7.808,08	7.808,08

Fonte: Elaboração própria CPA, 2017, com dados da Prograd, Propeq, Proex e Prefeitura Universitária.

¹ Os números contemplam os edifícios em construção e aqueles que não estão em atividade. Existem ainda algumas construções não catalogadas, como por exemplo, galpões na Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ), Campus de Araguaína. Ainda em Araguaína não foram considerados os prédios ligados ao Hospital de Medicina Tropical (FUNTROP) doados pelo Estado, mas em processo de formalização.

3.2.3 Indicadores de mobilidade acadêmica

A Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI) articula ações de cooperação com outras IES visando à internacionalização da universidade e, por conseguinte, à mobilidade acadêmica, com a promoção de intercâmbios científicos e culturais entre estudantes e docentes.

Nos quadros 15 e 16, destacam-se, respectivamente, as universidades que possuem convênios internacionais firmados com a UFT e a relação de estudantes estrangeiros que ingressaram na UFT através de Programas de Mobilidade Acadêmica e Convênios.

Quadro 15: Convênios Internacionais da UFT (2013-2017).

ATIVIDADE	ORIGEM DA PARCERIA	2013	2014	2015	2016	2017
Convênios						
> University of Hohenheim	Alemanha					
> ZEPP Bonn	Alemanha					
> Universidad Nacional de Quilmes	Argentina					
> Universidade Federal de Formosa	Argentina					
> Universidad Nacional de Rosário	Argentina					
> Universidad Mayor, Real Y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca (USFX)	Bolívia					
> Universidade de Ciência Aplicadas e Ambientais	Colômbia					
> Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia (BRACOL)	Colômbia					
> Universidad de Tolima	Colômbia					
> Universidade de Ciências Aplicadas e Ambientais	Colômbia					
> Universidade Simon Bolivar	Colômbia					
> Universidad Autónoma de Madrid	Espanha					
> Universidad de Murcia	Espanha					
> Universidad de Zaragoza	Espanha					
> Universidad Pablo de Olavide	Espanha					
> North Carolina State University	Estados Unidos					
> North Dakota State University	Estados Unidos					
> University of Florida	Estados Unidos					
> University of Georgia	Estados Unidos					
> Agrocampus Ouest France	França					
> Centre International D'Etudes Superieures en Sciences Agronomiques (SupAgro)	França					
> Orus (Observatório Internacional da Reforma Universitária)	França					
> Universidade Pierre Mendès France de Grenoble	França					
> Univ Degli Studi Della Tuscia	Itália					
> Universidade Deglul Studi Roma	Itália					
> Università Degli Studi del Molise (UNIMOL)	Itália					
> Università di Cagliari	Itália					
> Toyama University	Japão					
> Instituto Politécnico de Leiria	Portugal					
> Universidade da Beira Interior	Portugal					
> Universidade de Aveiro	Portugal					
> Universidade de Coimbra	Portugal					
> Universidade de Lisboa (Universidade Técnica de Lisboa)	Portugal					
> Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (UTAD)	Portugal					
> Universidade do Algarve	Portugal					
> Universidade do Minho	Portugal					
> Universidade do Porto	Portugal					

Fonte: Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI), 2018.

Quadro 16: Estudantes estrangeiros na UFT.

ALUNO	PAÍS DE ORIGEM	INGRESSO UFT	CURSO	CÂMPUS	ACESSO
01	São Tomé e Príncipe	2005	Graduação em Direito	Palmas	Programa PEC-G
02	Angola	2009	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
03	Cabo Verde	2010	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
04	Portugal	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
05	Peru	2016	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Palmas	Programa PAEC/GCUB
06	Peru	2014	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa PAEC/GCUB

07	Espanha	2014	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
08	Portugal	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
09	Mexico	2014	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Palmas	Programa PAEC/GCUB
10	Cabo Verde	2006	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
11	Cabo Verde	2010	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
12	Cabo Verde	2007	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
13	República do Congo	2014	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
14	Espanha	2013	Graduação em Comunicação Social	Palmas	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
15	Angola	2015	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
16	Espanha	2014	Graduação em Administração	Palmas	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
17	Portugal	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
18	Mexico	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
19	Guiné	2009	Graduação em Engenharia de Alimentos	Palmas	Programa PEC-G
20	Mexico	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
21	Angola	2013	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
22	Colombia	2017	Doutorado em Desenvolvimento Regional	Palmas	Programa PAEC/GCUB
23	Mexico	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
24	Haiti	2009	Graduação em Ciências Econômicas	Palmas	Programa PEC-G
25	Espanha	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
26	Cabo Verde	2006	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G

27	Namíbia	2015	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
28	Angola	2013	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
29	Guiné-Bissau	2008	Licenciatura em Letras	Porto Nacional	Programa PEC-G
30	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Direito	Palmas	Programa PEC-G
31	Colômbia	2014	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Palmas	Programa PAEC/GCUB
32	Moçambique	2013	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
33	Cabo Verde	2006	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
34	Cabo Verde	2005	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
35	Cabo Verde	2015	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
36	México	2015	Mestrado em Ciência Animal Tropical	Araguaína	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
37	Equador	2016	Mestrado em Ciência Animal Tropical	Araguaína	Programa PAEC/GCUB
38	Cabo Verde	2015	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
39	México	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
40	Angola	2015	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
41	Benin	2014	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
42	República Democrática do Congo	2009	Graduação em Ciências Econômicas	Palmas	Programa PEC-G
43	Colômbia	2016	Doutorado em Letras	Araguaína	Programa PAEC/GCUB
44	Espanha	2014	Graduação em Ciências Biológicas	Porto Nacional	Convênio - Universidad Autónoma de Madrid
45	Peru	2016	Mestrado em Biotecnologia	Gurupi	Programa PAEC/GCUB
46	México	2014	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
47	Espanha	2013	Graduação em Engenharia Civil	Palmas	Convênio - Universidad de Zaragoza
48	México	2014	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação

					em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
49	Guiné-Bissau	2008	Graduação em Ciência da Computação	Palmas	Programa PEC-G
50	Guiné-Bissau	2009	Licenciatura em Letras	Porto Nacional	Programa PEC-G
51	Cabo Verde	2005	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
52	Cabo Verde	2005	Graduação em Direito	Palmas	Programa PEC-G
53	Cabo Verde	2006	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
54	Portugal	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
55	Portugal	2012	Graduação em Administração	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
56	Portugal	2012	Graduação em Engenharia Ambiental	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
57	Cabo Verde	2013	Graduação em Engenharia de Alimentos	Palmas	Programa PEC-G
58	Mexico	2015	Mestrado em Biotecnologia	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
59	Mexico	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
60	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Ciências Contábeis	Palmas	Programa PEC-G
61	Guiné-Bissau	2012	Graduação em Engenharia Civil	Palmas	Programa PEC-G
62	Cabo Verde	2012	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
63	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Ciências Econômicas	Palmas	Programa PEC-G
64	Espanha	2018	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Convênio - Universidad de Zaragoza
65	Gabão	2016	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
66	Mexico	2015	Mestrado em Biotecnologia	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
67	Mexico	2016	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e

					Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
68	Mexico	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
69	Argentina	2016	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Palmas	Programa PAEC/GCUB
70	Espanha	2013	Graduação em Engenharia Ambiental	Palmas	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
71	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Ciências Econômicas	Palmas	Programa PEC-G
72	Guiné-Bissau	2007	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
73	Argentina	2012	Graduação em Direito	Palmas	Programa de Mobilidade MERCOSUL
74	República Democrática do Congo	2014	Graduação em Engenharia Civil	Palmas	Programa PEC-G
75	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Ciências Econômicas	Palmas	Programa PEC-G
76	França	2012	Graduação em Engenharia Florestal	Gurupi	Convênio - Agrocampus Ouest
77	Espanha	2012	Graduação em Serviço Social	Miracema	Bolsa Ibero-Americanas - Santander Universidades
78	Mexico	2015	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
79	Angola	2009	Graduação em Engenharia Ambiental	Palmas	Programa PEC-G
80	Haiti	2015	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
81	República Democrática do Congo	2010	Graduação em Ciência da Computação	Palmas	Programa PEC-G
82	Cabo Verde	2006	Graduação em Direito	Palmas	Programa PEC-G
83	Guiné	2010	Graduação em Ciência da Computação	Palmas	Programa PEC-G
84	Cabo Verde	2013	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
85	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Comunicação Social	Palmas	Programa PEC-G
86	Mexico	2015	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat

87	Guiné-Bissau	2012	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
88	Colômbia	2007	Graduação em Engenharia Ambiental	Palmas	Programa PEC-G
89	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
90	Espanha	2018	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Convênio - Universidad de Zaragoza
91	Portugal	2012	Graduação em Biologia	Palmas	Convênio - Universidade de Aveiro
92	Namíbia	2016	Graduação em Engenharia Civil	Palmas	Programa PEC-G
93	México	2014	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
94	Cabo Verde	2009	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
95	Cabo Verde	2006	Graduação em Comunicação Social	Palmas	Programa PEC-G
96	Guiné-Bissau	2009	Graduação em Ciência da Computação	Palmas	Programa PEC-G
97	Cabo Verde	2016	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
98	México	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
99	México	2015	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi	Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México – Propat
100	Guiné-Bissau	2009	Graduação em Ciência da Computação	Palmas	Programa PEC-G
101	Peru	2016	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
102	Benin	2016	Graduação em Medicina	Palmas	Programa PEC-G
103	Cabo Verde	2008	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Palmas	Programa PEC-G
104	São Tomé e Príncipe	2005	Graduação em Comunicação Social	Palmas	Programa PEC-G
105	Guiné-Bissau	2005	Graduação em Direito	Palmas	Programa PEC-G
106	São Tomé e Príncipe	2005	Graduação em Administração	Palmas	Programa PEC-G
107	Argentina	2012	Graduação em Serviço Social	Miracema	Programa de Mobilidade MERCOSUL

Fonte: Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI), 2018.

Quadro 17: Programas Internacionais – triênio 2015-2017.

PROGRAMA	OBJETIVO	ALUNOS PARTICIPANTES		
		2015	2016	2017
Programa Brasil- França Agricultura – BRAFAGRI	Mobilidade acadêmica	01	01	-
Programa Top Espanha	Mobilidade acadêmica	08	-	-
Programa Ibero-americanas	Mobilidade acadêmica	-	04	02
Programa Amazônia 2020	Bolsa de língua espanhola e inglesa	-	-	-
Bolsa ibero-américa jovens professores e investigadores	Realização atividades de pesquisa	04	03	-
Bolsas Santander livre para professores	Mobilidade acadêmica	03	03	-
Programa Erasmus Mundus	Mobilidade acadêmica	-	-	04
IBRASIL	Mobilidade acadêmica	02	02	03
EBW+	Mobilidade acadêmica	03	02	02
Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras	Mobilidade acadêmica	07	06	08
Ciências sem fronteiras	Mobilidade acadêmica	135	-	-
Idiomas sem fronteiras		2.615	2.717	Não informado
TOTAL		2778	2738	15

Fonte: Elaboração própria CPA, 2017, com dados da DAI.

Além dos supracitados programas de mobilidade acadêmica, a DAI administra o curso de Idiomas sem Fronteiras, do Ministério da Educação (MEC), que proporciona à comunidade acadêmica oportunidade de aprender outro idioma. Em 2015, o total de cursistas foi de 2.615; em 2016, de 2.717. Sobre o ano de 2017, não obtivemos resposta da DAI.

3.2.4 Relações do Eixo 2 com o PDI

O Eixo 2, nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão – relaciona-se diretamente com as ações do PDI por suscitar a discussão sobre a identidade institucional através dos resultados da pesquisa, contribuindo para o estabelecimento de metas e estratégias. No PDI há o anexo Detalhamento das Metas e Ações da UFT para atender às dimensões discutidas nesse eixo, entre 2016 e 2020, divididas em ações semestrais.

3.2.5 Apresentação dos Dados da Avaliação Institucional 2017: Eixo 2

No Eixo 2 foram feitas sete questões pelo questionário 2017. A comunidade acadêmica, em geral demonstrou desconhecer o PDI ou as atividades descritas ali. Entre 26 e 31% não souberam opinar quanto as perguntas referentes ao Eixo 2 Desenvolvimento

Institucional. Este resultado demonstra a necessidade de maior divulgação do PDI e das atividades realizadas na UFT. As respostas apresentadas pelas categorias pesquisadas e nos diversos *campi* da UFT não exibem variações relevantes, por isso foram apresentados apenas os dados gerais na maioria das questões do eixo.

O gráfico 6 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-1.

Gráfico 6: As ações praticadas pela gestão da UFT (Reitoria, Pró reitorias, Diretorias e Coordenações) estão de acordo com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).

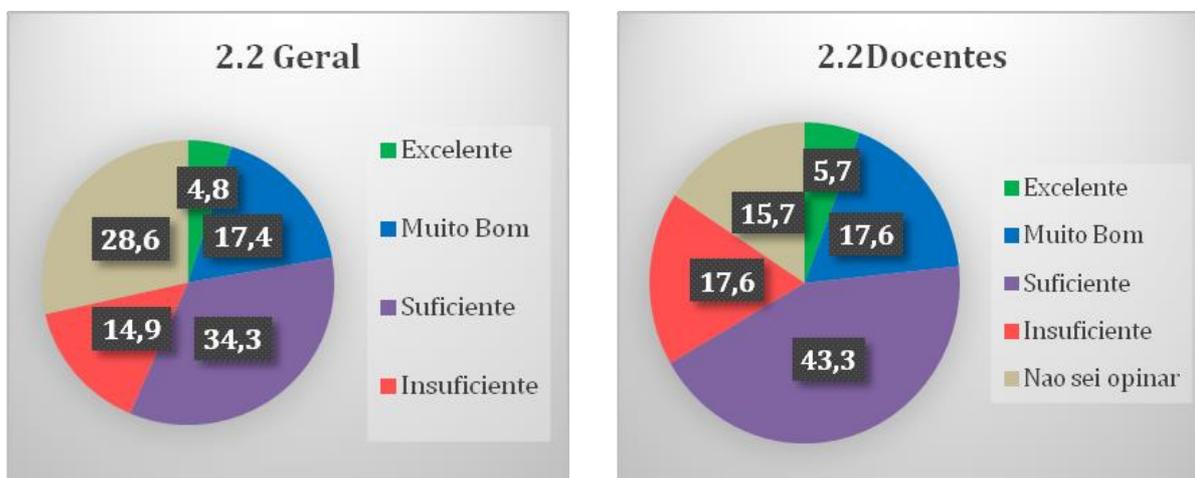


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A maioria dos participantes da pesquisa respondeu positivamente quanto às ações praticadas pela gestão da UFT, sendo que 31,6% consideram-nas suficientes. Entretanto, 27,5% não souberam opinar, demonstrando a necessidade de divulgação do PDI na instituição. As respostas foram similares entre docentes, técnicos e discentes.

O gráfico 7 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-2.

Gráfico 7: As atividades de ensino de graduação e pós-graduação na UFT são coerentes com o PDI.

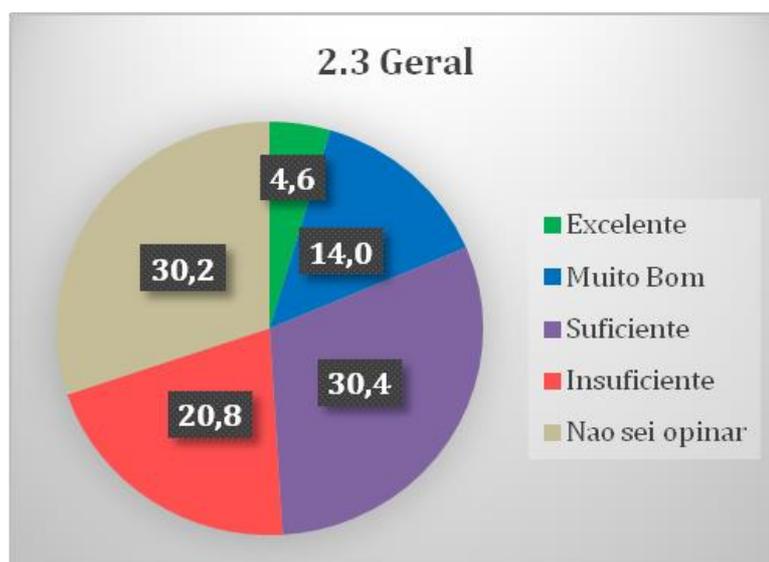


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Observa-se que 55,7% dos entrevistados responderam positivamente quando questionados sobre as atividades de ensino de graduação e pós-graduação desenvolvidas na UFT e estas são coerentes com o PDI. Entretanto, o número relevante de 44,3% respondentes consideraram insuficiente ou não souberam opinar, demonstrando a necessidade de maior atenção quanto à divulgação do PDI e sua estreita relação com as atividades de ensino. Quando se avalia a parcela de docentes encontra-se a porcentagem de 66% em ações positivas, e 43,3% que as julgam suficiente.

O gráfico 8 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-3.

Gráfico 8: As práticas de extensão na UFT são coerentes com o PDI.

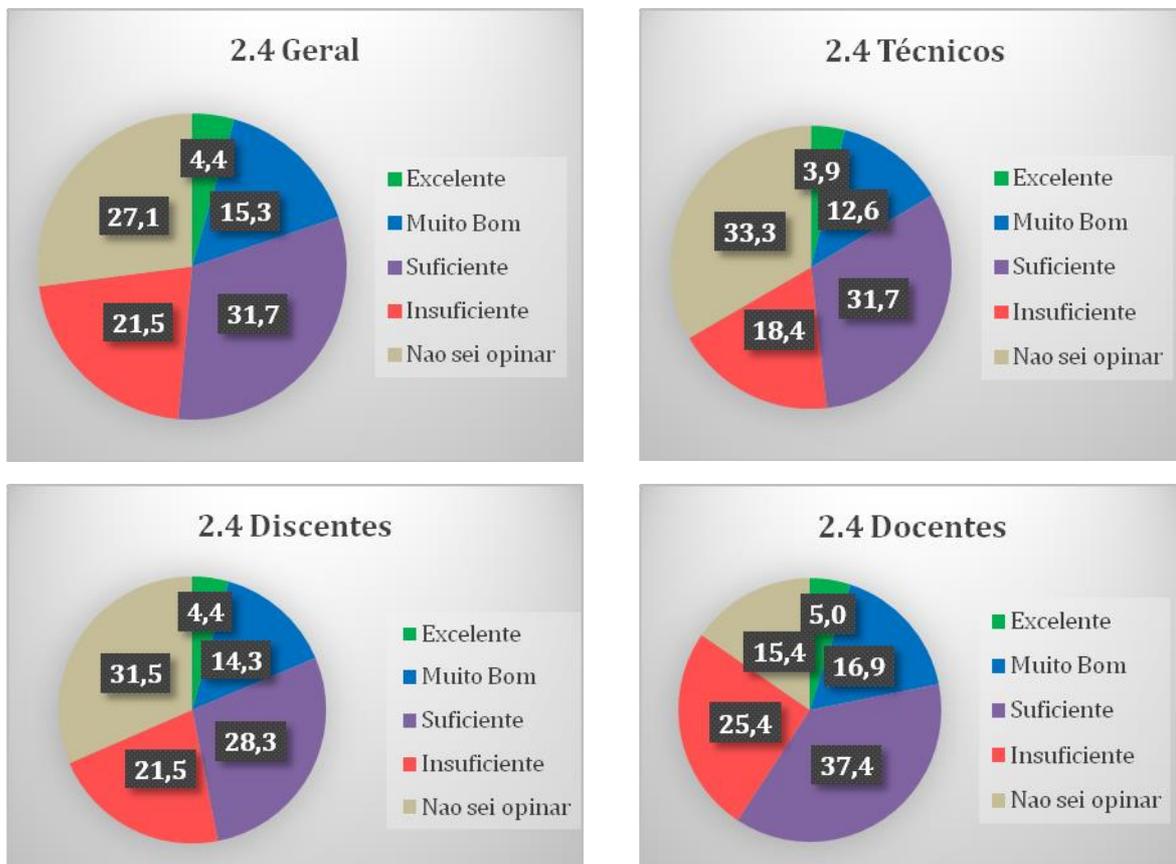


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Para 51% da comunidade acadêmica, as práticas de extensão não são coerentes com o PDI ou não souberam opinar. Trata-se de um percentual elevado, indicando, pois, que é necessário maior atenção da gestão da Universidade para com esta atividade, além da definição de novas estratégias para que o PDI seja conhecido por todos os segmentos da instituição.

O gráfico 9 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-4.

Gráfico 9: As atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na UFT são coerentes com o PDI.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017

Observa-se que, de modo geral, a comunidade acadêmica avaliou de forma positiva (51,4% suficiente, Muito Bom ou Excelente) as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na UFT, e que estas são coerentes com o PDI, ainda que o percentual de membros da comunidade acadêmica que não soube opinar tenha sido bastante significativo, 27,1%. Observa-se que grande parte das categorias, discentes e técnicos demonstra desconhecer o PDI. Na análise por função na UFT, o número de técnicos e discentes que não souberam opinar é maior do que 30%.

O gráfico 10 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-5.

Gráfico 10: As ações institucionais voltadas para o desenvolvimento social e econômico na UFT são coerentes com o PDI.

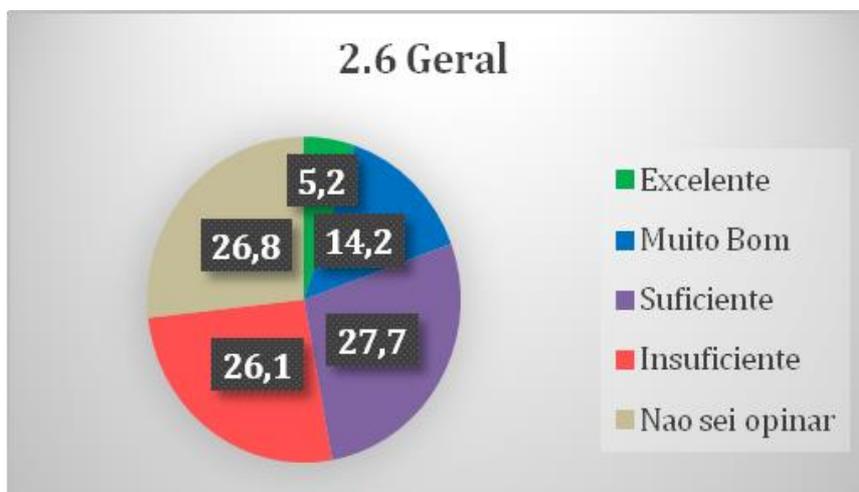


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na visão de 54% da comunidade acadêmica, as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento social e econômico da UFT não refletem as observações constante no PDI, sendo que 46% dos entrevistados opinaram positivamente. Neste sentido, o índice negativo demonstra que os entrevistados refletem desconhecimento sobre as ações contidas no PDI da instituição, bem como não souberam opinar quanto ao assunto, ficando este índice superior aos demais. Este resultado sugere que se deve focar na visibilidade das ações, considerando as metas propostas.

O gráfico 11 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-6.

Gráfico 11: As atividades de responsabilidade social (inclusão social) na UFT são coerentes com o PDI.



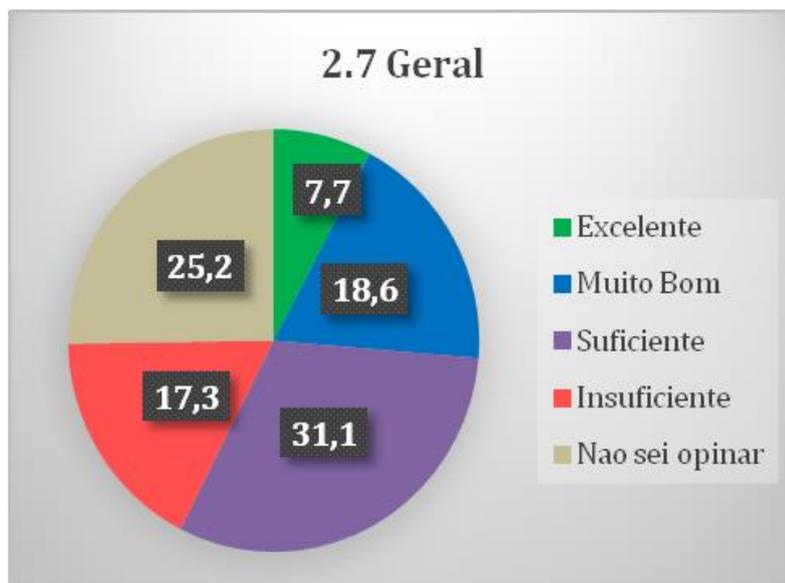
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Para 47,1 % dos participantes que avaliaram positivamente, as ações da instituição quanto à responsabilidade social (inclusão social) são coerentes com o PDI. Porém, índices

consideráveis de 26,1% e 26,8 % avaliaram, respectivamente, como insuficiente e não souberam opinar, apontando a necessidade de melhorias e de disseminação efetiva das ações e metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional, posto que se relacionam diretamente com o desconhecimento de tais ações.

O gráfico 12 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-7.

Gráfico 12: As ações afirmativas defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial na UFT são coerentes com o PDI.

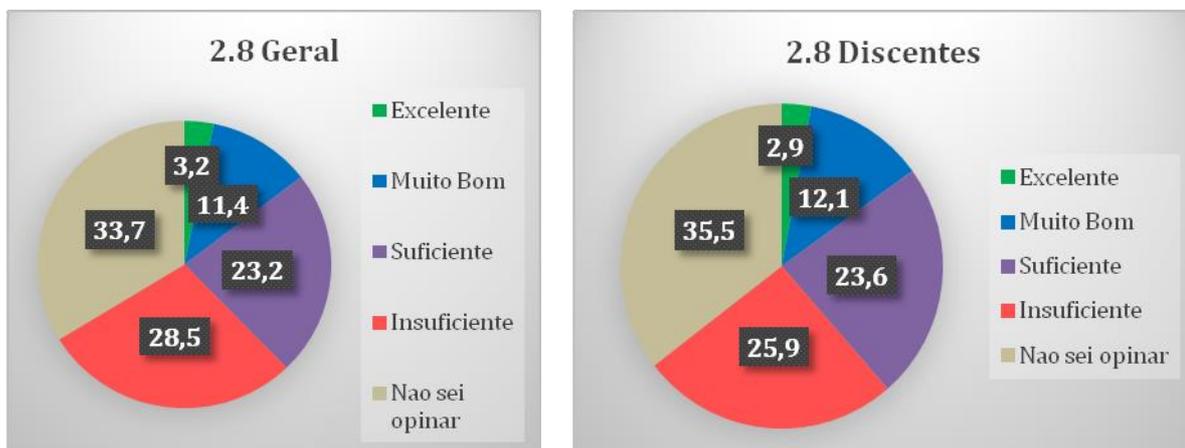


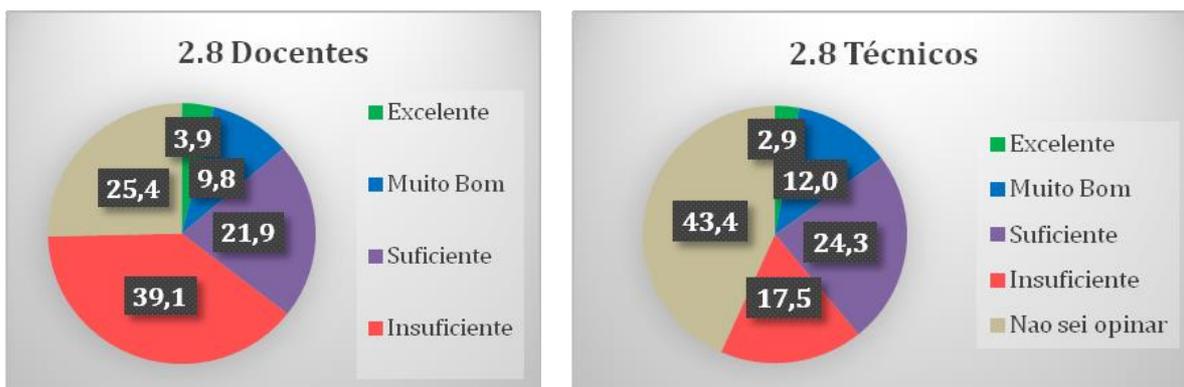
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

O gráfico 12 revela como está distribuída a percepção da comunidade acadêmica da UFT em relação à coerência das ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial com o PDI da instituição. O resultado demonstra que 57% dos respondentes aprovam a coerência das ações e, 17,3% consideram-na insuficiente. O resultado mostra ainda que 25,2% dos respondentes não souberam opinar, apontando a necessidade de divulgação e promoção do PDI junto à comunidade acadêmica.

O gráfico 13 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 2-8.

Gráfico 13: As atividades de internacionalização na UFT estão coerentes com o PDI.





Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Verifica-se que 37,8% da comunidade acadêmica avaliaram positivamente as atividades de internacionalização na UFT. Por outro lado, 33,7% disseram “não sei opinar” e 28,5% classificaram como “insuficiente”, totalizando 62,2% dos respondentes, sendo, pois, um número consideravelmente elevado. Melhorias e divulgação mais efetiva das ações propostas no plano de desenvolvimento institucional devem ser implementadas para reverter esse quadro. Merece igualmente destaque-se a porcentagem de 43,4 % de técnicos que não souberam opinar e de 39,1% de docentes que acreditam serem insuficientes as referidas ações.

3.2.6 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 2

O resultado da avaliação institucional interna de 2017 em relação ao Eixo 2, demonstra que a porcentagem de indivíduos que não soube opinar sobre as questões ligadas ao PDI ficou acima da média dos que disseram ser suficiente ou insuficiente. A CPA acredita que a falta de conhecimento sobre as metas e ações contidas no PDI podem ser sanadas por meio de maior visibilidade destas.

Entende-se que existe uma forte articulação entre o PDI e a auto avaliação, pois a IES utiliza os resultados das avaliações para construir o novo PDI e o PDI para definir os elementos que serão considerados no ciclo seguinte de auto avaliação. Nesse sentido, a IES desenvolve ações que comprovam sua responsabilidade social e estão coerentes com o PDI, sendo resultantes das diretrizes expressas nesse Plano.

3.3 EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo 3, analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Também se enfatiza a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente, correspondentes às dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

3.3.1 Ensino, pesquisa e extensão na UFT

3.3.1.1 A graduação

O ensino de graduação da UFT, nas diversas áreas de conhecimento, está disposto no Quadro 18.

Quadro 18: Relação dos cursos presenciais por campus – Período 2015-2017.

CAMPUS	CURSO
Araguaína	Bacharelado: História, Medicina (em fase de implantação), Medicina Veterinária e Zootecnia. Licenciatura: Biologia, Física, Geografia, História, Letras - Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas, Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas; Matemática, Química. Tecnologia: Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística.
Arraias	Licenciatura: Educação do Campo com habilitação em Artes Visuais e Música, Matemática, Pedagogia. Tecnologia: Turismo Patrimonial e Socioambiental.
Gurupi	Bacharelado: Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal, Química Ambiental.
Miracema	Bacharelado: Serviço Social. Licenciatura: Psicologia, Educação Física, Pedagogia.
Palmas	Bacharelado: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Jornalismo, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Medicina, Nutrição. Licenciatura: Filosofia, Pedagogia, Teatro.
Porto Nacional	Bacharelado: Ciências Biológicas, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais. Licenciatura: Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras: Língua Inglesa e respectivas Literaturas; Letras: Língua Portuguesa e respectivas Literaturas; Letras: Libras.
Tocantinópolis	Licenciatura: Ciências Sociais, Educação Física, Educação do Campo, Pedagogia.

Fonte: Elaboração própria, CPA, 2017.

A UFT mantém programas que buscam promover ações para o fortalecimento da graduação como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa de Monitoria Permanência (PMP); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Apoio ao Discente

Ingressante (Padi); Programa de Formação Docente Continuada (Profor) e Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

2.1.1.1 A pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

Os cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* ofertados pela UFT atualmente estão descritos no quadro 19.

Quadro 19: Relação dos cursos *lato* e *stricto sensu* por campus.

CAMPUS	CURSOS <i>LATO SENSU</i>	PROGRAMAS <i>STRICTO SENSU</i>
Araguaína	Especialização em Segurança Pública Especialização em Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais nacional, regional e local MBA em Gestão de Pessoas e Coaching MBA em Gestão Empresarial MBA em Logística e Produção Sustentável MBA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental	Mestrado Acadêmico: Ciência Animal Tropical, Ensino de Língua e Literatura, Estudos de Cultura e Território, Sanidade Animal, Saúde Pública nos Trópicos, Demandas Populares, Dinâmicas Regionais. Mestrado Profissional em Rede: Letras, História, Física. Doutorado Acadêmico: Ciência Animal Tropical, Ensino de Língua e Literatura.
Arraias		Mestrado Profissional em rede: Matemática
Gurupi		Mestrado Acadêmico: Biotecnologia, Ciências Florestais e Ambientais, Produção Vegetal. Doutorado Acadêmico: Produção Vegetal.
Palmas	Especialização em Direito Administrativo Especialização em Direito e Processo Constitucional Especialização em Direito e Processo do Trabalho Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos Especialização em Ética e Ensino de Filosofia Especialização em Gerontologia Especialização em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia Especialização em Gestão Pública e Sociedade Especialização em Responsabilidade	Mestrado Acadêmico: Agroenergia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências do Ambiente, Desenvolvimento Regional, Educação, Ensino em Ciência e Saúde, Comunicação e Sociedade. Mestrado Profissional: Ciência da Saúde, Gestão de Políticas Públicas, Engenharia Ambiental, Modelagem Computacional de Sistemas, Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Educação. Mestrado Profissional em rede: Administração Pública, Matemática. Doutorado Acadêmico: Ciências do Ambiente, Desenvolvimento Regional. Doutorado Acadêmico em rede:

	Social Especialização em Saneamento Ambiental MBA em Gerenciamento de Projeto MBA em Gestão de Cooperativas MBA em Gestão de Operações e Logística MBA em Gestão de Pessoas MBA em Gestão de Projetos e Cidades MBA em Gestão Empresarial MBA em Gestão Financeira e Orçamentária MBA em Liderança e Formação de Gestores	Biotecnologia e Biodiversidade da Amazônia Legal.
Porto Nacional		Mestrado Acadêmico: Biodiversidade, Ecologia e Conservação; Letras; e Geografia.
Miracema	Especialização em Docência na Educação Infantil Especialização em Coordenação Pedagógica Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social	

Fonte: Propesq, 2016.

3.3.1.2 Educação a distância (EaD)

A Educação à Distância – EaD na UFT mantém cinco cursos distribuídos em polos localizados nos seguintes municípios: Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arraias, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Mateiros, Nova Olinda, Palmas, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga. Os cursos ofertados na modalidade EaD constam no quadro 20.

Quadro 20: Polos e cursos EaD administrados pela UFT.

Cidades	Polo	Nível de Ensino
Alvorada	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Ananás	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Araguacema	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Araguaína	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Bacharelado)

	Gestão Pública	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
	Gestão Pública em Saúde	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
Araguatins	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
Arraias	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Cristalândia	Matemática	Graduação (Licenciatura)
	Gestão Pública Municipal	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
Dianópolis	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Química	Graduação (Licenciatura)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Guaraí	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Mateiros	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Nova Olinda	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Palmas	Física	Graduação (Licenciatura)
	Gestão em Saúde	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
	Química	Graduação (Licenciatura)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Gestão Pública	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
	Gestão Pública Municipal	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
Pedro Afonso	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
Porto Nacional	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Química	Graduação (Licenciatura)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)
Taguatinga	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Matemática	Graduação (Licenciatura)

Fonte: DTE, 2018.

3.3.1.3 Pesquisa

O quantitativo de grupos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da UFT está descrito no quadro 21.

Quadro 21: Grupos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da UFT.

CAMPUS	2015	2016	2017
Araguaína	09	11	26
Arraias	05	05	8
Gurupi	04	04	22
Miracema	01	02	7
Palmas	55	57	68
Porto Nacional	05	06	19
Tocantinópolis	10	10	15
TOTAL	89	95	165

Fonte: Propesq, 2018.

Os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq estão dispostos no quadro 22.

Quadro 22: Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

ÁREA	2015	2016	2017
Ciências Agrárias	18	22	26
Ciências Biológicas	08	08	10
Ciências da Saúde	06	10	10
Ciências Exatas e da Terra	17	19	17
Ciências Humanas	36	38	57
Ciências Sociais Aplicadas	25	26	26
Engenharias	25	25	6
Linguística, Letras e Artes	08	09	13
TOTAL	143	157	165

Fonte: Propesq, 2018.

O quantitativo de trabalhos apresentados no Seminário de Iniciação Científica da UFT está descrito no quadro 23.

Quadro 23: Trabalhos por área do conhecimento apresentados no Seminário de Iniciação Científica da UFT.

ÁREA	2016	2015	2017
Ciências Agrárias	112	140	144
Ciências Humanas, Sociais e Letras	41	123	54
Ciências Biológicas e da Saúde	32	61	78
Ciências Exatas e da Terra	33	68	103
TOTAL	218	392	383

Fonte: Propesq, 2018.

A UFT mantém programas que incentivam a pesquisa. No quadro 24, apresentam-se alguns dados sobre bolsas de incentivo à pesquisa detalhados por áreas.

Quadro 24: Total de bolsistas por PIBIC/CNPq e PIBIC/UFT.

ÁREAS	2015	2016	2017 PIBIC/CNPq	2017 PIBIC/UFT
Ciências Agrárias	14	15	44	34
Ciências Biológicas/Saúde	12	12	21	17
Engenharias, Exatas e da Terra	05	07	27	19
Humanas, Sociais Aplicadas e Letras	07	13	38	28
Totais	38	47	130	98

Fonte: Propesq, 2018.

O quantitativo de bolsas produtividade em pesquisa na UFT está descrito no quadro 25.

Quadro 25: Bolsa produtividade em pesquisa UFT.

ÁREAS	2015	2016	2017
Ciências Agrárias		08	09
Ciências Biológicas/Saúde		05	07
Engenharias, Exatas e da Terra	03	02	06
Humanas, Sociais Aplicadas e Letras	02	05	08
Totais	5	20	30

Fonte: Propesq, 2018.

É notável o envolvimento da comunidade acadêmica no desenvolvimento de pesquisa, com números expressivos na evolução do triênio.

3.3.1.4 Extensão

O quantitativo de programas, projetos, cursos e eventos cadastrados no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) referentes ao triênio 2015-2017 está descrito no quadro 26.

Quadro 26: Modalidade de ações de extensão e cultura por quantidade.

AÇÕES	QUANT/2015	QUANT/2016	QUANT/2017
Programas	20	27	37
Projetos	81	170	244
Cursos	37	63	95
Eventos	96	221	261
TOTAL	234	481	637

Fonte: Dados atualizados pela Diretoria de Extensão da Proex em 20/02/2018.

Segundo dados da Proex, segue abaixo o número de bolsas de extensão por programas de extensão.

Quadro 27: Bolsas de extensão por programas de extensão.

Programas	2015	2016	2017
PIBEX Acadêmico	26	29	23
BOLSA PADU	10	39	15
Edital de Fomento a Extensão		06	
PIBEX Cultura	09	08	10
TOTAL	35	82	48

Fonte: Proex, 2018.

Segundo dados da Proest, os estudantes da UFT contam com auxílios financeiros para participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas e político-acadêmicas através do programa de concessão de Auxílio Individual, Auxílio Viagem Individual, o Auxílio Transporte Terrestre Coletivo, bem como o Programa de Assistência Estudantil. Em 2017, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFT contaram com o auxílio financeiro para participação em eventos extracurriculares de caráter acadêmico e científico (apresentação de trabalhos). O quadro 28 apresenta demonstrativo de concessão de auxílios entre 2015 e 2017.

Quadro 28: Demonstrativo do programa de concessão de auxílios concedidos no período 2015 a 2017.

MODALIDADE DE AUXÍLIO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS		
	ANO		
	2015	2016	2017
Auxílio Individual	103	89	60
Auxílio Viagem Individual (Passagens)	13	6	0
Auxílio Individual e Auxílio Viagem Individual	164	96	147

(Passagens)			
Auxílio Transporte Terrestre Coletivo	20 ônibus locados para atender os <i>campi</i>	16 ônibus locados para atender os <i>campi</i>	3 ônibus locados para atender os <i>campi</i>

Fonte: Proest, 2017.

Em 2017, o Programa Auxílio Permanência foi executado nas seguintes modalidades: Auxílio Permanência, Auxílio Permanência/Temporário e Auxílio Permanência/Educampo. Além disso, a UFT faz a gestão do Auxílio Permanência MEC para estudantes indígenas e quilombolas. O quadro 29 mostra as Modalidades do Programa Auxílio Permanência na UFT.

Quadro 29: Modalidades do Programa Auxílio Permanência na UFT.

MODALIDADE DE AUXÍLIO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS EM 2017
Auxílio Permanência	1358
Auxílio Permanência Educampo	255
Auxílio Permanência MEC	798
Auxílio Permanência Temporário	652

Fonte: Proest, 2017.

O Programa Auxílio Alimentação, em 2017, passou a ter duas modalidades: fornecimento de refeições diárias nos Restaurantes Universitários dos *campi* de Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, além do repasse de auxílio financeiro para os estudantes dos *campi* de Arraias, Miracema e Tocantinópolis, que ainda não possuem restaurante universitário.

Nos Restaurantes Universitários, os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica extrema e alta (nível I e II) tem acesso gratuito, já os estudantes com vulnerabilidade média e baixa (nível III e IV) recebem subsídio, pagando o valor de R\$1,50 por refeição. Os demais estudantes da universidade também recebem subsídio e pagam o valor de R\$ 2,50.

Quadro 30: Programa Auxílio Alimentação – quantidade de refeições servidas.

MODALIDADE de AUXÍLIO	NÍVEL	QUANTIDADE DE REFEIÇÕES EM 2017
Auxílio Alimentação/RU	Estudante I e II	146.690
	Estudante III e IV	15.506
	Estudante não vulnerável	378.236

Fonte: Proest, 2018.

Nos *campi* da UFT que não possuem restaurante universitário, desde o segundo semestre de 2017 passou a ser concedido o Auxílio Alimentação aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Estudantes com vulnerabilidade socioeconômica extrema e

alta (nível I e II) recebem auxílio no valor de R\$ 400,00, já os estudantes com vulnerabilidade média e baixa (nível III e IV) recebem auxílio de R\$ 340,00.

Quadro 31: Programa Auxílio Alimentação: nível e quantidade de estudantes atendidos.

MODALIDADE DE AUXÍLIO	NÍVEL	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS EM 2017
Auxílio Alimentação	Estudante I e II	457
	Estudante III e IV	67
Auxílio Alimentação/ Educampo	Estudante I e II	223
	Estudante III e IV	30

Fonte: Proest, 2018.

Além dos programas Auxílio Permanência e Auxílio Alimentação, a Política de Assistência Estudantil da UFT executa os programas Auxílio Saúde e Auxílio Moradia, este último iniciado no segundo semestre de 2017.

Quadro 32: Programas Auxílio Saúde e Auxílio Moradia.

MODALIDADE DE AUXÍLIO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS EM 2017
Auxílio Saúde	48
Auxílio Moradia	461

Fonte: Proest, 2017.

3.3.2 A comunicação com a sociedade

A UFT mantém canais de comunicação com a comunidade interna e externa, como portal UFT, rádio UFT, redes sociais, *You Tube* (tv web), *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e Ouvidoria.

3.3.2.1 Diretoria de Comunicação - DICOM

A Diretoria de Comunicação – Dicom apresenta as macro ações realizadas no período de janeiro a dezembro de 2017. As ações estão divididas em eixos de atuação. A figura mostra os eixos de atuação da DICOM que são: Redação, *JOB*, *Site* e *mini homes*, Assessoria administrativa (ADM), áudio visual, mídias sociais, assessoria de imprensa.

Figura 5: Eixos de Atuação da DICOM.

EIXOS BÁSICOS



Fonte: Relatório de gestão Dicom, 2018.

O quadro abaixo traz um resumo das ações da Dicom no período de 2017.

Quadro 33: Resumos das Ações por Eixo da Dicom/2017.

Eixo	Produção	Referência
Redação	1673	Textos
Mini homes	160	Atualizações e implantações
Áudio Visual	74	Vídeos
Mídias Sociais <i>Facebook</i>	19.003	Fãs
Mídias Sociais <i>Instagram</i>	16.872	Fãs
Mídias Sociais – impressa	200	Criações entre <i>banners</i> , <i>folders</i> , cartazes, faixas, lonas e <i>outdoors</i>
Gestão	148	Inscritos – oficinas de comunicação
Assessoria de Imprensa	407	Atendimentos

Fonte: Relatório de gestão Dicom, 2018.

Em 2018 a meta principal do segmento "site" na Dicom é estender a implantação de "mini homes" - páginas no Portal UFT - a todos os cursos de graduação, processo que deve se intensificar com a capacitação e divulgação massiva desse processo por meio das Oficinas de Comunicação. Além disso, novas páginas institucionais no Portal UFT devem ser desenvolvidas ou modificadas com novos recursos, além de concluir o Manual de Identidade Visual, Uso da Imagem da UFT e o Guia de Mídias Sociais da UFT

3.3.2.2 Ouvidoria

As demandas recebidas pela Ouvidoria da UFT são agrupadas em cinco categorias: elogio, reclamação, denúncia, solicitação, sugestão e os pedidos de informação no sistema,

via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. No quadro abaixo, são apresentados os registros de manifestações recebidas pela Ouvidoria Geral em 2017.

Quadro 34: Demandas da Ouvidoria 2017.

OUVIDORIA – RELATÓRIO GERAL 2017		
DENÚNCIAS		
ANONIMAS CONCLUÍDAS	ANONIMAS RESP INTERMEDIARIAS	IDENTIFICADAS COM OU SEM RESTRIÇÕES
78	12	61
RECLAMAÇÕES		
ANONIMAS CONCLUÍDAS	CONCLUÍDAS COM OU SEM RESTRIÇÕES	
43	73	
SOLICITAÇÕES		
	80	
SUGESTÕES		
	07	
ELOGIOS		
	02	
ENVIADAS POR EMAIL		
	272	
SOLICITAÇÕES E-SIC PEDIDO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO		
PEDIDOS DE INFORMAÇÃO 169 RECURSOS	Recurso ao chefe hierárquico - 19	Recursos à autoridade máxima 3
	Recursos à CGU - 0	Recursos à CMRI - 0
TOTAL DE DEMANDAS - EMAILS E SISTEMA E- OUV = 628		
TOTAL DE SOLICITAÇÕES E-SIC=169		
TOTAL = 797		

Fonte: Ouvidoria, 2017.

3.3.3 Dados da UFT do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

As notas de corte do Sisu no triênio 2015-2017 estão descritas nos quadros 35 a 37.

Quadro 35: Lista das notas de corte SISU 2015 na UFT.

CAMPUS	CURSO	TURNO	DISPUTA	NOTA
Araguaína	Letras	Mat.	Ampla concorrência	604,25
Araguaína	Letras	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	572,96
Araguaína	Letras	Mat.	Cota racial renda livre	572,47
Araguaína	Letras	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	583,08
Araguaína	Letras	Mat.	Esc. pública renda livre	591,08
Araguaína	Biologia	Mat.	Ampla concorrência	626,82
Araguaína	Biologia	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	566,46
Araguaína	Biologia	Mat.	Cota racial renda livre	568,18
Araguaína	Biologia	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	575,34
Araguaína	Biologia	Mat.	Esc. pública renda livre	598,46
Araguaína	Física	Mat.	Ampla concorrência	586,68
Araguaína	Física	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	545,88
Araguaína	Física	Mat.	Cota racial renda livre	542,51
Araguaína	Física	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	556,67
Araguaína	Física	Mat.	Esc. pública renda livre	565,17
Araguaína	Geografia	Not.	Ampla concorrência	586,67
Araguaína	Geografia	Not.	Cota racial até 1,5 sm	566,08
Araguaína	Geografia	Not.	Cota racial renda livre	574,62
Araguaína	Geografia	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	580,33
Araguaína	Geografia	Not.	Esc. pública renda livre	582,03
Araguaína	Gestão de Cooperativas	Mat.	Ampla concorrência	583,05
Araguaína	Gestão de Cooperativas	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	562,84
Araguaína	Gestão de Cooperativas	Mat.	Cota racial renda livre	553,95
Araguaína	Gestão de Cooperativas	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	551,23
Araguaína	Gestão de Cooperativas	Mat.	Esc. pública renda livre	567,33
Araguaína	Gestão de Turismo	Mat.	Ampla concorrência	586,9
Araguaína	Gestão de Turismo	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	560,69
Araguaína	Gestão de Turismo	Mat.	Cota racial renda livre	559,66
Araguaína	Gestão de Turismo	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	551,61
Araguaína	Gestão de Turismo	Mat.	Esc. pública renda livre	583,91
Araguaína	História	Not.	Ampla concorrência	605,98
Araguaína	História	Not.	Cota racial até 1,5 sm	571,74
Araguaína	História	Not.	Cota racial renda livre	576,18
Araguaína	História	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	582,62
Araguaína	História	Not.	Esc. pública renda livre	590,24
Araguaína	Logística	Mat.	Ampla concorrência	603,37
Araguaína	Logística	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	565,14
Araguaína	Logística	Mat.	Cota racial renda livre	569,32
Araguaína	Logística	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	579,81
Araguaína	Logística	Mat.	Esc. pública renda livre	607,01
Araguaína	Matemática	Mat.	Ampla concorrência	590,21
Araguaína	Matemática	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	572,97
Araguaína	Matemática	Mat.	Cota racial renda livre	570,65
Araguaína	Matemática	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	561,13
Araguaína	Matemática	Mat.	Esc. pública renda livre	582,04
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Ampla concorrência	660,6
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Cota racial até 1,5 sm	602,04
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Cota racial renda livre	607,94
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	617,02
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Esc. pública renda livre	632,98
Araguaína	Química	Mat.	Ampla concorrência	585,18
Araguaína	Química	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	546,88
Araguaína	Química	Mat.	Cota racial renda livre	555,96
Araguaína	Química	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	555,95
Araguaína	Química	Mat.	Esc. pública renda livre	578,15
Araguaína	Zootecnia	Int.	Ampla concorrência	600,76
Araguaína	Zootecnia	Int.	Cota racial até 1,5 sm	570,46
Araguaína	Zootecnia	Int.	Cota racial renda livre	569,05
Araguaína	Zootecnia	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	586,62

Araguaína	Zootecnia	Int.	Esc. pública renda livre	591,61
Arraias	Matemática	Mat.	Ampla concorrência	577,88
Arraias	Matemática	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	550,79
Arraias	Matemática	Mat.	Cota racial renda livre	543,83
Arraias	Matemática	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	577,83
Arraias	Matemática	Mat.	Esc. pública renda livre	555,1
Arraias	Pedagogia	Mat.	Ampla concorrência	570,69
Arraias	Pedagogia	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	549,63
Arraias	Pedagogia	Mat.	Cota racial renda livre	541,43
Arraias	Pedagogia	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	552,34
Arraias	Pedagogia	Mat.	Esc. pública renda livre	561,75
Gurupi	Agronomia	Int.	Ampla concorrência	622,72
Gurupi	Agronomia	Int.	Cota racial até 1,5 sm	576,49
Gurupi	Agronomia	Int.	Cota racial renda livre	575,07
Gurupi	Agronomia	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	606,38
Gurupi	Agronomia	Int.	Esc. pública renda livre	581,26
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Ampla concorrência	646,85
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Cota racial até 1,5 sm	575,64
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Cota racial renda livre	579,87
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	621,72
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Esc. pública renda livre	570,46
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Ampla concorrência	613,93
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Cota racial até 1,5 sm	572,28
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Cota racial renda livre	572,44
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	577,19
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Esc. pública renda livre	597,15
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Ampla concorrência	601,38
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Cota racial até 1,5 sm	556,25
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Cota racial renda livre	557,22
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	600,02
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Esc. pública renda livre	589,45
Miracema	Educação Física	Not.	Ampla concorrência	585,25
Miracema	Educação Física	Not.	Cota racial até 1,5 sm	563,37
Miracema	Educação Física	Not.	Cota racial renda livre	563,01
Miracema	Educação Física	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	562,57
Miracema	Educação Física	Not.	Esc. pública renda livre	579,1
Miracema	Pedagogia	Not.	Ampla concorrência	572,3
Miracema	Pedagogia	Not.	Cota racial até 1,5 sm	546,15
Miracema	Pedagogia	Not.	Cota racial renda livre	549,91
Miracema	Pedagogia	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	550,28
Miracema	Pedagogia	Not.	Esc. pública renda livre	542,76
Miracema	Serviço Social	Mat.	Ampla concorrência	586,3
Miracema	Serviço Social	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	563,19
Miracema	Serviço Social	Mat.	Cota racial renda livre	564,71
Miracema	Serviço Social	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	574,23
Miracema	Serviço Social	Mat.	Esc. pública renda livre	569,19
Palmas	Administração	Not.	Ampla concorrência	640
Palmas	Administração	Not.	Cota racial até 1,5 sm	603,06
Palmas	Administração	Not.	Cota racial renda livre	612,91
Palmas	Administração	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	620,68
Palmas	Administração	Not.	Esc. pública renda livre	596,46
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Ampla concorrência	694,17
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Cota racial até 1,5 sm	631,67
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Cota racial renda livre	654,45
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Esc. Pública até 1,5 sm	667,86
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Esc. Pública renda livre	678,41
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Ampla concorrência	635,95
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Cota racial até 1,5 sm	591,11
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Cota racial renda livre	607,06
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	606,99
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Esc. pública renda livre	598,95
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Ampla concorrência	629,79
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Cota racial até 1,5 sm	600,28

Palmas	Ciências Contábeis		Not.	Cota racial renda livre	602,85
Palmas	Ciências Contábeis		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	611,22
Palmas	Ciências Contábeis		Not.	Esc. pública renda livre	623,54
Palmas	Ciências Econômicas		Not.	Ampla concorrência	633,27
Palmas	Ciências Econômicas		Not.	Cota racial até 1,5 sm	583,61
Palmas	Ciências Econômicas		Not.	Cota racial renda livre	595,33
Palmas	Ciências Econômicas		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	615,33
Palmas	Ciências Econômicas		Not.	Esc. pública renda livre	611,92
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo		Not.	Ampla concorrência	644,39
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo		Not.	Cota racial até 1,5 sm	604,96
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo		Not.	Cota racial renda livre	610,08
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	617,25
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo		Not.	Esc. pública renda livre	632,01
Palmas	Direito		Not.	Ampla concorrência	701,06
Palmas	Direito		Not.	Cota racial até 1,5 sm	644,26
Palmas	Direito		Not.	Cota racial renda livre	662,96
Palmas	Direito		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	663,69
Palmas	Direito		Not.	Esc. pública renda livre	670,94
Palmas	Enfermagem		Int.	Ampla concorrência	654,04
Palmas	Enfermagem		Int.	Cota racial até 1,5 sm	609,98
Palmas	Enfermagem		Int.	Cota racial renda livre	586,98
Palmas	Enfermagem		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	629,28
Palmas	Enfermagem		Int.	Esc. pública renda livre	667,6
Palmas	Engenharia Ambiental		Int.	Ampla concorrência	648,5
Palmas	Engenharia Ambiental		Int.	Cota racial até 1,5 sm	606,51
Palmas	Engenharia Ambiental		Int.	Cota racial renda livre	613,65
Palmas	Engenharia Ambiental		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	611,61
Palmas	Engenharia Ambiental		Int.	Esc. pública renda livre	638,97
Palmas	Engenharia Civil		Int.	Ampla concorrência	722,35
Palmas	Engenharia Civil		Int.	Cota racial até 1,5 sm	642,53
Palmas	Engenharia Civil		Int.	Cota racial renda livre	666,45
Palmas	Engenharia Civil		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	692,75
Palmas	Engenharia Civil		Int.	Esc. pública renda livre	693,24
Palmas	Engenharia de Alimentos		Int.	Ampla concorrência	642,25
Palmas	Engenharia de Alimentos		Int.	Cota racial até 1,5 sm	582,01
Palmas	Engenharia de Alimentos		Int.	Cota racial renda livre	588,45
Palmas	Engenharia de Alimentos		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	592,35
Palmas	Engenharia de Alimentos		Int.	Esc. pública renda livre	615,78
Palmas	Engenharia Elétrica		Int.	Ampla concorrência	689,92
Palmas	Engenharia Elétrica		Int.	Cota racial até 1,5 sm	628,5
Palmas	Engenharia Elétrica		Int.	Cota racial renda livre	623,14
Palmas	Engenharia Elétrica		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	653,32
Palmas	Engenharia Elétrica		Int.	Esc. pública renda livre	675,4
Palmas	Filosofia		Not.	Ampla concorrência	608,99
Palmas	Filosofia		Not.	Cota racial até 1,5 sm	574,1
Palmas	Filosofia		Not.	Cota racial renda livre	589,86
Palmas	Filosofia		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	590,83
Palmas	Filosofia		Not.	Esc. pública renda livre	596,38
Palmas	Medicina		Int.	Ampla concorrência	769,98
Palmas	Medicina		Int.	Cota racial até 1,5 sm	709,58
Palmas	Medicina		Int.	Cota racial renda livre	723,78
Palmas	Medicina		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	720,62
Palmas	Medicina		Int.	Esc. pública renda livre	739,71
Palmas	Nutrição		Int.	Ampla concorrência	640,52
Palmas	Nutrição		Int.	Cota racial até 1,5 sm	596,35
Palmas	Nutrição		Int.	Cota racial renda livre	588,72
Palmas	Nutrição		Int.	Esc. pública até 1,5 sm	591,91
Palmas	Nutrição		Int.	Esc. pública renda livre	614,15
Palmas	Pedagogia		Not.	Ampla concorrência	599,78
Palmas	Pedagogia		Not.	Cota racial até 1,5 sm	578,43
Palmas	Pedagogia		Not.	Cota racial renda livre	580,38
Palmas	Pedagogia		Not.	Esc. pública até 1,5 sm	579,88
Palmas	Pedagogia		Not.	Esc. pública renda livre	582,41

Palmas	Teatro	Not.	Ampla concorrência	616,08
Palmas	Teatro	Not.	Cota racial até 1,5 sm	571,53
Palmas	Teatro	Not.	Cota racial renda livre	573,52
Palmas	Teatro	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	580,78
Palmas	Teatro	Not.	Esc. pública renda livre	600,38
Porto Nacional	Letras	Mat	Ampla concorrência	598,8
Porto Nacional	Letras	Mat	Cota racial até 1,5 sm	560,56
Porto Nacional	Letras	Mat	Cota racial renda livre	544,1
Porto Nacional	Letras	Mat	Esc. pública até 1,5 sm	567,73
Porto Nacional	Letras	Mat	Esc. pública renda livre	592,03
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Ampla concorrência	603,36
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Cota racial até 1,5 sm	557,22
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Cota racial renda livre	568,06
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Esc. pública até 1,5 sm	565,92
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Esc. pública renda livre	582,89
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Ampla concorrência	600,48
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Cota racial até 1,5 sm	565,26
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Cota racial renda livre	567,46
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	579,4
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública renda livre	592,08
Porto Nacional	Geografia	Not.	Ampla concorrência	582,69
Porto Nacional	Geografia	Not.	Cota racial até 1,5 sm	552,91
Porto Nacional	Geografia	Not.	Cota racial renda livre	550,18
Porto Nacional	Geografia	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	583,92
Porto Nacional	Geografia	Not.	Esc. pública renda livre	570,18
Porto Nacional	História	Mat.	Ampla concorrência	607,37
Porto Nacional	História	Mat.	Cota racial até 1,5 sm	562,28
Porto Nacional	História	Mat.	Cota racial renda livre	565,98
Porto Nacional	História	Mat.	Esc. pública até 1,5 sm	573,7
Porto Nacional	História	Mat.	Esc. pública renda livre	588,06
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp.	Ampla concorrência	665,1
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp.	Cota racial até 1,5 sm	612,11
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp.	Cota racial renda livre	616,31
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp.	Esc. pública até 1,5 sm	631,39
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp.	Esc. pública renda livre	635,6
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Ampla concorrência	581,81
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Cota racial até 1,5 sm	558,48
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Cota racial renda livre	554,66
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	560,12
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública renda livre	576,74
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Ampla concorrência	587,52
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Cota racial até 1,5 sm	569,64
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Cota racial renda livre	568,25
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Esc. pública até 1,5 sm	583,51
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Esc. pública renda livre	581,04
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat	Ampla concorrência	581,45
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat	Cota racial até 1,5 sm	552,33
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat	Cota racial renda livre	546,48
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat	Esc. pública até 1,5 sm	549,73
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat	Esc. pública renda livre	563,25

Fonte: Dados Sisu, 2015, encaminhados pela Prograd.

Quadro 36: Lista das notas de corte Sisu 2016 na UFT.

CAMPUS	CURSO	TURNO	DISPUTA – JANEIRO 2016	NOTAS
Araguaína (Cimba)	Letras	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	567,33
Araguaína (Cimba)	Letras	Mat.	Ampla concorrência	590,68
Araguaína (Cimba)	Letras	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	561,78
Araguaína (Cimba)	Letras	Mat.	Esc. pública, renda livre	519,38
Araguaína (Cimba)	Letras	Mat.	Cota racial, renda livre	573,65
Araguaína (Cimba)	Ciências Biológicas	Mat.	Cota racial, renda livre	554,22
Araguaína (Cimba)	Ciências Biológicas	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	562,83
Araguaína (Cimba)	Ciências Biológicas	Mat.	Ampla concorrência	609,82
Araguaína (Cimba)	Ciências Biológicas	Mat.	Esc. pública, renda livre	574,02
Araguaína (Cimba)	Ciências Biológicas	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	552,75

Araguaína (Cimba)	Física	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	550,22
Araguaína (Cimba)	Física	Mat.	Cota racial, renda livre	537,26
Araguaína (Cimba)	Física	Mat.	Escola pública, renda livre	663,37
Araguaína (Cimba)	Física	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	542,93
Araguaína (Cimba)	Física	Mat.	Ampla concorrência	565,84
Araguaína (Cimba)	Geografia	Not.	Cota racial, renda livre	564,6
Araguaína (Cimba)	Geografia	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	561,78
Araguaína (Cimba)	Geografia	Not.	Cota racial, renda até 1,5 SM	556,39
Araguaína (Cimba)	Geografia	Not.	Esc. pública, renda livre	565,2
Araguaína (Cimba)	Geografia	Not.	Ampla concorrência	579,34
Araguaína (Cimba)	Gestão de Cooperativas	Mat.	Ampla concorrência	563,32
Araguaína (Cimba)	Gestão de Cooperativas	Mat.	Cota racial, renda livre	544,62
Araguaína (Cimba)	Gestão de Cooperativas	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	544,62
Araguaína (Cimba)	Gestão de Cooperativas	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	533,31
Araguaína (Cimba)	Gestão de Cooperativas	Mat.	Esc. pública, renda livre	552,09
Araguaína (Cimba)	Gestão de Turismo	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	544,58
Araguaína (Cimba)	Gestão de Turismo	Mat.	Ampla concorrência	567,8
Araguaína (Cimba)	Gestão de Turismo	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	559,85
Araguaína (Cimba)	Gestão de Turismo	Mat.	Esc. pública, renda livre	592,74
Araguaína (Cimba)	Gestão de Turismo	Mat.	Cota racial, renda livre	548,3
Araguaína (Cimba)	História	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	563,73
Araguaína (Cimba)	História	Not.	Ampla concorrência	597,23
Araguaína (Cimba)	História	Not.	Cota racial, renda livre	572,08
Araguaína (Cimba)	História	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	574,73
Araguaína (Cimba)	História	Not.	Esc. pública, renda livre	590,98
Araguaína (Cimba)	Logística	Mat.	Esc. pública, renda livre	584,52
Araguaína (Cimba)	Logística	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	576,52
Araguaína (Cimba)	Logística	Mat.	Cota racial, renda livre	567,17
Araguaína (Cimba)	Logística	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	559,54
Araguaína (Cimba)	Logística	Mat.	Ampla concorrência	586,08
Araguaína (Cimba)	Matemática	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	567,7
Araguaína (Cimba)	Matemática	Mat.	Cota racial, renda livre	557,25
Araguaína (Cimba)	Matemática	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	561,52
Araguaína (Cimba)	Matemática	Mat.	Ampla concorrência	571,36
Araguaína (Cimba)	Matemática	Mat.	Esc. pública, renda livre	576,36
Araguaína (Cimba)	Química	Mat.	Cota racial, renda livre	541,17
Araguaína (Cimba)	Química	Mat.	Ampla concorrência	571,86
Araguaína (Cimba)	Química	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	564,16
Araguaína (Cimba)	Química	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	531,83
Araguaína (Cimba)	Química	Mat.	Esc. pública, renda livre	553,08
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Esc. pública, renda livre	622,99
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Ampla concorrência	659,54
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	624,09
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	604,42
Araguaína	Medicina Veterinária	Int.	Cota racial, renda livre	623,12
Araguaína	Zootecnia	Int.	Ampla concorrência	595,02
Araguaína	Zootecnia	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	586,28
Araguaína	Zootecnia	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	567,22
Araguaína	Zootecnia	Int.	Esc. pública, renda livre	592,38
Araguaína	Zootecnia	Int.	Cota racial, renda livre	554,9
Arraias	Matemática	Mat.	Ampla concorrência	552,29
Arraias	Matemática	Mat.	Esc. pública, renda livre	557,63
Arraias	Matemática	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	526,43
Arraias	Matemática	Mat.	Cota racial, renda livre	528,43
Arraias	Matemática	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	522,97
Arraias	Pedagogia	Mat.	Cota racial, renda livre	540,21
Arraias	Pedagogia	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	532,13
Arraias	Pedagogia	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	536,45
Arraias	Pedagogia	Mat.	Ampla concorrência	556,88
Arraias	Pedagogia	Mat.	Esc. pública, renda livre	540,62
Gurupi	Agronomia	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	598,15
Gurupi	Agronomia	Int.	Ampla concorrência	610,01
Gurupi	Agronomia	Int.	Esc. pública, renda livre	585,01
Gurupi	Agronomia	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	566,2
Gurupi	Agronomia	Int.	Cota racial, renda livre	567,83
Gurupi	Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Esc. pública, renda livre	622,34
Gurupi	Eng. de Bioprocessos e	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	568,98

	Biotecnologia			
Gurupi	Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Ampla concorrência	628,74
Gurupi	Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Cota racial, renda livre	571,12
Gurupi	Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	587,42
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Cota racial, renda livre	569,46
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Ampla concorrência	600,84
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Esc. pública, renda livre	582,75
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	583,69
Gurupi	Engenharia Florestal	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	571,25
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	566,62
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Esc. pública, renda livre	561,38
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Cota racial, renda livre	544,58
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	551,01
Gurupi	Química Ambiental	Int.	Ampla concorrência	579,2
Miracema	Educação Física	Not.	Cota racial, renda livre	563,1
Miracema	Educação Física	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	562,5
Miracema	Educação Física	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	578,8
Miracema	Educação Física	Not.	Esc. pública, renda livre	564,08
Miracema	Educação Física	Not.	Ampla concorrência	584,61
Miracema	Pedagogia	Not.	Ampla concorrência	565,03
Miracema	Pedagogia	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	542,73
Miracema	Pedagogia	Not.	Cota racial, renda livre	544,69
Miracema	Pedagogia	Not.	Esc. pública, renda livre	575,16
Miracema	Pedagogia	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	566,28
Miracema	Serviço Social	Mat.	Ampla concorrência	586,96
Miracema	Serviço Social	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	568,76
Miracema	Serviço Social	Mat.	Cota racial, renda livre	567,23
Miracema	Serviço Social	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	557,28
Miracema	Serviço Social	Mat.	Esc. pública, renda livre	579,93
Palmas	Administração	Not.	Cota racial, renda livre	602,02
Palmas	Administração	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	592,25
Palmas	Administração	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	604,75
Palmas	Administração	Not.	Ampla concorrência	639,58
Palmas	Administração	Not.	Esc. pública, renda livre	632,24
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	664,72
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Esc. pública, renda livre	671,32
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	639,78
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Ampla concorrência	702,3
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	Int.	Cota racial, renda livre	628,22
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	594,32
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Esc. pública, renda livre	609,95
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	585,59
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Cota racial, renda livre	600,98
Palmas	Ciência da Computação	Int.	Ampla concorrência	630,5
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Ampla concorrência	624,08
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	594,95
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Esc. pública, renda livre	621,33
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	617,58
Palmas	Ciências Contábeis	Not.	Cota racial, renda livre	611,18
Palmas	Ciências Econômicas	Not.	Ampla concorrência	637,58
Palmas	Ciências Econômicas	Not.	Esc. pública, renda livre	623,97
Palmas	Ciências Econômicas	Not.	Cota racial, renda livre	604,84
Palmas	Ciências Econômicas	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	612,98
Palmas	Ciências Econômicas	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	591,08
Palmas	Direito	Not.	Ampla concorrência	704,29
Palmas	Direito	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	675,11
Palmas	Direito	Not.	Cota racial, renda livre	666,13
Palmas	Direito	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	644,13
Palmas	Direito	Not.	Esc. pública, renda livre	668,01
Palmas	Enfermagem	Int.	Esc. pública, renda livre	670,8
Palmas	Enfermagem	Int.	Ampla concorrência	653,73
Palmas	Enfermagem	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	610,6
Palmas	Enfermagem	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	648,12
Palmas	Enfermagem	Int.	Cota racial, renda livre	612,64
Palmas	Engenharia Ambiental	Int.	Esc. pública, renda livre	631,98

Palmas	Engenharia Ambiental	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	614,78
Palmas	Engenharia Ambiental	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	597,05
Palmas	Engenharia Ambiental	Int.	Ampla concorrência	643,09
Palmas	Engenharia Ambiental	Int.	Cota racial, renda livre	604,52
Palmas	Engenharia Civil	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	661,45
Palmas	Engenharia Civil	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	645,47
Palmas	Engenharia Civil	Int.	Esc. pública, renda livre	670,48
Palmas	Engenharia Civil	Int.	Cota racial, renda livre	650,02
Palmas	Engenharia Civil	Int.	Ampla concorrência	711,72
Palmas	Engenharia de Alimentos	Int.	Ampla concorrência	617,63
Palmas	Engenharia de Alimentos	Int.	Cota racial, renda livre	586,42
Palmas	Engenharia de Alimentos	Int.	Esc. pública, renda livre	587,24
Palmas	Engenharia de Alimentos	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	594,52
Palmas	Engenharia de Alimentos	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	579,69
Palmas	Engenharia Elétrica	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	611,82
Palmas	Engenharia Elétrica	Int.	Cota racial, renda livre	634,24
Palmas	Engenharia Elétrica	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	641,95
Palmas	Engenharia Elétrica	Int.	Esc. pública, renda livre	607,15
Palmas	Engenharia Elétrica	Int.	Ampla concorrência	680,36
Palmas	Filosofia	Not.	Ampla concorrência	613,6
Palmas	Filosofia	Not.	Esc. pública, renda livre	611,94
Palmas	Filosofia	Not.	Cota racial, renda livre	569,53
Palmas	Filosofia	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	579,18
Palmas	Filosofia	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	587,27
Palmas	Jornalismo	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	604,16
Palmas	Jornalismo	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	599,01
Palmas	Jornalismo	Not.	Esc. pública, renda livre	635,47
Palmas	Jornalismo	Not.	Cota racial, renda livre	608,33
Palmas	Jornalismo	Not.	Ampla concorrência	639,09
Palmas	Medicina	Int.	Esc. pública, renda livre	733,22
Palmas	Medicina	Int.	Cota racial, renda livre	719,2
Palmas	Medicina	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	731,11
Palmas	Medicina	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	708,86
Palmas	Medicina	Int.	Ampla concorrência	769,75
Palmas	Nutrição	Int.	Ampla concorrência	640,68
Palmas	Nutrição	Int.	Cota racial, renda livre	597,98
Palmas	Nutrição	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	604,71
Palmas	Nutrição	Int.	Esc. pública, renda livre	614,95
Palmas	Nutrição	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	592,77
Palmas	Pedagogia	Not.	Ampla concorrência	592,95
Palmas	Pedagogia	Not.	Esc. pública, renda livre	578,74
Palmas	Pedagogia	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	580,83
Palmas	Pedagogia	Not.	Cota racial, renda livre	580,16
Palmas	Pedagogia	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	576,48
Palmas	Teatro	Not.	Ampla concorrência	604,11
Palmas	Teatro	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	570,56
Palmas	Teatro	Not.	Cota racial, renda livre	574,13
Palmas	Teatro	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	588,79
Palmas	Teatro	Not.	Esc. pública, renda livre	579,97
Porto Nacional	Letras	Mat.	Cota racial, renda livre	562,3
Porto Nacional	Letras	Mat.	Ampla concorrência	591,33
Porto Nacional	Letras	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	560,79
Porto Nacional	Letras	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	558,5
Porto Nacional	Letras	Mat.	Esc. pública, renda livre	581,41
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Esc. pública, renda livre	566,42
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Cota racial, renda livre	552,35
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Ampla concorrência	587,35
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Cota racial, renda até 1,5 sm	550,27
Porto Nacional	Ciências Biológicas	Int.	Esc. pública, renda 1,5 sm	563,25
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	556,53
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	565,95
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública, renda livre	564,67
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Ampla concorrência	581,03
Porto Nacional	Ciências Sociais	Not.	Cota racial, renda livre	556,01
Porto Nacional	Geografia	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	550,82
Porto Nacional	Geografia	Not.	Cota racial, renda livre	544
Porto Nacional	Geografia	Not.	Esc. pública, renda livre	563,82
Porto Nacional	Geografia	Not.	Ampla concorrência	572,5

Porto Nacional	Geografia	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	544,57
Porto Nacional	História	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	563,93
Porto Nacional	História	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	565,23
Porto Nacional	História	Mat.	Ampla concorrência	585,18
Porto Nacional	História	Mat.	Cota racial, renda livre	567,41
Porto Nacional	História	Mat.	Esc. pública, renda livre	567,68
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp	Esc. pública, renda 1,5 sm	611,68
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp	Ampla concorrência	665,14
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp	Cota racial, renda livre	607,64
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp	Esc. pública, renda livre	651,29
Porto Nacional	Relações Internacionais	Vesp	Cota racial, renda até 1,5 sm	603,78
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	546,2
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública, renda livre	586,73
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	551,93
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Cota racial, renda livre	554,78
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Not.	Ampla concorrência	573,85
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Esc. pública, renda 1,5 sm	564,99
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Cota racial, renda livre	573,14
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Ampla concorrência	590,64
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Esc. pública, renda livre	562,55
Tocantinópolis	Educação Física	Not.	Cota racial, renda até 1,5 sm	567,01
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat.	Esc. pública, renda 1,5 sm	553,18
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat.	Cota racial, renda até 1,5 sm	545,69
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat.	Esc. pública, renda livre	565,81
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat.	Ampla concorrência	563,65
Tocantinópolis	Pedagogia	Mat.	Cota racial, renda livre	544,23

Fonte: Dados Sisu, 2016, encaminhados pela Prograd.

Quadro 37: Dados Sisu 2017.

CÂMPUS	CURSO	TURNO	SEMESTRE	TOTAL DE VAGAS	NOTA DE CORTE
Araguaína	ABI - LETRAS Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	2017/1	40	570,70
Araguaína	ABI - LETRAS Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	2017/2	40	578,10
Araguaína	Biologia (Licenciatura)	Noturno	2017/2	30	589,05
Araguaína	Biologia (Licenciatura)	Matutino	2017/1	30	594,31
Araguaína	Física (Licenciatura)	Noturno	2017/2	30	556,51
Araguaína	Física (Licenciatura)	Matutino	2017/1	30	543,73
Araguaína	Geografia (Licenciatura)	Matutino	2017/2	40	562,26
Araguaína	Geografia (Licenciatura)	Noturno	2017/1	40	567,30
Araguaína	Gestão de Cooperativas (Tecnológico)	Noturno	2017/2	30	549,33
Araguaína	Gestão de Cooperativas (Tecnológico)	Matutino	2017/1	30	541,16
Araguaína	Gestão de Turismo (Tecnológico)	Noturno	2017/2	30	551,57
Araguaína	Gestão de Turismo (Tecnológico)	Matutino	2017/1	30	546,96
Araguaína	História (Licenciatura)	Matutino	2017/2	40	582,84
Araguaína	História (Licenciatura)	Noturno	2017/1	40	597,40
Araguaína	Logística (Tecnológico)	Noturno	2017/2	30	576,76
Araguaína	Logística (Tecnológico)	Matutino	2017/1	30	556,98
Araguaína	Matemática (Licenciatura)	Noturno	2017/2	40	570,50
Araguaína	Matemática (Licenciatura)	Matutino	2017/1	40	553,86
Araguaína	Medicina Veterinária (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	649,88
Araguaína	Química (Licenciatura)	Matutino	2017/1	30	534,60
Araguaína	Química (Licenciatura)	Noturno	2017/2	30	552,58
Araguaína	Zootecnia (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	584,89
Arraias	Matemática (Licenciatura)	Noturno	2017/2	40	554,05
Arraias	Matemática (Licenciatura)	Matutino	2017/1	40	531,98
Arraias	Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	2017/2	40	540,44
Arraias	Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	2017/1	40	549,23
Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental (Tecnológico)	Noturno	2017/1	40	561,55
Gurupi	Agronomia (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	596,81
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	605,66
Gurupi	Engenharia Florestal (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	581,78
Gurupi	Química Ambiental (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	550,15

Miracema	Educação Física (Licenciatura)	Noturno	2017/1	40	578,53
Miracema	Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	2017/1	40	542,72
Miracema	Psicologia (Bacharelado)	Integral	2017/1	40	653,63
Miracema	Serviço Social (Bacharelado)	Matutino	2017/1	40	566,75
Miracema	Serviço Social (Bacharelado)	Noturno	2017/2	40	568,13
Palmas	Administração (Bacharelado)	Noturno	2017/1	40	629,48
Palmas	Administração (Bacharelado)	Matutino	2017/2	40	622,18
Palmas	Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado)	Integral	Ambos	50	686,16
Palmas	Ciência da Computação (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	621,29
Palmas	Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	Ambos	80	616,45
Palmas	Ciências Econômicas (Bacharelado)	Noturno	2017/1	40	620,41
Palmas	Ciências Econômicas (Bacharelado)	Matutino	2017/2	40	609,59
Palmas	Direito (Bacharelado)	Noturno	2017/1	40	689,08
Palmas	Direito (Bacharelado)	Matutino	2017/2	40	691,70
Palmas	Enfermagem (Bacharelado)	Integral	Ambos	40	664,30
Palmas	Engenharia Ambiental (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	620,52
Palmas	Engenharia Civil (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	693,78
Palmas	Engenharia de Alimentos (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	598,51
Palmas	Engenharia Elétrica (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	657,44
Palmas	Filosofia (Licenciatura)	Noturno	Ambos	80	596,91
Palmas	Jornalismo (Bacharelado)	Matutino	2017/2	40	662,34
Palmas	Jornalismo (Bacharelado)	Noturno	2017/1	40	646,76
Palmas	Medicina (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	778,54
Palmas	Nutrição (Bacharelado)	Integral	Ambos	80	658,72
Palmas	Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	Ambos	80	577,26
Palmas	Teatro (Licenciatura)	Noturno	Ambos	80	576,83
Porto Nacional	ABI LETRAS Língua Portuguesa e Literaturas ou Língua Inglesa e	Matutino	2017/1	40	568,78
Porto Nacional	ABI LETRAS Língua Portuguesa e Literaturas ou Língua Inglesa e	Noturno	2017/2	40	562,18
Porto Nacional	Ciências Biológicas (Licenciatura)	Integral	2017/2	30	610,74
Porto Nacional	Ciências Biológicas (Bacharelado)	Integral	2017/1	30	618,79
Porto Nacional	Ciências Sociais (Bacharelado)	Noturno	2017/1	40	574,98
Porto Nacional	Geografia (Licenciatura)	Noturno	2017/1	40	538,20
Porto Nacional	Geografia (Licenciatura)	Matutino	2017/2	40	550,48
Tocantinópolis	Ciências Sociais	Não informado			
Tocantinópolis	Educação Física				
Tocantinópolis	Pedagogia				

Fonte: Dados Sisu, 2017, encaminhados pela Prograd.

Esses dados permitem a análise do perfil dos ingressantes para implementação de políticas públicas institucionais e estudos sobre evasão e desistência nos períodos iniciais, bem como traçar novas diretrizes. Considerando a avaliação do triênio, percebe-se que em 2015 a nota de ingresso do SISU ficou entre 541,4 a 770; no SISU 2016 entre 519,38 e 769,75; e no SISU 2017 entre 531,98 e 778,58.

3.3.4 Relações do Eixo 3 com o PDI

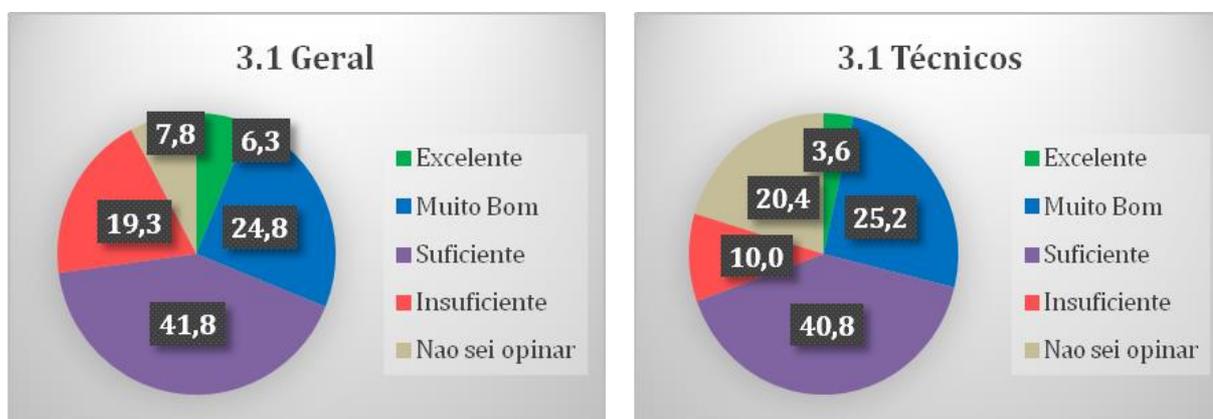
O Eixo 3 trata de políticas acadêmicas, das dimensões políticas para ensino, pesquisa e extensão; comunicação com a sociedade e políticas de atendimento aos discentes. A missão da UFT consiste em formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal. Nesse sentido, a identidade institucional se fundamenta em valores, objetivos e conseqüentemente em políticas de fortalecimento da graduação, pós-graduação, atendimento e comunicação com seus discentes e a comunidade interna e externa. Muitas

ações previstas no PDI estão sendo implementadas, considerando que o projeto teve início em 2016 e as metas e ações estão divididas em ações semestrais.

3.3.5 Apresentação dos Dados do Eixo 3 pela CPA

Foram realizadas onze perguntas em relação a este Eixo para que se pudesse obter a avaliação, segundo a ótica da comunidade acadêmica. Observa-se que os índices são satisfatórios considerando os três segmentos, docentes, discentes e técnicos administrativos, como pode ser observado no gráfico 14.

Gráfico 14: Pergunta: 3-1: As ações acadêmicas administrativas para os cursos de graduação na UFT estão de acordo com as políticas de ensino institucionais.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A pergunta almejou avaliar a efetividade da relação entre as ações acadêmico administrativas e as políticas de ensino institucionais. O resultado evidenciou uma parcela significativa dos entrevistados (41,8%) considerou essa relação como suficiente. Importante notar que o percentual de 20,4%, correspondente ao segmento dos técnicos administrativos, não soube opinar.

O gráfico 15 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-2.

Gráfico 15: As ações acadêmicas administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na UFT estão de acordo com as políticas institucionais.

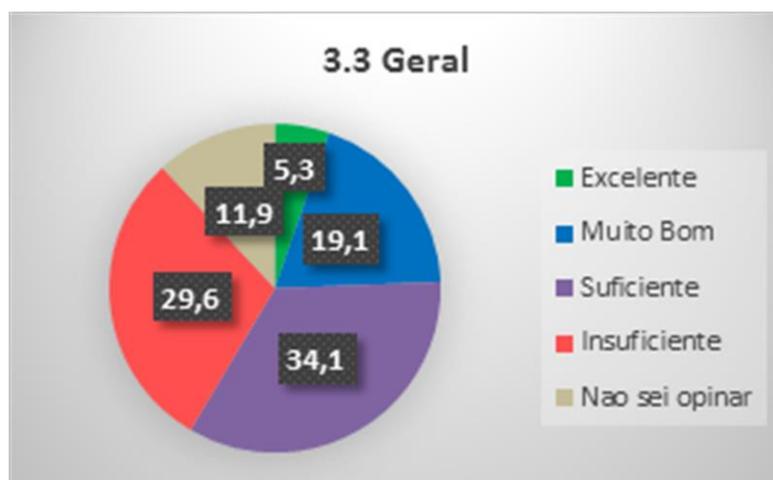


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Ao direcionar a avaliação para as especificidades do universo da pesquisa, iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, em que pese a maioria dos entrevistados novamente considerar a relação como suficiente (34,7%), dessa vez sobressai um índice expressivo (30,3%), que classificou as ações como insuficiente.

O gráfico 16 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-3.

Gráfico 16: As ações acadêmico-administrativas para a extensão na UFT estão de acordo com as políticas institucionais.

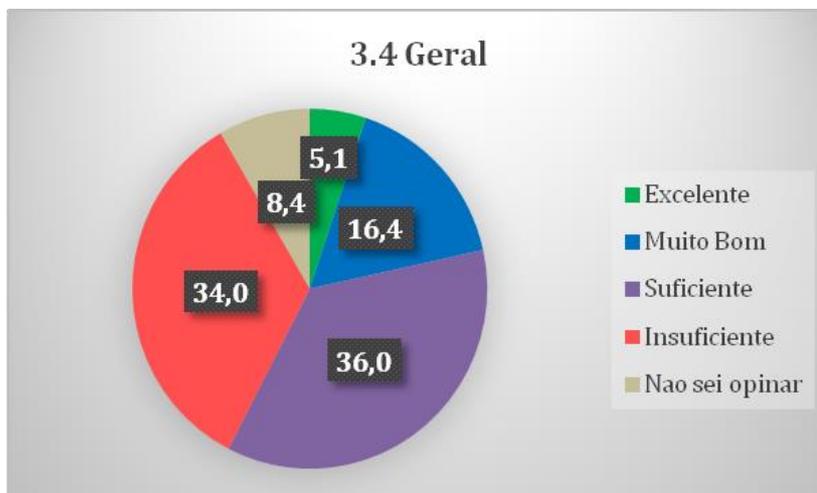


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Em consonância com o resultado anterior, as ações direcionadas à extensão igualmente foram classificadas como insuficiente por parcela significativa dos entrevistados (29,6%) e 11,9% não souberam opinar, conquanto a maioria tenha considerado tal relação como suficiente (34,1%).

O gráfico 17 abaixo mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-4.

Gráfico 17: As ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas (científica, didático- pedagógica, tecnológica, artística e cultural da UFT) estão de acordo com as políticas institucionais.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A divulgação de ações na UFT enfrenta, há anos, inúmeros entraves, e a avaliação dos entrevistados reflete esta realidade. Não por acaso, 34% consideram insuficientes as ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas, superado em apenas dois pontos percentuais por aqueles que classificaram a difusão como suficiente (36%).

O gráfico 18 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-5.

Gráfico 18: A UFT se comunica com a comunidade externa.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

O modo como a expressiva maioria dos entrevistados (44%) percebe a relação da UFT com a comunidade externa, qual seja, insuficiente, corrobora com os problemas atinentes às formas de difusão das ações da UFT, conforme exposto no item anterior.

O gráfico 19 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-6.

Gráfico 19: A UFT se comunica com a comunidade interna.

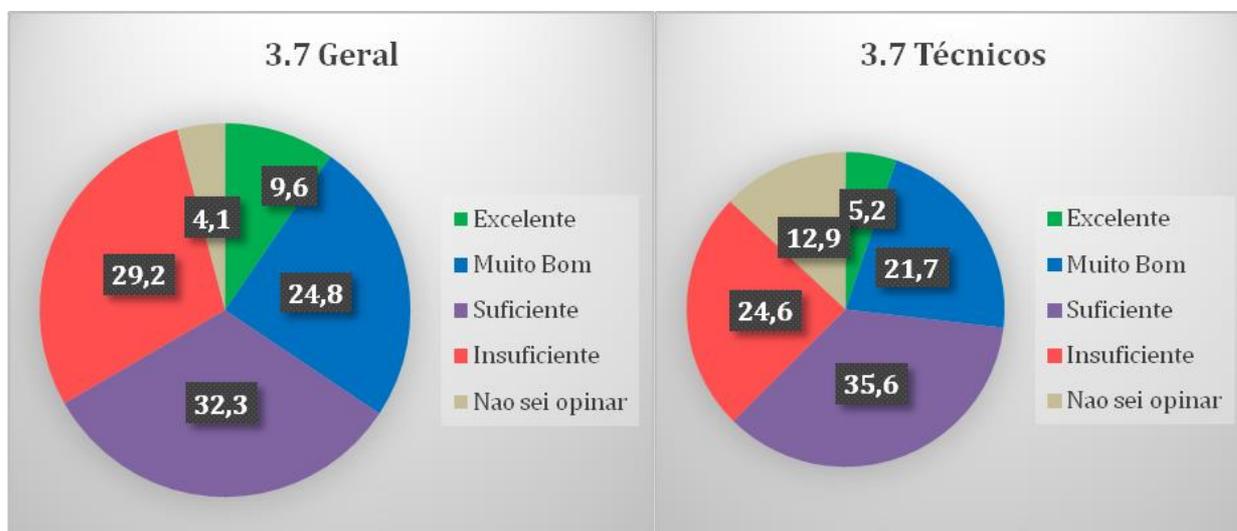


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na relação com seus servidores e estudantes, a comunicação da UFT apresentou desempenho ligeiramente superior, uma vez que a maioria dos entrevistados (39,8%) considerou a relação suficiente. Entretanto, 33,4% classificou a comunicação com a comunidade interna como insuficiente – índice elevado, reflexo dos problemas apontados nos dois itens anteriores, como está demonstrado no gráfico 19.

O gráfico 20 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-7.

Gráfico 20: A UFT desenvolve programas de apoio aos estudantes.

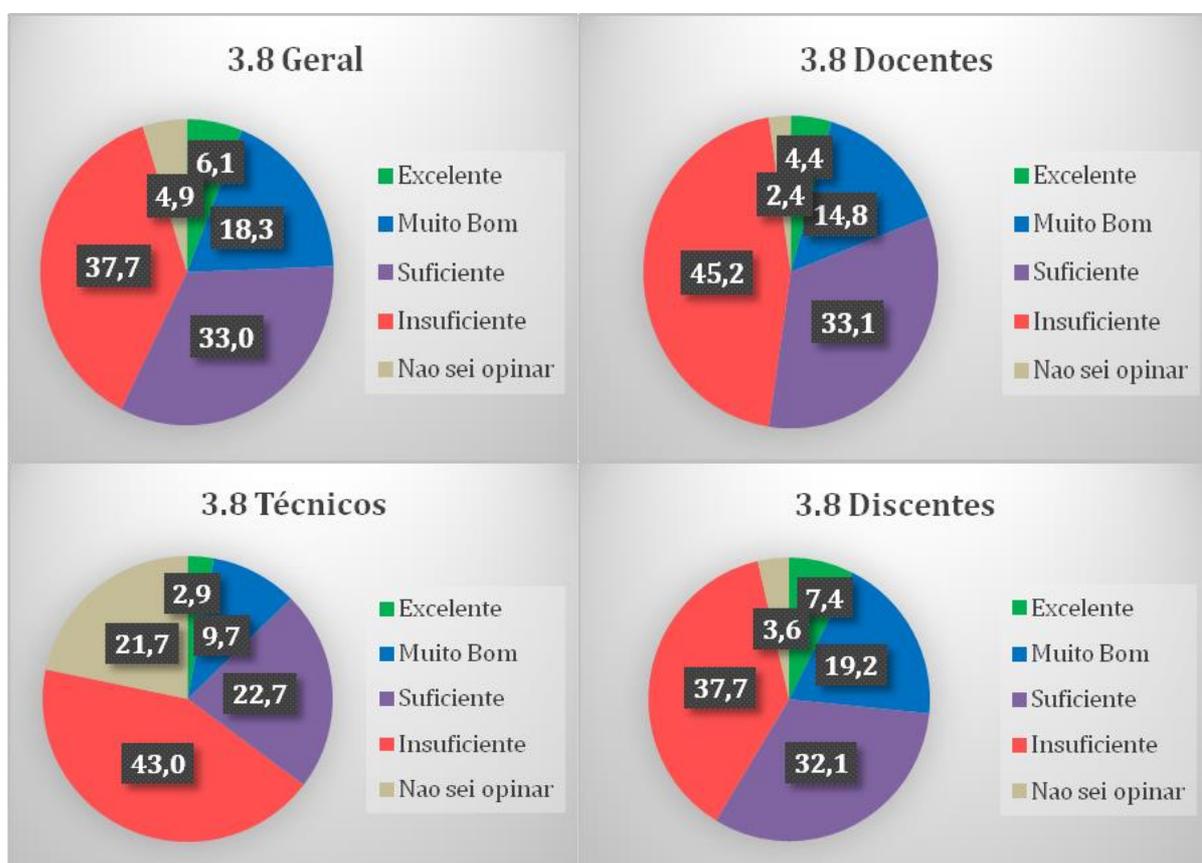


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, os índices atribuídos ao desenvolvimento de programas estudantis foram semelhantes para aqueles que classificaram como suficiente (32,3%), insuficiente (29,2%) e muito bom (24,8%). Cabe ressaltar que 12,9% dos técnicos não souberam opinar.

O gráfico 21 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-8.

Gráfico 21: A UFT desenvolve programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

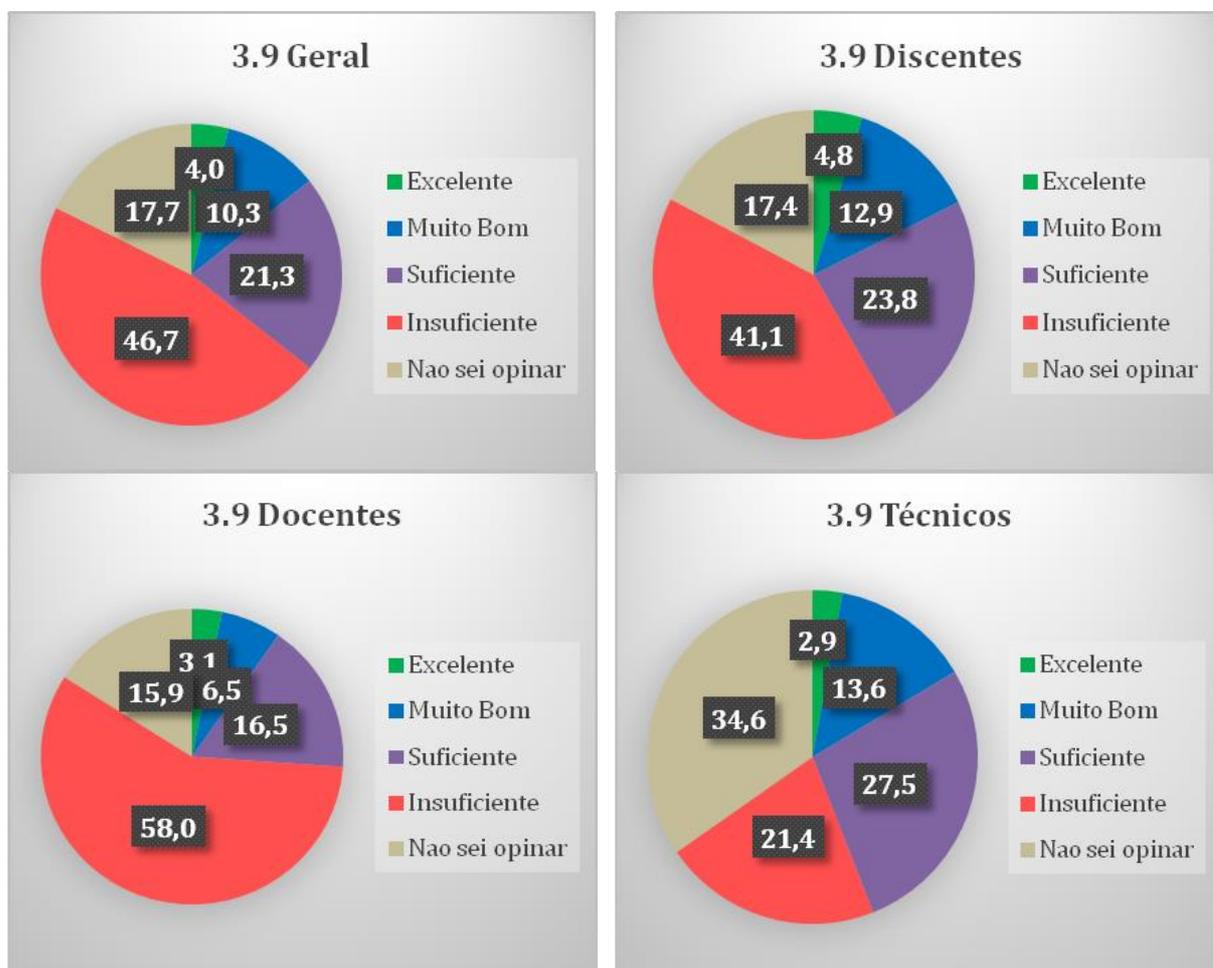


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A maior parte dos entrevistados (37,7%) considerou insuficiente o apoio da instituição à realização de eventos internos, externos e à produção discente. Esse resultado pode ser reflexo do corte de recursos que vem ocorrendo nos últimos anos, constituindo um dos impactos mais imediatos a redução no apoio à realização de eventos. Percebe-se que 45,2% dos docentes que responderam ao questionário consideraram insuficiente o apoio da instituição à realização de eventos internos, externos e à produção discente. A maior parte da população de técnicos (43,0%) considerou insuficiente o apoio da instituição à realização de eventos internos, externos e à produção discente, e 21,7 % não souberam opinar.

O gráfico 22 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-9.

Gráfico 22: A UFT desenvolve políticas e ações de acompanhamento dos egressos.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

No que se refere à política de acompanhamento de egressos, 46,7% dos entrevistados consideraram a referida ação como insuficiente. Se dividirmos por função, percebe-se que 58% dos docentes e 41,% dos discentes acham insuficiente a política de acompanhamento de egressos, enquanto que 34,6% dos técnicos não sabem opinar. O alto índice de insatisfação quanto à política de acompanhamento de egresso evidencia o desconhecimento da comunidade acadêmica das ações realizadas pela Universidade. No portal do Egresso há questionários e análise dos dados obtidos em pesquisa desenvolvida pela Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação (DDRG) da Prograd, a qual precisa ser publicizada junto aos vários setores da UFT.

O gráfico 23 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-10.

Gráfico 23: O egresso da UFT atua no mercado de trabalho de acordo com sua área de formação.

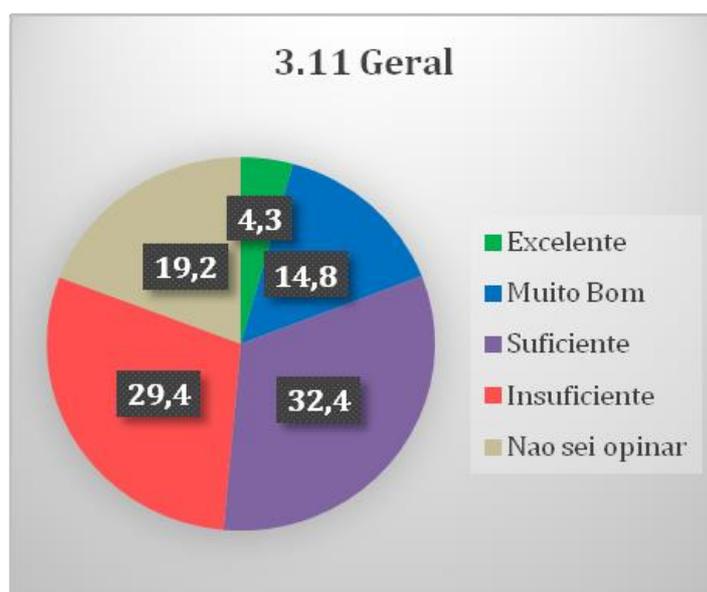


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, os índices atribuídos à atuação profissional do egresso de acordo com sua área de formação, considerando as três categorias de respondentes, foram extremamente próximos para aqueles que classificaram como suficiente (29,1%) e insuficiente (24,2%), bem como para aqueles que não souberam opinar (24,5%). Tal resultado ratifica as observações relativas ao item anterior, qual seja, de que a instituição, em maior ou menor grau, desconhece a situação de seus egressos, ainda que tenha implantado política de acompanhamento, para a qual não há ampla divulgação.

O gráfico 24 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 3-11.

Gráfico 24: Existe coerência entre metas da UFT e as ações que são desenvolvidas para a inovação tecnológica e propriedade intelectual.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, os índices foram extremamente próximos entre os que classificaram como suficiente (32,4%) e insuficiente (29,4%) no que diz respeito a coerência entre as metas da UFT e as ações desenvolvidas para inovação tecnológica e propriedade intelectual.

3.3.6 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 3 – 2016/2017

Em 2016, a CPA propôs algumas ações por eixos para o cumprimento em 2017, após a análise de dados oriundos da pesquisa de avaliação institucional e considerando os objetivos e ações expostas no PDI. O mesmo procedimento foi adotado em 2017 com as seguintes solicitações:

- ✓ Revisão da política de comunicação no que se refere aos canais existentes, cuja transparência e objetividades mostram-se frágeis;
- ✓ Ferramentas de apoio a eventos acadêmicos precisam ser ampliadas e melhoradas junto à comunidade acadêmica;
- ✓ Oferecer condições para realização e desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão com ampla divulgação do que é produzido na Universidade;
- ✓ Rever diretrizes de políticas e programas de atendimento estudantil que melhor garantam a permanência dos acadêmicos na universidade além do horário de aulas.

Em relação ao Relatório 2017, ano base 2016, a Proex respondeu às recomendações com as seguintes ações, conforme resposta ao Memorando CPA/UFT 240/2017:

*Na recomendação: **Divulgação das ferramentas de apoio a eventos acadêmicos precisam ser ampliados e melhorados junto à comunidade acadêmica**, informamos que o recurso financeiro para apoio aos eventos acadêmicos é restrito para magnitude que são tanto em número quanto em qualidade. No entanto, desde 2016 implantamos uma matriz de distribuição de recurso para cada campus onde considera principalmente o número ações de extensão executadas durante o ano. No entanto, nem todos os cursos usaram o recurso disponível para seu campus. Tivemos um total de 26 semanas acadêmicas realizadas no ano de 2017, todas com financiamento para diárias e passagens.*

*Na recomendação **oferecer condições para realização e desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão**, no ano de 2017 aprovamos a Resolução que regulamenta as ações de Extensão: **RESOLUÇÕES: 15/2017 e Resolução Consepe nº 12/2017**; Criação, Implantação e Regimento da Escola de Artes da UFT. Lançamos ainda os seguintes editais: Jogos Brasileiros Universitários, Concurso de Fotografia, Campeonato (Futebol Society da UFT), 1º Torneio de Xadrez e Quadrilha Junina, Circularte, Pibex Acadêmico e Cultura, Corredor Cultural, V Encontro de Cultura das Universidades do Norte, Curso de Formação de Gestores em Cultura, e Padu. Realizamos, ainda, o VI SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E CULTURA, **Etapa Gurupi** – Apresentação de 05 trabalhos apoiados com Bolsa PIBEX e de 3 trabalhos sem Bolsa de Extensão. **Etapa Araguaína** – Apresentação de 04 trabalhos com Bolsa PIBEX e 03 Trabalhos sem Bolsa de Extensão. **Etapa Palmas** – Apresentação de 25 trabalhos apoiados com Bolsa PIBEX, 13 Trabalhos com Bolsa PADU e 02 trabalhos sem Bolsa.*

3.3.7 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 3

A partir da análise dos dados obtidos na avaliação institucional e atentando para os objetivos e ações expostas no PDI, a CPA propõe as seguintes ações para este eixo:

Rever diretrizes de políticas e programas de atendimento estudantil que assegurem a permanência dos acadêmicos na universidade além do horário de aulas. No que tange à atuação e abrangência das políticas de ensino da UFT, considerar a incorporação de questões como diversidade, flexibilidade e interdisciplinaridade. Para outros temas como acessibilidade, internacionalização e perfil do egresso, com exceção de alguns exemplos pontuais, deve-se empreender trabalho mais proficiente e com ampla divulgação.

Ferramentas de apoio a eventos acadêmicos precisam ser ampliadas e melhoradas junto à comunidade acadêmica; Os Programas Institucionais necessitam de maior visibilidade e apoio da gestão (Reitoria e respectivas Pró-reitorias), a fim de que suas atividades e seus resultados não apenas consigam alcançar a divulgação desejada, como também, e principalmente, reflitam as demandas da sociedade tocantinense.

Oferecer condições para realização e desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Em complemento, cumpre destacar a ampliação e o fortalecimento do Programa “Novos Pesquisadores”, em consonância com o contexto da própria instituição.

Rever a política de comunicação no que se refere aos canais de comunicação existentes, cuja transparência e objetividades mostram-se frágeis. Discutir um trabalho integrado entre Diretoria de Comunicação (Dicom), Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), Reitoria, Pró-reitorias e Coordenações de Curso, direcionado à descentralização da divulgação das informações. Uma das iniciativas, já em curso, diz respeito à criação/atualização de *mini-homes* (sítios específicos) para Reitoria, Pró-reitorias, Programas Institucionais e Cursos de Graduação.

As criações de canais para exibição de pequenos vídeos nas redes sociais e na internet podem auxiliar no processo de fortalecimento dessa relação.

Em relação às políticas destinadas aos egressos observa-se a necessidade de manutenção da pesquisa e aumento da visibilidade do Portal do Egresso.

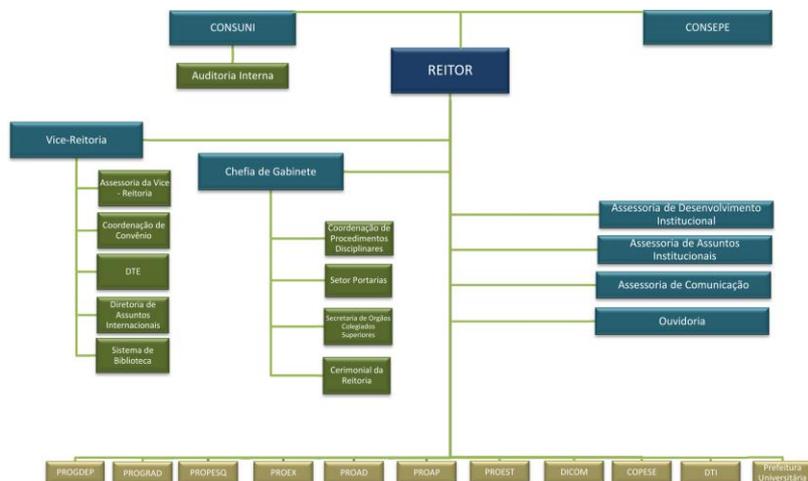
3.4 EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

3.4.1 Organização e gestão da instituição

A estrutura organizacional da UFT é composta por: Conselho Universitário (Consuni); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); Reitoria, pró-reitorias; Conselho Diretor; Direção de Campus; Coordenação de curso, Colegiados de cursos. Os membros desses conselhos participam das discussões acerca dos problemas, propondo soluções e sempre são demandados a realizar estudos técnicos sobre questões de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade.

Nos *campi*, o procedimento é similar ao do Consepe, exceto pela inexistência de câmaras e comissões. O processo é executado por um conselheiro que faz análise técnica e a relata em reunião do conselho. O parecer desse conselheiro é discutido e votado por todos os membros. Nos cursos há o colegiado que aprecia as matérias e delibera por meio de votação sobre os processos de natureza administrativa e acadêmica. O organograma representativo dos órgãos deliberativos e normativos institucionais está exposto na figura 6.

Figura 6: Organograma da UFT.



Fonte: docs.uft.edu.br, modificado em 20 de setembro de 2016.

O modelo de gestão da universidade está pautado na decisão colegiada. O processo para escolha de reitor, diretores e coordenadores dá-se segundo o que preconiza a Lei nº 9.192/1995 e o Decreto nº 1.916/1996, que estabelecem consulta pública à comunidade universitária e submissão de lista ao Presidente da República, no caso do reitor. Quanto aos diretores de Campus, o colegiado local realiza a consulta junto à comunidade universitária, prepara a lista tríplice na forma da lei e a envia às autoridades competentes para nomeação, neste caso o reitor. Os coordenadores de curso são escolhidos por consulta ao colegiado.

Segundo relatório de reconhecimento da UFT, existe coerência entre a organização e a gestão da instituição, com pleno funcionamento e representatividade dos colegiados, que atuam de forma autônoma e independente e contam com participação da comunidade universitária e, quando previstos, membros da comunidade externa, de modo a contemplar o que está disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A gestão institucional está pautada em princípios de qualidade, que tiveram origem em um planejamento estratégico institucional finalizado em 2013 e que foi, juntamente com os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação e a Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap), fonte para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento de cada um dos sete *campi*, que por sua vez deram origem ao PDI Institucional.

O Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) são os Conselhos Superiores da Universidade. Estão previstos nos Estatutos e Regimento Geral e possuem representatividade de toda a comunidade universitária. Seus regimentos internos mostram que a atuação se dá em consonância aos dispositivos regimentais e estatutários da UFT.

Os órgãos colegiados estão em pleno funcionamento e possuem representatividade dos diferentes segmentos da comunidade interna e da comunidade externa. Além dos colegiados superiores, cada campus possui um Conselho Diretor, formado pela comunidade acadêmica local e pelos coordenadores de cursos, cujos colegiados atuam em nível interno, a

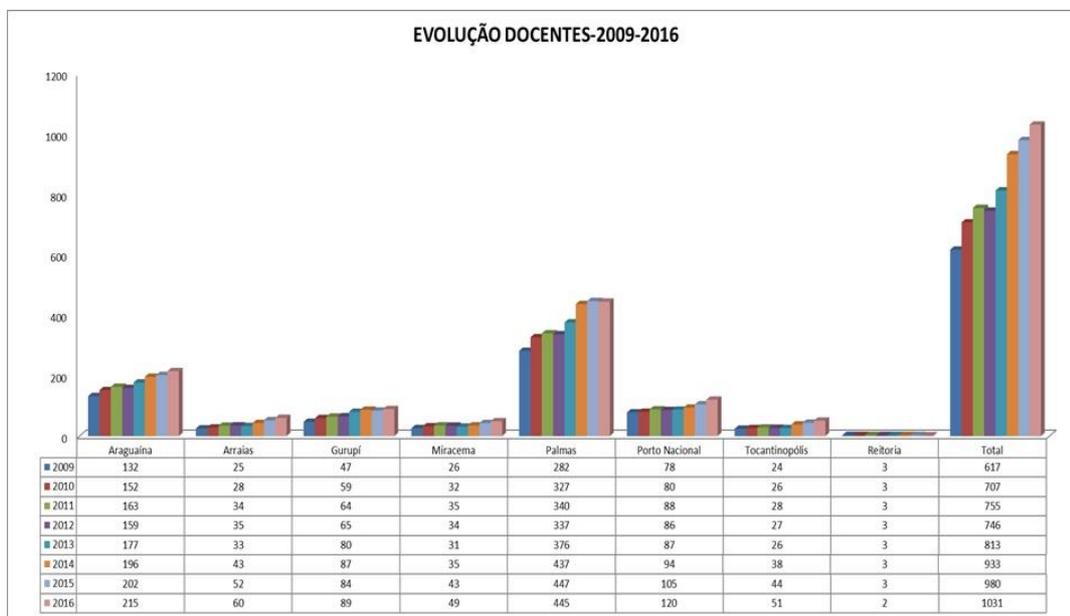
partir de discussões realizadas em seu órgão consultivo, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs).

3.4.2 Políticas de Pessoal

Segundo relatório de reconhecimento da UFT, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo estão determinadas em Lei e são plenamente cumpridas em nível local. Além disso, a instituição possui política interna de incentivo à formação e à capacitação, tanto para seus docentes quanto para seu corpo técnico administrativo. Tais iniciativas contemplam a realização de cursos e capacitações locais, reserva de vagas em cursos de pós-graduação *lato sensu* para funcionários técnico administrativos, incentivo à realização de cursos em outras instituições locais e da região, com adequação da jornada de trabalho, afastamentos sem prejuízo de vencimentos para a realização de mestrados e doutorados, assim como estágios de pós-doutoramento dos docentes que já apresentam o título de doutor.

As políticas de pessoal seguem legislação e regulamentos federais. Para o corpo docente da universidade estão definidas pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos do magistério federal; para o corpo técnico-administrativo, a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que preconiza a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. O quantitativo de servidores da UFT está descrito no quadro 38.

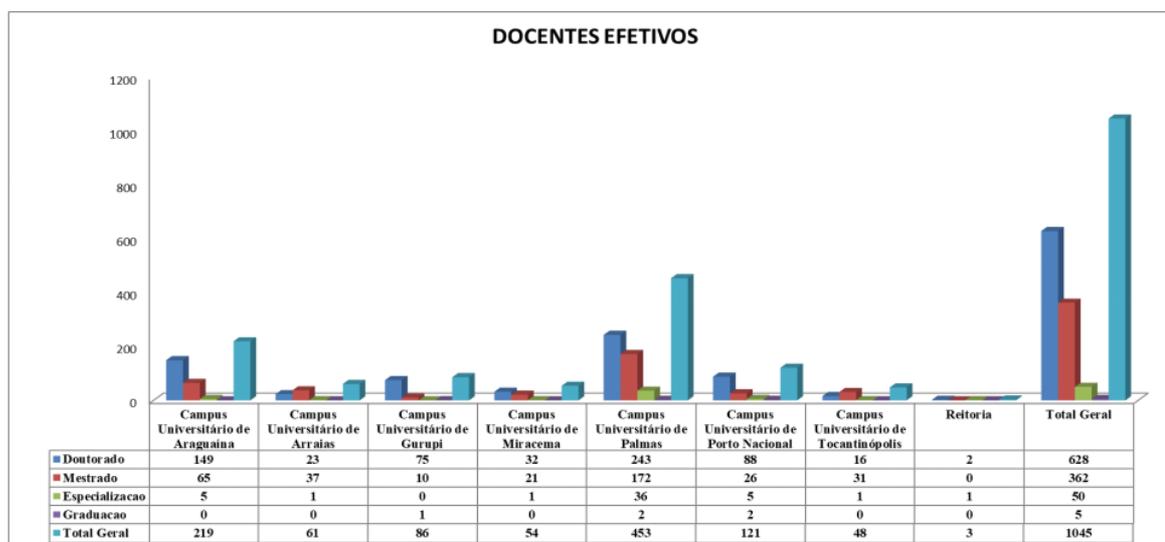
Quadro 38: Evolução do quadro docente 2009-2016.



Fonte: Progedep, 2018.

Ao final de 2015 o número de docentes era de 980, em 2016, 1.031 e em 2017 a UFT contabiliza 1.045 docentes. Os dados mostram uma evolução no triênio de aproximadamente 4,5%.

Quadro 39: Titulação e lotação docente.



Fonte: Progedep, 2018.

Os dados retratam a escolaridade dos docentes efetivos da UFT. No final de 2017, foram contabilizados 628 doutores; 362 mestres; 50 especialistas; e 5 professores com curso superior completo ou habilitação legal equivalente. Observa-se, no entanto, que os dados do Quadro XX, disponibilizados pela Progedep, divergem do quadro anterior no que se refere ao quantitativo de docentes.

Quanto à lotação, 219 docentes estão lotados no Campus de Araguaína; 61 em Arraias; 86 em Gurupi; 54 em Miracema; 453 em Palmas; 121 em Porto Nacional; 48 em Tocantinópolis; e dois na Reitoria.

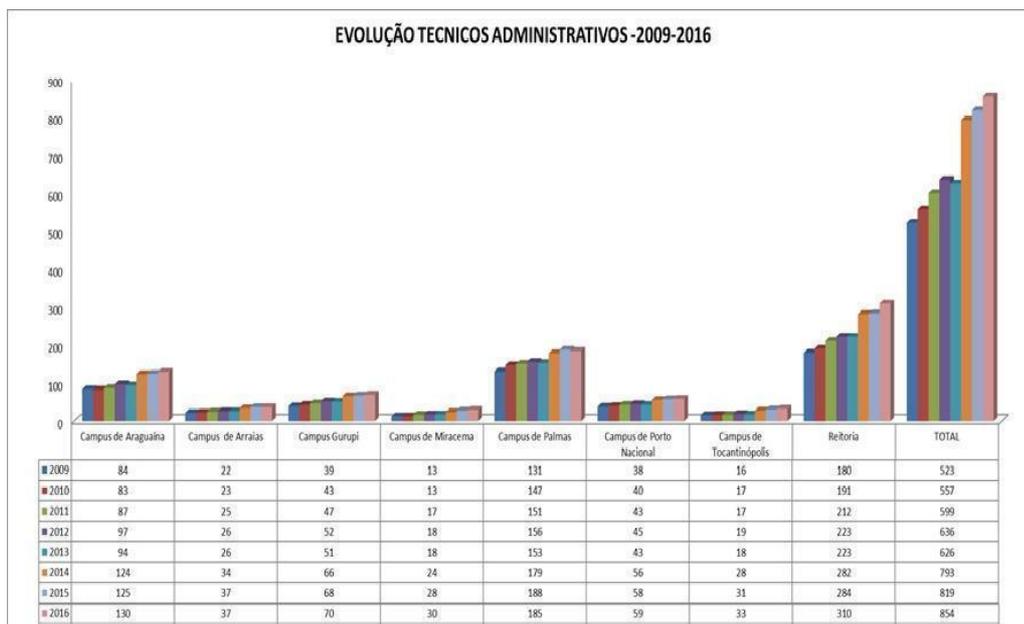
No que se refere à jornada de trabalho, 105 professores cumprem 20 horas de trabalho; 59 cumprem 40 horas; e 868 têm dedicação exclusiva.

Quadro 40: Jornada de trabalho docente, 2017.

LOTAÇÃO	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total Geral
Campus Universitário de Araguaína	149	65	5	0	219
Campus Universitário de Arraias	23	37	1	0	61
Campus Universitário de Gurupi	75	10	0	1	86
Campus Universitário de Miracema	32	21	1	0	54
Campus Universitário de Palmas	243	172	36	2	453
Campus Universitário de Porto Nacional	88	26	5	2	121
Campus Universitário de Tocantinópolis	16	31	1	0	48
Reitoria	2	0	1	0	3
Total Geral	628	362	50	5	1045

Fonte: Progedep, 2018.

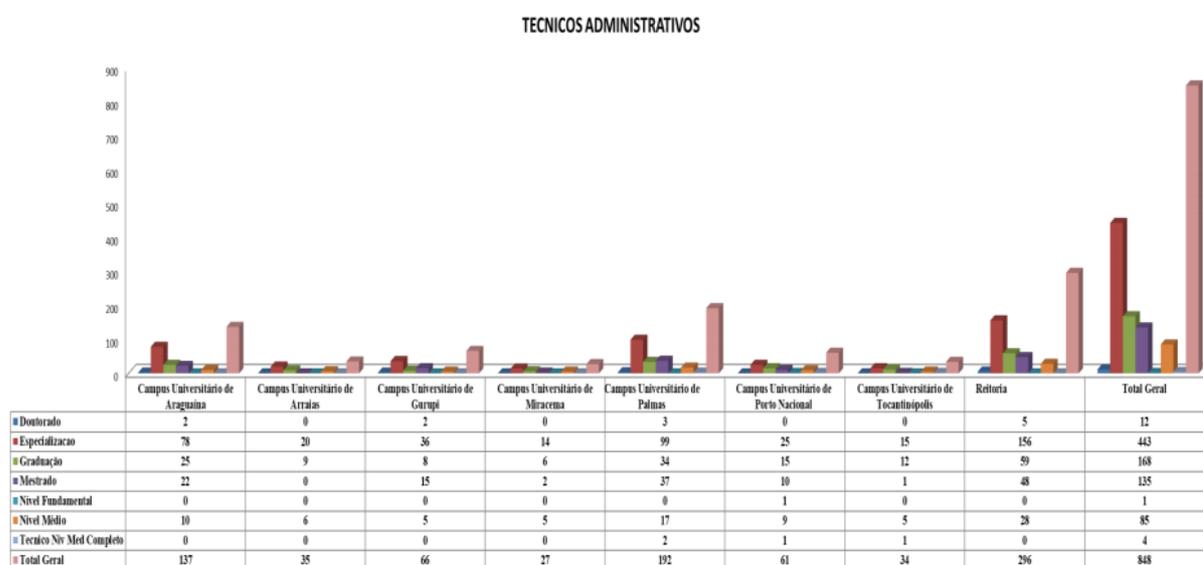
Quadro 41: Evolução do quadro técnico-administrativo 2009-2016.



Fonte: Progedep, 2018.

O quadro 41 acima mostra a evolução do quadro técnico-administrativo na UFT. Ao fim do triênio, a UFT dispõe de 846 servidores técnicos administrativos.

Quadro 42: Quadro técnico-administrativo por titulação e por lotação, dezembro 2016.



Fonte: Progedep, 2017.

Os dados retratam a escolaridade dos técnicos administrativos da UFT. No final de 2017, foram contabilizados 12 doutores; 135 mestres; 443 especialistas; e 85 técnicos com curso de nível médio. Observa-se, no entanto, que os dados do quadro 41, disponibilizados

pela Progedep, divergem do quadro 42 no que se refere ao quantitativo de técnicos administrativos.

Quanto à lotação, 137 técnicos estão lotados no Campus de Araguaína; 35, em Arraias; 66, em Gurupi; 27, em Miracema; 192, em Palmas; 61, em Porto Nacional; 34, em Tocantinópolis; e 296, na Reitoria.

Quadro 43: Jornada de trabalho do quadro técnico-administrativo, dezembro de 2016.

Campus	20 Horas	24 Horas	25 Horas	30 Horas	40 Horas	Total Geral
Campus Universitário de Araguaína	0	1	0	2	127	130
Campus Universitário de Arraias	0	0	0	0	37	37
Campus Universitário de Gurupi	0	0	0	2	68	70
Campus Universitário de Miracema	0	0	0	0	30	30
Campus Universitário de Palmas	0	0	1	2	182	185
Campus Universitário de Porto Nacional	1	0	0	0	58	59
Campus Universitário de Tocantinópolis	0	0	0	0	33	33
Reitoria	4	0	8	10	288	310
Total Geral	5	1	9	16	823	854

Fonte: Progedep, 2017.

A jornada de trabalho do quadro técnico-administrativo distribui-se da seguinte forma: 823 trabalham em jornada de 40 horas, 16, de 30 horas; 9, de 25 horas; 5, de 20 horas.

3.4.2.1 Política de aperfeiçoamento de pessoal

O desenvolvimento da carreira docente ocorre por meio de avaliação de desempenho do docente em estágio probatório e a avaliação do docente para progressão, conforme Resolução Consuni nº 1/ 2011.

Para os docentes, em 2014, foi instituído o Programa de Formação Docente Continuada (Profor), que contribui para a difusão de uma prática pedagógica reflexiva, a partir da construção de um diálogo aberto e profícuo entre docentes, acadêmicos e a gestão do ensino superior na UFT. Outros programas de formação, como o Plano de Formação Docente (Planfor), são organizados segundo exigências e critérios da Capes para execução da política de qualificação docente. O Planfor é constituído a partir dos Planos de Qualificação e Formação Docente (PQFD) de cada curso, de acordo com a Resolução Consepe nº 07/2012, e tem por fundamento a organização da qualificação docente.

A UFT possui um fluxo regular de afastamentos de docentes para aperfeiçoamento/qualificação em diversos programas, como Dinter, Minter, programas da própria IES e de outras regiões do país. Os afastamentos são realizados de acordo com o prescrito no PQFD de cada curso. Portanto, essa política de incentivo da UFT permite a obtenção de maiores índices de qualificação do seu corpo docente, o que corresponde a um dos indicadores de desempenho requisitados pelo Ministério da Educação.

Para os técnicos administrativos em estágio probatório, aplica-se a resolução do Consuni nº 02/2011. A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos é

regulamentada pelo Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos, conforme Resolução do Consuni nº 16/2009. A movimentação de pessoal – remoção interna e remoção por saúde – atende à Resolução Consuni nº 19/2006.

A formação dos servidores docentes da UFT é vista pela Diretoria de Desenvolvimento Humano (DDH) da Progedep como um conjunto de ações que busca de forma contínua qualificar e capacitar seus servidores. A qualificação proporciona ao servidor conhecimentos teóricos e técnicos por meio de processos educativos formais, como especialização, mestrado e doutorado, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira.

3.4.3 Sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira considera o significado social da continuidade dos compromissos na oferta de educação superior. A UFT tem como mantenedor o Ministério da Educação (MEC), a quem cabe garantir recursos financeiros e orçamentários para o pleno funcionamento da instituição.

3.4.3.1 Orçamento da UFT

A UFT, assim como as demais universidades públicas federais, tem no governo federal sua principal fonte de financiamento. Além disso, a instituição também conta com a receita proveniente de arrecadação de recursos próprios, mediante realização de concursos e outras prestações de serviços. A proposta orçamentária da UFT foi elaborada em consonância com os limites orçamentários definidos pelo MEC para o exercício de 2017 e com as bases do PDI 2016-2020.

Os recursos disponibilizados para a instituição são distribuídos pela Matriz Andifes, na qual são calculados a partir do número de cursos, área de conhecimento do curso, número de discentes ingressantes e concluintes, dentre outras variáveis. A política de captação e alocação desses recursos é apresentada no quadro 44.

Quadro 44: Política de captação e alocação de recursos.

Fonte	Política de captação de recursos	Política de alocação dos recursos
Tesouro Nacional	Previsão no Plano Plurianual (PPA) do valor necessário ao ano referência	Despesas de custeio e investimentos das áreas de execução orçamentária
Próprios	Realização de concursos públicos e concessão de direito a uso de espaços	Despesas das áreas de execução orçamentária
Outros órgãos	Acordos entre pró-reitorias e órgãos de fomento ou órgãos que gerem projetos e planos de interesse do governo	Despesas de custeio ou de investimento da área de execução orçamentária a qual foi destinada o recurso descentralizado, de acordo com a finalidade do projeto/plano.

Emendas	Emenda apresentada por parlamentares com a participação da universidade	Despesa de custeio ou de investimento conforme finalidade do acordo do projeto/plano.
---------	---	---

Fonte: Proap, 2015.

A execução do orçamento da UFT está dividida em dois grupos de natureza de despesa: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas associadas ao custeio da estrutura administrativa da universidade, tais como despesas com pessoal, despesas continuadas para garantir o funcionamento da universidade e despesas para financiar os programas institucionais. As despesas de capital são aquelas associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações. A Figura 7 apresenta o quantitativo e as rubricas da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 da UFT.

O Plano de Distribuição Orçamentária é um instrumento que demonstra como é distribuído e gasto os recursos orçamentários da Universidade Federal do Tocantins. Este se destina às rubricas relacionadas com gastos de Despesas Correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e Despesas de Capital (Investimentos). Para o ano de 2017 foi aprovado pelo Governo Federal na Lei Orçamentária Anual – LOA um montante de **R\$ 357.135.676,00** (trezentos e cinquenta e sete milhões, cento e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais) para a Universidade Federal do Tocantins. Sendo **R\$ 300.307.760,00** (trezentos milhões, trezentos e sete mil, setecentos e sessenta reais) para despesas correntes e **R\$ 56.827.970,00** (cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta reais) para despesas de capital.

Figura 7: Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017.

PROGRAMÁTICA	PROGRAMAS E AÇÕES	LOA 2017			TOTAL	%
		FUNTE	CUSTEIO R\$	CAPITAL R\$		
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		3.617.627,00	0,00	3.617.627,00	1,01
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	100	3.617.627,00		3.617.627,00	1,01
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PART. ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS		100.000,00	0,00	100.000,00	0,03
0910.00PW	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades nacionais e Internacionais Sem exig. Prog. Especifica	100	100.000,00		100.000,00	0,03
2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS		61.919.457,00	56.827.970,00	118.747.427,00	33,25
2080.20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	112	27.945,00	608.100,00	636.045,00	0,18
2080.20GK.0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	112	27.945,00	608.100,00	636.045,00	0,18
	Viver sem Limite Educação Bilingue	112	0,00	600.000,00	600.000,00	0,17
	Idiomas sem Fronteiras	112	27.945,00	8.100,00	36.045,00	0,01
2080.20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior		44.353.251,00	0,00	44.353.251,00	12,42
2080.20RK.0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior		44.353.251,00		44.353.251,00	12,42
	Matriz OCC (Andifes)	112	35.875.294,00		35.875.294,00	10,05
	Matriz Consolidação (reuni)	112	2.949.831,00		2.949.831,00	0,83
	Matriz Hospital Veterinário	112	136.699,00		136.699,00	0,04
	PDU internacional custeio	112	81.513,00		81.513,00	0,02
	Recursos Próprios	250	3.402.093,00		3.402.093,00	0,95
	Pasep	112	1.648.053,00		1.648.053,00	0,46
	Emenda: Projeto Universidade da Maturidade - UMA	188	259.768,00		259.768,00	0,07
2080.4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Pnaes	100	17.538.261,00	200.000,00	17.738.261,00	4,97
2080.4002.0017	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Pnaes	100	17.493.477,00	200.000,00	17.693.477,00	4,95
2080.4002.0017	Promissaes	100	44.784,00		44.784,00	0,01
2080.8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior		0,00	29.241.095,00	29.241.095,00	8,19
2080.8282.0017	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (programa consolidação)	112		29.204.867,00	29.204.867,00	8,18
2080.8282.0017	PDU Internacional capital	112		36.228,00	36.228,00	0,01
2080.156X	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins		0,00	26.778.775,00	26.778.775,00	7,50
2080.156X.0017	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins	100		23.300.000,00	23.300.000,00	6,52
2080.156X.0017	Emenda: Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins	188		3.478.775,00	3.478.775,00	0,97
2109	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		234.670.622,00	0,00	234.670.622,00	65,71
2109.20TP	Pessoal Ativo da União	112	182.563.024,00		182.563.024,00	51,12
2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Sevidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	112	4.034.640,00		4.034.640,00	1,13
2109.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	112	1.712.640,00		1.712.640,00	0,48
2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	112	319.212,00		319.212,00	0,09
2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	112	9.898.416,00		9.898.416,00	2,77
2109.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100	800.000,00		800.000,00	0,22
2109.00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	100	60.852,00		60.852,00	0,02
2109.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	100	35.281.838,00		35.281.838,00	9,88
	TOTAL		300.307.706,00	56.827.970,00	357.135.676,00	100,00

Fonte: Plano de Distribuição Orçamentária (PDO), 2017.

O detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por grupo de natureza de despesas está demonstrado no quadro 45.

Quadro 45: Detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por grupo de natureza da despesa.

Grupo de Natureza da Despesa / R\$		
1	Pessoal e Encargos Sociais	221.462.489,00
3	Outras Despesas Correntes	78.845.217,00
4	Investimentos	56.827.970,00
Total		357.135.676,00

Fonte: PDO, 2017.

No quadro 46, expõe-se o detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por fonte de recursos.

Quadro 46: Detalhamento dos recursos orçamentários da UFT por fonte.

Fonte	Grupo de Natureza da Despesa / R\$			Total / R\$
	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	
100	38.899.465,00	18.499.113,00	23.500.000,00	80.898.578,00
112	182.563.024,00	56.684.243,00	29.849.195,00	269.096.462,00
188		259.768,00	3.478.775,00	3.738.543,00
250		3.402.093,00		3.402.093,00
Total	221.462.489,00	78.845.217,00	56.827.970,00	357.135.676,00

Fonte: PDO, 2017.

Discriminação das Fontes:

100- Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários.

112- Recursos do Tesouro - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

188- Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional

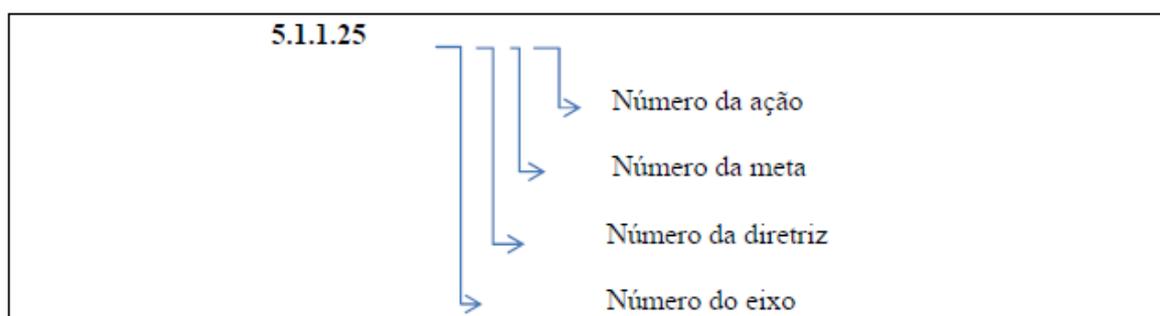
250- Recursos de Outras Fontes - Recursos Próprios Não Financeiros

O Plano de Distribuição Orçamentária é um instrumento de planejamento da Universidade Federal do Tocantins que faz a distribuição dos recursos oriundos da LOA, por meio da síntese e composição do Plano Anual de Trabalho – PAT e do Planejamento Orçamentário – Financeiro – POF, ambos, realizados em toda a instituição e derivados do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, e da Matriz Interna de Distribuição de Recursos. Os programas e ações orçamentárias deste documento seguem o PDI que estabelece os **eixos, diretrizes, metas e ações** para a Universidade. Os programas internos da universidade estão em consonância com os cinco Eixos do Sinaes que constam do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em cada Eixo foram delineados os respectivos objetivos,

diretrizes e metas, a partir dos quais foram definidas as diversas ações das unidades gestoras (UGs) da Universidade. Para garantir a execução do planejamento realizado, faz-se necessária a previsão orçamentária para a devida destinação dos recursos destinados a execução das ações, desta forma este plano de distribuição orçamentária (PDO) torna-se um processo de estimativa/previsão de recursos financeiros/orçamentários necessários à realização a execução das ações.

A Distribuição de Recursos Orçamentários, com base nos recursos autorizados pela Lei Orçamentária Anual 2017, está de acordo com os programas e ações descritos nos planos PDI, PAT e POF. No entanto, para melhor compreensão dos códigos utilizados na integração entre LOA, PDI e SIE (Sistema de Informações para o Ensino), é apresentado um exemplo na figura 8. Pode ser observada no quadro a codificação criada para gerenciar a distribuição de recursos orçamentários da UFT. A primeira codificação representa a programática da LOA; a segunda é o código de cada ação no PDI; e a terceira é o código que será utilizado para execução dos recursos no SIE, conforme figura abaixo.

Figura 8: Codificação do PDI.



Fonte: PDO, 2017.

Nos quadros a seguir demonstra-se o orçamento de livre ordenação alocado por campus da UFT.

Quadro 47: Orçamento de livre ordenação alocado por campus da UFT.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES			DADOS ORÇAMENTÁRIOS			IDENTIFICAÇÃO	
PROGRAMA LOA	CÓDIGO PDI	AÇÕES	GND	FONTE	VALOR AUTORIZADO	UG ANO 2017	TIPO DE DESPESA
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-ARAGUAINA	3	112	R\$ 96.220,39	ARAGUAÍNA	LIVRE ORDENAÇÃO
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-ARRAIAS	3	112	R\$ 17.002,20	ARRAIAS	LIVRE ORDENAÇÃO
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-GURUPI	3	112	R\$ 33.000,00	GURUPI	LIVRE ORDENAÇÃO
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-MIRACEMA	3	112	R\$ 17.234,61	MIRACEMA	LIVRE ORDENAÇÃO
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-PALMAS	3	112	R\$ 80.000,00	PALMAS	LIVRE ORDENAÇÃO

2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-PORTO NACIONAL	3	112	R\$ 28.000,00	PORTO NACIONAL	LIVRE ORDENAÇÃO
2080.20RK	4.3.17.1	Apoio aos Campus-TOCANTINOPOLIS	3	112	R\$ 24.144,95	TOCANTINOPOLIS	LIVRE ORDENAÇÃO
TOTAL LIVRE ORDENAÇÃO – CAMPUS					R\$ 295.602,15		

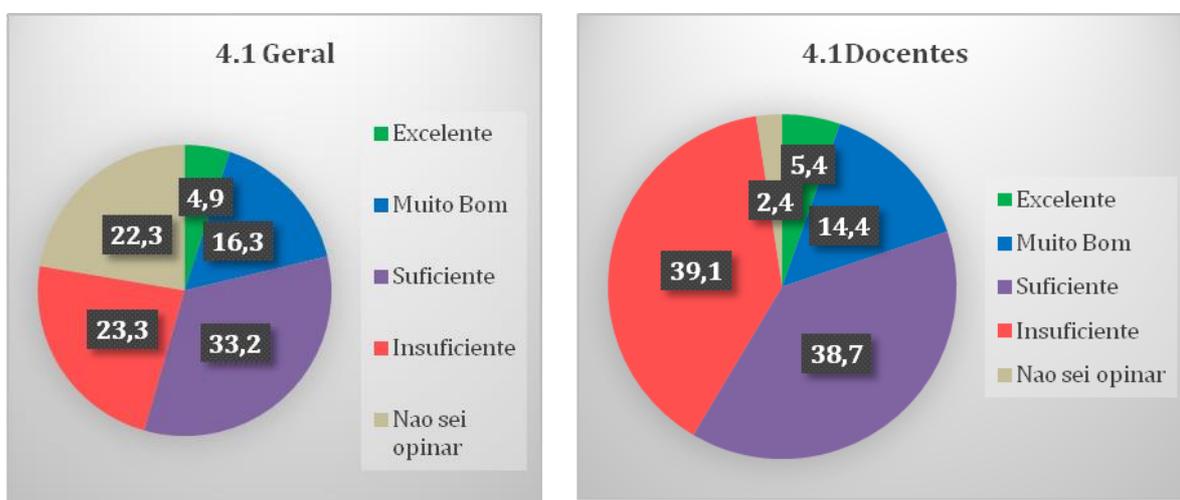
Fonte: PDO, 2017.

3.4.4 Apresentação dos Dados do Eixo 4 pela CPA

O Eixo 4, Políticas de Gestão, tem como alvo a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal, de organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável. Esse eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

O questionário 2017 realizou 4 questões sobre o Eixo 4. O gráfico 25 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 4-1

Gráfico 25: As políticas de formação e capacitação atendem ao anseio docente.

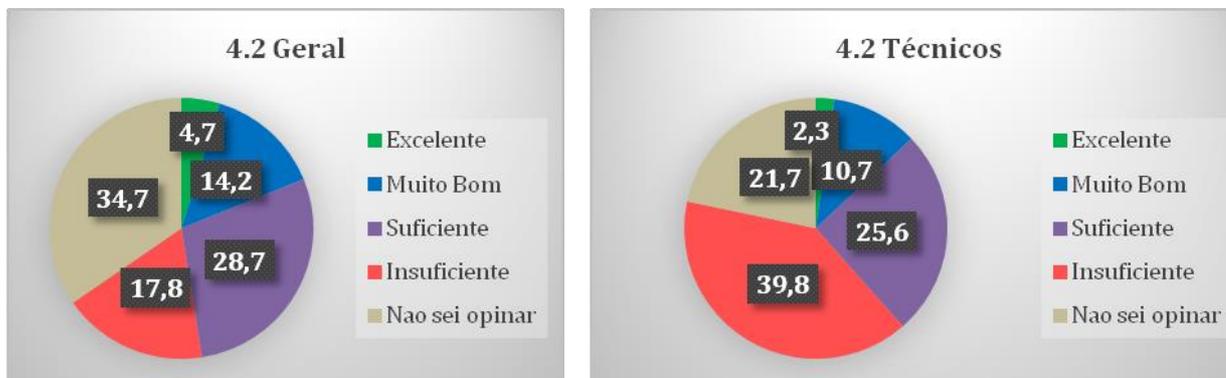


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, o atendimento do anseio docente por políticas de formação e capacitação foram classificadas como “suficiente” por 33,2% dos respondentes. Porém, ao analisar o extrato de docentes que realizou o questionário percebe-se que 38,7% acreditam ser insuficientes. A porcentagem de 22,3% para “não sei opinar” é decorrência das respostas de técnicos e discentes.

O gráfico 26 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 4-2.

Gráfico 26: As políticas de formação e capacitação atendem ao anseio corpo técnico administrativo.

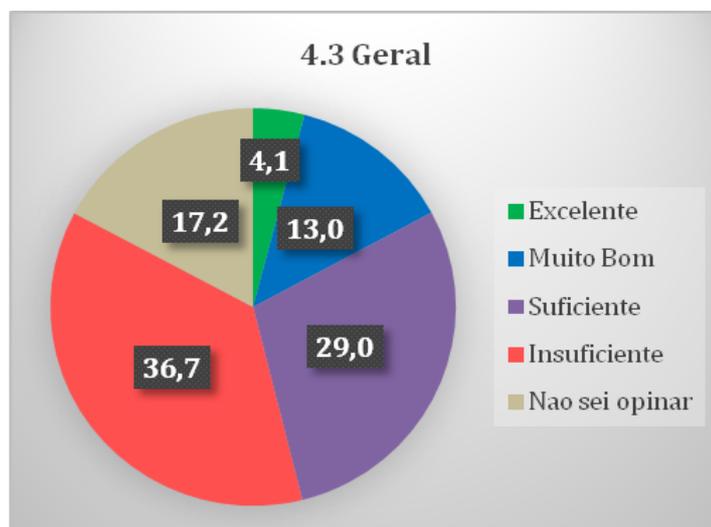


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, o atendimento do anseio técnico administrativo por políticas de formação e capacitação foram classificadas como “suficiente” por 28,7% dos respondentes. Porém, ao analisar o extrato do corpo técnico administrativo que realizou o questionário, percebe-se que 39,8% acreditam ser “insuficientes”. A porcentagem de 34,7% para “não sei opinar” é decorrência das respostas de docentes e discentes.

O gráfico 27 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 4-3.

Gráfico 27: A instituição desenvolve atividades junto com a comunidade acadêmica para o aprimoramento do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e do Portal do Aluno e do Professor.

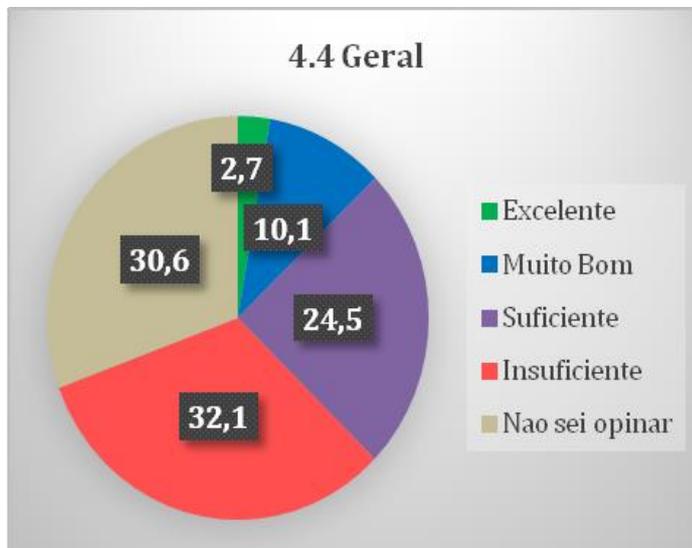


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, o desenvolvimento de atividades junto com a comunidade acadêmica para o aprimoramento do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e do Portal do Aluno e do Professor foram extremamente próximos para aqueles que classificaram como “suficiente”, qual seja, 29%. Percebe-se que 36,7 % avaliaram as ações como “insuficiente”.

O gráfico 28 mostra a porcentagem de satisfação em relação à pergunta 4-4.

Gráfico 28: O planejamento financeiro (orçamento) está relacionado com a gestão institucional.



Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Na avaliação dos entrevistados, a relação do planejamento financeiro (orçamento) com a gestão institucional revelou-se qualificada pela maioria dos respondentes, 32,1%, como “insuficiente”. Outro destaque refere-se ao alto índice de respondentes que não souberam opinar, 30,6 %.

3.4.5 Relação do Eixo 4 com o PDI

O Eixo 4, políticas de gestão, tem como propósito a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira objetivando garantir o pleno desenvolvimento da UFT.

A relação entre a descrição do eixo e o PDI dá-se nos valores institucionais que promovem a sua missão, como transparência, comprometimento com a qualidade, criatividade, inovação e reponsabilidade social. Esses valores evidenciam o cuidado institucional em fomentar as políticas de organização e gestão da instituição, as políticas de pessoal e a sustentabilidade financeira.

No PDI 2016-2020, é possível observar estratégias que valorizam a formação e a capacitação docente, a promoção de ações contínuas de avaliação e modernização da gestão, além de ações que fomentam a sustentabilidade financeira da instituição.

Em relação às políticas de gestão, o PDI descreve oito estratégias, divididas em 36 dimensões, por sua vez são subdivididas em ações semestrais descritas na sequência.

- a) Promover a valorização, formação e capacitação docente;
- b) Promover ações de valorização, formação e capacitação do corpo técnico-administrativo;

- c) Promover ações de melhoria da gestão institucional;
- d) Promover ações para contínua avaliação e modernização do sistema de registro acadêmico conforme as necessidades institucionais e dos discentes;
- e) Promover ações voltadas à sustentabilidade financeira;
- f) Realizar a previsão/execução orçamentária de forma a atender ao custeio e ao investimento em ensino, pesquisa e extensão;
- g) Coerência entre plano de carreira e gestão do corpo docente;
- h) Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

3.4.6 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 4

As recomendações da CPA em relação ao Eixo 4 são:

- Empreender esforços para a divulgação das metas propostas no PDI;
- Verificar formas de melhorar a divulgação e dinamizar dados financeiros da IES;
- Verificar ações que melhorem a qualidade na transparência dos dados publicados;
- Adotar políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de capacitação da comunidade acadêmica;
- Adequar as contratações temporárias de professores para que se exija a titulação mínima de especialista.

3.5 EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

No Eixo 5, Infraestrutura Física, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

3.5.1 Infraestrutura e acervo bibliográfico nos *campi* da UFT

A Infraestrutura dos *campi* de Araguaína, Arraias, Gurupi, Palmas, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis, conforme quadro 48 abaixo, diz respeito aos dados que integram o documento da Prefeitura Universitária de março de 2017 para Miracema e Porto Nacional. Os dados dos demais *campi* referem-se ao PDI, 2015.

Quadro 48: Estrutura física existente nos *campi* em 2017.

Espaço físico	Palmas	Porto Nacional	Tocantinópolis	Gurupi	Miracema	Arraias	Araguaína
Salas de aula	93	36	12	33	11	18	54
Biblioteca	01	01	01	01	01	01	02
Salas administrativas	14	26	20	16	19	09	38
Coordenações de cursos	21	12	03		04	05	20
Sala de apoio acadêmico	9	15	10	N/I	4	05	11

Salas para docentes	74	15	23	41	17	16	22
Salas de reuniões	02	01	02	01	01	02	03
Auditórios	06	02	01	03	01	02	07
Instalações sanitárias convencionais	9	12	N/I	N/I	6	N/I	31
Instalações sanitárias PCD	3	18	-	-	3	-	-
Vestiário	16	-	-	N/I	01	-	-
Laboratório de informática	03	01	01	03	01	02	01
Laboratórios específicos	71	18	-	28	01	04	07
Rampas	-	-	-	-	-	-	-
Piso tátil	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Prefeitura Universitária, 2017 e PDI, 2015.

Os laboratórios existentes em 2015, descritos por curso e por campus, constam no quadro 49.

Quadro 49: Laboratórios existentes em 2015, descritos por campus.

CÂMPUS	CURSO	DESCRIÇÃO
Palmas	Administração	Escritório modelo de administração
	Arquitetura e Urbanismo	Laboratório de arquitetura Laboratório audiovisual Laboratório de conforto ambiental
	Ciência da Computação	Laboratório de hardware Núcleo de desenvolvimento de software
	Ciências Econômicas	Escritório modelo de economia
	Comunicação Social/Jornalismo	Laboratório de fotografia Laboratório de radio Laboratório de redação Laboratório de vídeo
	Direito	Núcleo de práticas jurídicas Escritório modelo do Fórum Estadual Escritório modelo da Justiça Federal
	Engenharia de Alimentos	Laboratório de análise sensorial Laboratório de frutas e hortaliças Laboratório de Sistema de Produção de Energia de Fontes Renováveis (LASPER) Laboratório de microbiologia e bioprocessos Laboratório de tecnologia de amiláceos e panificação Laboratório de tecnologia de leite e derivados

	Engenharia Ambiental	Laboratório de caracterização e impactos ambientais Laboratório de biotecnologia Laboratório de geologia Laboratório de geoprocessamento Laboratório de ecologia Laboratório de hidrobiologia Laboratório de hidrologia Laboratório de meteorologia e climatologia Laboratório de microbiologia ambiental Laboratório de Processos de Separação de Biomoléculas e Desidratação (LAPSDEA) Laboratório de química Laboratório de saneamento ambiental
	Medicina	Enfermaria modelo Laboratório de anatomia humana Laboratório de anatomia patológica Laboratório de biofísica Laboratório de farmacologia e patologia clínica Laboratório de Bioquímica, Imunologia e Genética (LABIG) Laboratório de citologia e histologia e patologia Laboratório de cultura de células Laboratório de epidemiologia Laboratório de microbiologia e parasitologia Laboratório de multi usuário Laboratório de técnicas de saúde Laboratório de técnica cirúrgica Sala de expurgo
	Pedagogia	Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos
Porto Nacional	Letras: Libras	Laboratório de Produção Visual Laboratório Multimídia I Laboratório Multimídia II
	Relações Internacionais	Laboratório de Ensino em Relações Internacionais

	Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)	Almoxarifado químico Laboratório de química Zoologia dos invertebrados Laboratório de entomologia Laboratório de bacteriologia Sala de inoculação Laboratório de genética Laboratório de microbiologia Laboratório de ovos e larvas Laboratório de ictologia sistemática Laboratório de ictofauna Laboratório de alimentação Laboratório de reprodução Laboratório de taxonomia vegetal Laboratório de micropropagação Laboratório de química Laboratório de microscopia
Araguaína	Geografia (Bacharelado e Licenciatura)	Cartografia Geoprocessamento Estações experimentais Laboratório de Informática
	História (Bacharelado e Licenciatura),	Centro de documentação histórica
	Biologia – Física – e Química	Laboratório didático de química Laboratório didático de física Laboratório didático de biologia Laboratório de informática e multimeios Laboratório de zoologia/geologia - paleontologia Laboratório de botânica/ecologia Laboratório de anatomia e fisiologia animal comparada Laboratório experimental para o ensino de biologia e metodologia
	Letras (Língua Portuguesa e Literatura e Língua Inglesa)	Laboratório de línguas indígenas Laboratório de língua inglesa
	Zootecnia e Medicina Veterinária	Bioquímica Zoologia Microscopia Microbiologia e imunológica Microbiologia de alimentos Lactologia Parasitologia Reprodução animal Solos Anatomia animal Ciência animal Laboratório de patologia clínica

		Biotério – Laboratório de ciência animal
	Matemática	Laboratório de informática Laboratório de microscopia Laboratório didático de matemática
	Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Gestão de Turismo e Logística	Laboratório de gastronomia Laboratório de logística Laboratório de assistência ao terceiro setor Agencia de turismo Empresa júnior/incubadora de cooperativas populares Núcleo de Projetos Experimentais (NPE)
Arraias	Matemática	Laboratório de Ensino da Matemática (LEMAT)
	Pedagogia	Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE)
	Biologia EAD	Laboratório de Biologia Geral (LABIO) Núcleo de Aprendizagem Digital (NAD)
Gurupi	Laboratórios de uso comum	Laboratório de fitopatologia Laboratório de química/bioquímica Laboratório de fisiologia vegetal/biologia Laboratório de processamento de alimentos Laboratório de secagem de sementes Laboratório de mecânica, máquinas e implementos agrícolas Laboratório de solos Estação experimental da UFT Campus de Gurupi Laboratório de sementes Laboratório de irrigação e drenagem Laboratório de manejo integrado de pragas
	Pedagogia	Brinquedoteca Mário de Andrade Laboratório de apoio pedagógico especializado Núcleo de estudos das diferenças de gênero Laboratório de cinema, cultura e arte Centro de Documentação Thimbira
Miracema	Pedagogia	Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE)
	Educação física	Laboratório Didático-Pedagógico para o Curso de Educação Física
	Multicursos	Laboratório de informática para alunos
	Psicologia	Laboratório Psicoterapia individual infanto-juvenil Laboratório Psicoterapia individual Laboratório Psicoterapia de grupos Laboratório de Pesquisa Psicológica Social Subjetividade e Cultura Amazônica Laboratório Instrumental de Medidas – LIMP
	Pedagogia	Laboratório Lúdico Pedagógico – LALUPE Laboratório Interdisciplinar de Prática Pedagógica – LIPPED

Fonte: PDI, 2015, Direção do Campus de Miracema, 2017.

3.5.1.1 Campus de Araguaína

O acervo e a infraestrutura do Campus de Araguaína em 2015 são descritos nos quadros seguintes.

Quadro 50: Acervo geral, Campus Araguaína – Unidade Cimba.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	9.540	31.117
Revistas	403	3.313
Monografias graduação	547	547
Monografias especialização	208	208
Dissertações	11	11
Teses	23	23
Multimeios (CDs, DVDs e fitas cassete)	476	856
Outros	-	-
TOTAL GERAL	11.208	36.075

Fonte: PDI, 2015.

Quadro 51: Descrição das edificações do Campus de Araguaína com área construída.

Edifício	Campus	Pa v.	Área Const.	Ano de Con- clusão	Bibliot.	Sala de Aula	Labor at.	Audi t.	Adm. / Apoio	Sala de Prof.
BL. S. AULA - PRÉDIO ANTIGO	CIMBA-Arag	1	1.205,10	ativado		420,00	160,00	210,00	415,00	-
BL. PAD. S. AULA MASC.	CIMBA-Arag	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
BL. PAD. S. AULA FEM.	CIMBA-Arag	1	468,44	ativado	-	428,44	40,00	-	-	-
BALA ADMINISTRATIVO	CIMBA-Arag	2	1.459,33	ativado	-	-	30,00	15,00	1.354,33	60,00
BL. PAD. S. AULA FEM.	CIMBA-Arag	1	468,44	ativado	-	438,44	30,00	-	-	-
ANFITEATRO	CIMBA-Arag	1	1.650,00	ativado	174,03	576,18		174,03	725,76	-
CENTRO DE EDUC. A DIST.	CIMBA-Arag	2	417,79	ativado	-	100,00	60,00	-	257,79	-
CANTINA	CIMBA-Arag	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,97	-
BL. PAD. S. AULA MASC.	CIMBA-Arag	1	468,44	ativado	-	-	468,44	-	-	-
BL. S. AULA 3PAV. - ALA 1	CIMBA-Arag	3	2.040,27	ativado	-	1.932,27	72,00	-	36,00	-
BALA COORDENAÇÕES LAB.	CIMBA-Arag	2	1.459,33	ativado	-	-	247,00	60,00	657,02	495,31
BL. S. AULA 3PAV. - ALA 2	CIMBA-Arag	3	1.650,41	ativado	-	1.650,41	-	-	-	-
PPGL - Pós-graduação Letras – Fapto	CIMBA-Arag	2	417,79	ativado	-	417,79	-	-	-	-
BIBLIOTECA	CIMBA-Arag	2	2.744,96		2.744,96	-	-	-	-	-
ÁREA TOTAL - CIMBA			15.079,61		2.918,99	6.431,97	1.107,44	459,03	3.606,87	555,31
HOSPITAL DE MED. VETERINÁRIA	EMVZ-Arag	1	580,11	ativado	-	-	550,11	30,00	-	-
BIBLIOTECA/ SALA PROF.	EMVZ-Arag	1	800,00	ativado	316,00	-	-	-	-	484,00
ANTIGO HOSPITAL	EMVZ-	1	533,00	ativado	-	60,00	226,00	-	226,00	21,00

LAB. SOLOS	Arag EMVZ- Arag	1	133,37	ativado	-	-	123,37	-	-	10,00
GALPÃO MÁQ.	EMVZ- Arag	1	124,46	ativado	-	-	-	-	124,46	-
ADMINISTRAÇÃO	EMVZ- Arag	1	325,72	ativado	-	-	-	-	325,72	-
CANIL	EMVZ- Arag	1	90,00	ativado	-	-	-	-	90,00	-
ESTÁBULO	EMVZ- Arag	1	30,00	ativado	-	-	-	-	30,00	-
BLOCO 3	EMVZ- Arag	1	552,74	ativado	-	552,74	-	-	-	-
LAB. CIÊNC. AN. (IG TÉRREO)	EMVZ- Arag	1	339,83	ativado	-	-	339,83	-	-	-
SALA DE AULA	EMVZ- Arag	1	1.205,00	ativado	-	965,00	-	240,00	-	-
LAB. PSICULTURA	EMVZ- Arag	1	48,13	ativado	-	-	48,13	-	-	-
PRÉDIO REST. LAB.	EMVZ- Arag	1	162,18	ativado	-	-	114,48	-	47,70	-
SALA DE AULA	EMVZ- Arag	1	1.205,00	ativado	-	1.205,00	-	-	-	-
LAB. PSICULTURA	EMVZ- Arag	1	48,13	ativado	-	-	48,13	-	-	-
PRÉDIO REST. LAB.	EMVZ- Arag	1	162,18	ativado	-	-	114,48	-	47,70	-
CNTE (UMA)	EMVZ- Arag	2	417,79	ativado	-	167,27	73,00	-	177,52	-
CANTINA	EMVZ- Arag	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-
CENTRO DE PÓS GRAD. (AV)	EMVZ- Arag	2	417,79	ativado	-	417,79	-	-	-	-
BOVINOCULTURA	EMVZ- Arag	1	974,12	ativado	-	-	974,12	-	-	-
ESCRITÓRIO CENTRAL GALPÕES	EMVZ- Arag	1	97,65	ativado	-	-	-	-	97,65	-
GALPÃO DE AVES/CAPRINOS	EMVZ- Arag	1	183,04	ativado	-	-	183,04	-	-	-
GALPÃO DE BOVINOS	EMVZ- Arag	1	215,77	ativado	-	-	215,77	-	-	-
GALPÃO PSICULTURA	EMVZ- Arag	1	180,93	ativado	-	-	180,93	-	-	-
GALPÃO SUÍNOS	EMVZ- Arag	1	180,90	ativado	-	-	180,90	-	-	-
COMPLEXO LABORATORIAL	EMVZ- Arag	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-
FÁBRICA DE RAÇÃO	EMVZ- Arag	1	187,40	ativado	-	-	187,40	-	-	-
AVIÁRIO	EMVZ- Arag	1	197,60	ativado	-	-	197,60	-	-	-
LAB. CIÊNCIA ANIMAL TROPICAL	EMVZ- Arag	1	690,72	ativado	-	-	690,72	-	-	-
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	EMVZ- Arag	1	1.228,89	ativado					1.228,89	
BIBLIOTECA	EMVZ- Arag	2	1.809,19		1.809,19	-	-	-	-	-
BL. S. AULA 3PAV. ALA 1	EMVZ- Arag	3	2.040,27			1.199,86	-	181,10	659,31	-
LAB. SOLO/PLANTA/ANI MAL Fapto	EMVZ- Arag	1	200,00				200,00			
ÁREA TOTAL - EMVZ			16.492,30		2.125,19	4.567,66	5.617,53	451,10	3.215,82	515,00

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

Quadro 52: Acervo geral – EMVZ, Campus de Araguaína.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
----------	---------	------------

Livros	1.453	5.769
Revistas	261	5140
Monografias graduação	684	684
Monografias de especialização	60	60
Dissertações	68	68
Teses	61	61
Multimeios (Cd's, dvd's e fitas cassete)	72	212
Outros	-	-
TOTAL GERAL	2.659	11.994

Fonte: PDI, 2015.

A infraestrutura da biblioteca na unidade da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ), Campus de Araguaína, consiste em 292,82 m² de área construída, climatizada, duas cabines de estudo em grupo, sete mesas para estudo de grupo, sala de processamento técnico, sala de bibliotecário e referência, setor de circulação e atendimento. A biblioteca encontra-se informatizada, com o acervo indexado na base de dados do sistema SIE.

3.5.1.2 Campus de Arraias

A área do Campus de Arraias pode ser observada no quadro 53.

Quadro 53: Descrição das edificações do Campus de Araguaína com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Const.	Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Laborat.	Audit.	Adm/ Apoio	Sala de Prof.
PRÉDIO ANTIGO CENTRO	Arraias	2	1.220,00	ativado	125,28	285,50	358,31	65,83	385,08	-
BL. PADRÃO S. AULA MASCULINO	Arraias	1	468,44	ativado	-	408,44	60,00	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA FEMININO	Arraias	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
CNTE (EAD)	Arraias	2	417,79	ativado	344,79	-	73,00	-	-	-
CANTINA	Arraias	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-
BALA ADMINISTRATIVO	Arraias	2	1.459,33	ativado	-	-	60,00	-	747,61	651,72
BIBLIOTECA	Arraias	2	1.809,19		1.809,19	-	-	-	-	-
BL. S. AULA 3PAV.	Arraias	3	3.690,68		-	3.690,68	-	-	-	-
ÁREA TOTAL - ARRAIAS			9.694,74		2.279,26	4.853,06	551,31	65,83	1.293,56	651,72

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

No Campus de Arraias, o acervo é constituído por 14.409 itens entre títulos e exemplares, o que supre as ementas das licenciaturas em Pedagogia, Educação do Campo, Matemática e Biologia EaD, Matemática e Pedagogia - Parfor, bacharelado em Administração EaD; as especialização em Educação do Campo, Educação Matemática, Gestão Pública Municipal EaD e mestrado profissional em Matemática.

Quadro 54: Acervo geral – Campus de Arraias.

MATERIAL	TÍTULO	EXEMPLARES
Livros	5.077	13.780
Revistas	--	--
Monografias graduação	572	572
Monografias de especialização	--	--
Dissertações	35	35
Teses	22	22
Multimeios (cd's, dvd's e fitas cassete)	--	--
Outros	--	--
TOTAL GERAL	5.706	14.409

Fonte: PDI, 2015.

A infraestrutura da biblioteca do Campus de Arraias ocupa uma área total de 233,28 m²; com nove módulos de estudo individual, seis mesas para estudo de grupo e 40 assentos, 50 m² de área para sala da gerência, processamento técnico e referência; setor de circulação e atendimento com 89,05 m² de área climatizada e informatizada.

3.5.1.3 Campus de Gurupi

A área do Campus de Gurupi pode ser observada no quadro 55.

Quadro 55: Descrição das edificações do Campus de Gurupi com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Área	Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Laborat.	Audi t.	Adm. / Apoio	Sala de Prof.
			Const.							
BL. PAD. LABORAT. (A)	Gurupi	1	468,44	ativado	-	-	468,44	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (B)	Gurupi	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (C)	Gurupi	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (D)	Gurupi	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
P. ANTIGO S. AULA	Gurupi	1	403,18	ativado	-	372,90	-	-	30,28	-
P. ANTIGO. ADMINISTRATIVO	Gurupi	1	523,00	ativado	185,44	-	-	-	337,56	-
LAB. ANTIGOS	Gurupi	1	372,00	ativado	-	-	372,00	-	-	-
LAB. ANTIGOS	Gurupi	1	81,50	ativado	-	-	81,50	-	-	-
LAB. ANTIGOS	Gurupi	1	122,33	ativado	-	-	122,33	-	-	-
DEPÓSITO	Gurupi	1	118,00	ativado	-	-	-	-	118,00	-
LAB. CASADINHO	Gurupi	1	343,15	ativado	-	-	343,15	-	-	-
CANTINA ANTIGA	Gurupi	1	95,42	ativado	-	-	-	-	95,42	-
CANTINA NOVA	Gurupi	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-
CENTRO DE EDUC. A DIST.	Gurupi	2	417,79	ativado	-	167,27	73,00	-	177,52	-
ANFITEATRO	Gurupi	1	1.650,00	ativado	-	-	-	1.650,00	-	-
2 SALAS DE AULA PARA LAB.	Gurupi	1	197,22	ativado	-	-	197,22	-	-	-
INCUBADORA	Gurupi	1	896,47	ativado	-	-	-	-	896,47	-
BALA BIBLIOTECA	Gurupi	2	1.459,33	ativado	1.459,33	-	-	-	-	-
BALA COORDENAÇÃO	Gurupi	2	1.459,33	ativado	-	-	-	-	711,72	747,61
BL. PADRÃO S. AULA (E)	Gurupi	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S.	Gurupi	1	468,44	ativado	-	468,44	-	-	-	-

AULA (F)											
COMPLEXO LAB. BIOTECNOLOGIA	Gurupi	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-	
COMPLEXO LAB. CIÊNCIAS AGR.	Gurupi	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-	
LAB. RESÍDUOS SÓLIDOS	Gurupi	1	197,64	ativado	-	-	197,64	-	-	-	
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	Gurupi	1	1.228,89	ativado	-	-	-	-	1.228,89	-	
LAB. PRODUÇÃO VEGETAL	Gurupi	1	709,15	ativado	-	-	709,15	-	-	-	
BL. S. AULA 3PAV.	Gurupi	3	3.690,68		-	3.027,77	-	662,91	-	-	
BIBLIOTECA	Gurupi	2	2.744,96		2.744,96	-	-	-	-	-	
ÁREA TOTAL - GURUPI			21.620,59		4.389,73	5.910,14	4.503,47	2.312,91	3.756,73	747,61	

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

A biblioteca do Campus de Gurupi constitui-se em uma unidade de apoio acadêmico que tem por finalidade principal fornecer a literatura básica e complementar dos cursos oferecidos. O acervo atende aos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Biotecnologia e Química Ambiental; os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Produção Vegetal e Biotecnologia; e é apoio pedagógico aos cursos de Química, Física e Biologia UAB, e Parfor de Geografia, Biologia e Matemática (ver quadro 56).

Quadro 56: Acervo geral, Campus de Gurupi.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	6.965	16.513
Revistas	—	600
Monografias graduação	428	428
Monografias de especialização	—	—
Dissertações	59	59
Teses	24	24
Multimeios (cd's, dvd's e fitas cassete)	520	535
Outros	—	—
TOTAL GERAL	7.996	18.159

Fonte: PDI, 2015.

Em 2015, a biblioteca do Campus de Gurupi possuía cerca de 600 exemplares de periódicos ainda não classificados por área de conhecimento e incluídos no SIE/Módulo Biblioteca. Os 491 m² são divididos em: área destinada ao acervo, área destinada aos usuários, cabines individuais de estudo, sala de processamento técnico e salas para estudo em grupo. Há também computadores para consulta ao acervo e para o processamento técnico. O espaço é climatizado e possui recursos tecnológicos de acesso.

3.5.1.4 Campus de Miracema

A biblioteca do Campus de Miracema funciona em área de 160m² e atende aos cursos regulares de Pedagogia, Psicologia, Educação Física e Serviço Social e na modalidade Parfor aos cursos de História e Pedagogia, além da turma de Especialização em Educação Infantil (ver quadro 57).

A área do Campus de Miracema pode ser observada no quadro 57.

Quadro 57: Descrição das edificações do Campus de Miracema com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Área		Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Laborat.	Audit.	Adm. / Apoio	Sala de Prof.
			Const.								
PRÉDIO ADMINISTRATIVO	Miracema	2	1.868,48		Ativado		-	162,83	163,73	997,89	544,03
BIBLIOTECA (AV)	Miracema	2	417,79		Ativado	417,79	-	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA FEM.	Miracema	1	468,44		Ativado	-	388,44	60,00	-	20,00	-
BL. PADRÃO S. AULA MASC.	Miracema	1	468,44		Ativado	-	468,44	-	-	-	-
CANTINA	Miracema	1	160,87		Ativado	-	-	-	-	160,87	-
VESTIÁRIOS	Miracema	1	70,35		Ativado	-	-	-	-	70,35	-
BL. PADRÃO S. AULA FEM.	Miracema	1	468,44		Ativado	-	448,44	-	-	20,00	-

BIBLIOTECA - Campus II	Miracema	2	1.809,19			1.809,19	-	-	-	-	-
BL.S.AULA 3PAV.ALA Campus II	Miracema	3	2.040,27			-	659,31	360,83	360,82	659,31	-
QUADRA POLIESPORTIVA - CII	Miracema	1	1.795,00							1.795,00	
PISTA DE ATLETISMO - CII	Miracema	1	12.593,54							12.593,54	
ÁREA TOTAL - MIRACEMA			22.160,81			2.226,98	1.964,63	583,66	524,55	16.316,96	544,03

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

Quadro 58: Acervo geral – Campus de Miracema.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	8108	19.580
Revistas	98	1977
Monografias graduação e especialização	993	1023
Dissertações	207	217
Teses	58	59
Multimeios (CDs, DVDs e fitas cassete) e Outros (catálogo, encadernação e mapas, slides, recorte de jornais)	2261	2261
Folhetos	657	1613
TOTAL GERAL	12.382	26.730

Fonte: Direção do Campus de Miracema, 2017.

A infraestrutura tem área total de $160m^2$, é climatizada, tem quatro módulos para estudo individual, quatro mesas para estudo em grupo e 16 assentos. A sala da coordenação tem $10,97 m^2$; sala de processamento técnico, $10,97 m^2$; setor de circulação e atendimento, $33,75m^2$. Ainda conta com recursos tecnológicos para acessos.

3.5.1.5 Campus de Palmas

A área do Campus de Palmas pode ser observada no quadro 59.

Quadro 59: Descrição das edificações do Campus de Palmas com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Área		Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Laborat.	Audit.	Adm. / Apoio	Sala de Prof.
			Const.								
BLOCO A	Palmas	1	1.205,10		2007	-	1.095,71	-	109,39	-	-
BLOCO B	Palmas	1	1.205,10		2007	-	1.095,71	-	109,39	-	-
BLOCO C	Palmas	1	1.205,10		2007	-	1.095,71	-	109,39	-	-
BLOCO 1	Palmas	2	2.840,00		2007	-	2.251,00	517,80	-	51,20	20,00
BLOCO 2	Palmas	2	2.840,00		2007	-	-	320,00	-	2.460,00	60,00
BLOCO 3	Palmas	2	2.840,00		2007	-	-	2.151,00	539,00	150,00	-
BLOCO 4	Palmas	2	2.840,00		2007	-	-	-	-	2.840,00	-
BL. PAD. LABORAT. MEDIC.	Palmas	1	468,44		2008	-	-	468,44	-	-	-
BL. PAD. LABORAT. MEDIC.	Palmas	1	468,44		2008	-	-	468,44	-	-	-
BL. PAD. LABORAT. MEDIC.	Palmas	1	468,44		2008	-	-	468,44	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (E)	Palmas	1	468,44		2008	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (F)	Palmas	1	468,44		2008	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (G)	Palmas	1	468,44		2008	-	468,44	-	-	-	-
BALA ADMINISTRATIVO	Palmas	2	1.459,33		2008	-	-	30,00	-	694,33	735,00
AUDITÓRIO CUICA	Palmas	1	790,00		2008	-	-	-	790,00	-	-
CNTE (AV)	Palmas	2	417,79		ativado	-	179,32	73,00	-	165,47	-
LABORAT. AGROENERGIA (AV)	Palmas	2	417,79		ativado	-	-	417,79	-	-	-
LAB. TECNOLOG LEITE. (AV)	Palmas	2	417,79		ativado	-	-	417,79	-	-	-
ESTAÇÃO EXPERIM. (ENG/NUTRI)	Palmas	1	765,05		ativado	-	-	765,05	-	-	-
ESTAÇÃO EXP. (LAB. ALIM.)	Palmas	1	222,83		ativado	-	-	222,83	-	-	-
ESTAÇÃO EXPERIM. (LAB/ADM)	Palmas	1	481,04		ativado	-	-	-	-	481,04	-
LAB. FITOTERAPIA	Palmas	2	239,89		ativado	-	-	239,89	-	-	-
LAB. ENS. COMBUST. (LEDBIO)	Palmas	2	569,20		ativado	-	-	569,20	-	-	-
COPESE	Palmas	1	498,85		ativado	-	-	-	-	498,85	-
CANTINAS ANTIGAS (3 UNID.)	Palmas	1	279,00		ativado	-	-	-	-	279,00	-
ANFITEATRO - BLOCO D	Palmas	1	1.650,00		ativado	-	1.650,00	-	-	-	-
LAB. ENG. ALIMENTOS (AV)	Palmas	2	417,79		ativado	-	-	417,79	-	-	-
UMA (AV)	Palmas	2	417,79		ativado	-	167,27	73,00	-	177,52	-
CANTINA 1	Palmas	1	160,87		ativado	-	-	-	-	160,87	-
CANTINA 2	Palmas	1	160,87		ativado	-	-	-	-	160,87	-
BIBLIOTECA CENTRAL	Palmas	3	3.158,23		2010	3.158,23	-	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (H)	Palmas	1	468,44		ativado	-	468,44	-	-	-	-
BL. PADRÃO S. AULA (I)	Palmas	1	468,44		ativado	-	348,44	120,00	-	-	-
BALA COORDENAÇ	Palmas	2	1.459,33		ativado	-	-	-	-	709,33	750,00

ÃO											
CENTRO DE EDUC. A DIST.	Palmas	1	417,79	ativado	-	330,18	-	-	87,61	-	
BL. PAD. LABORAT. ENFERM.	Palmas	1	468,44	ativado	-	-	-	468,44	-	-	
RÁDIO UNIVERSITÁRIA	Palmas	1	182,58	ativado	-	-	-	-	182,58	-	
ALMOXARIFADO CENTRAL	Palmas	1	1.200,00	ativado	-	-	-	-	1.200,00	-	
REST. UNIVERSITÁRIO	Palmas	1	1.228,89	ativado	-	-	-	-	1.228,89	-	
BL. S. AULA 3PAV.	Palmas	3	3.690,68	ativado	-	3.690,68	-	-	-	-	
DEPÓSITO DE REAGENTES	Palmas	1	194,73	ativado	-	-	-	-	194,73	-	
LABMED - INFRA ESTADUAL	Palmas	1	198,65	ativado	-	-	198,65	-	-	-	
LAB. MICROBIOLOGIA ENTOM.	Palmas	1	178,40	ativado	-	-	178,40	-	-	-	
LABORAT. SOLOS - INFRA ESTAD.	Palmas	1	502,29	ativado	-	-	502,29	-	-	-	
CENTRO PESQ. DESENV. REGIO.	Palmas	2	417,79	ativado	-	417,79	-	-	-	-	
COMPLEXO LAB. 1 - ENG. CIVIL	Palmas	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-	
COMPLEXO LAB. 2 - NUTRIÇÃO	Palmas	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-	
COMP. LAB. 3 - COMUNIC. ARQ.	Palmas	1	969,52	ativado	-	-	969,52	-	-	-	
LABIN SAÚDE - Fapto	Palmas	2	741,80	ativado			741,80				
PISTA DE ATLETISMO	Palmas		15.561,17	ativado					15.561,17		
REITORIA	Palmas	4	6.278,84		-	-	-	-	6.278,84	-	
COMP. LAB. 4 - ARTES FILOSOF.	Palmas	1	969,52		-	-	969,52	-	-	-	
COMP. LAB. 5 - ENG. ELÉTRICA	Palmas	1	969,52		-	-	969,52	-	-	-	
COMP. LAB. 6 - CAMPUS	Palmas	1	969,52		-	-	969,52	-	-	-	
LABORATORIO BIONORTE - Fapto	Palmas	1	1.400,00				1.400,00				
ÁREA TOTAL - PALMAS			71.185,43		3.158,23	14.195,57	16.578,72	2.125,61	33.562,30	1.565,00	

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

A biblioteca do Campus de Palmas possui livros, dissertações e teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionados às diferentes áreas de conhecimento. As obras encontram-se ordenadas por assunto, de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, dissertações e teses) estão cadastrados no SIE/biblioteca, possibilitando a circulação de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

Quadro 60: Acervo geral, Campus de Palmas.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	15.762	57.706
Revistas	-	-
Monografias graduação	2.284	2.284
Monografias de especialização	69	69
Dissertações	362	362
Teses	43	43
Multimeios (CDs, DVDs e fitas cassete)	136	148
Outros	-	-
TOTAL GERAL	18.656	60.612

Fonte: PDI, 2015.

A área total construída é de 3.158,23 m², divididos em térreo, 1º andar, 2º andar, conta com 69 módulos para estudo individual; 189 mesas para estudo de grupo e 181 assentos; sala da coordenação; sala de processamento técnico; setor de circulação e atendimento; e 10 cabines de pesquisa na internet. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente e possui recursos tecnológicos para acesso ao acervo.

3.5.1.6 Campus de Porto Nacional

A área do Campus de Porto Nacional pode ser observada no quadro 61.

Quadro 61: Descrição das edificações do Campus de Porto Nacional com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Área Const.	Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Labo rat.	Aud it.	Adm. / Apoio	Sala de Prof.
P. ANTIGO ADMINISTRATIVO	P. Nacional	1	333,83	ativado	-	-	-	-	333,83	-
P. ANTIGO BIBLIOTECA	P. Nacional	2	818,44	ativado	818,44	-	-	-	-	-
BL. PAD. LABORAT. (A)	P. Nacional	1	468,44	ativado	-	-	468,44	-	-	-
P. ANTIGO BL. I - S. AULA	P. Nacional	2	793,00	ativado	-	637,36	-	-	155,44	-
P. ANTIGO S. PROFESSORES	P. Nacional	1	369,15	ativado	-	-	-	-	-	369,15
P. ANTIGO BL. II - LABOR./LABIN	P. Nacional	1	525,00	ativado	-	-	290,83	-	213,77	20,40
P. ANTIGO BL. III - S. AULA	P. Nacional	2	1.205,00	ativado	-	1.031,30	64,31	109,39	-	-
NEAMB 01	P. Nacional	2	668,00	ativado	-	-	668,00	-	-	-
SALA DE PROFESSORES - NEAMB	P. Nacional	2	492,16	ativado	-	-	-	-	-	492,16
NEAMB 02 (DEPÓSITO)	P. Nacional	1	70,72	ativado	-	-	70,72	-	-	-
CANTINA ANTIGA	P. Nacional	1	47,00	ativado	-	-	-	-	47,00	-
CNTE (AV)	P. Nacional	2	417,7	ativado	-	167,27	73,00	-	177,52	-

		9									
BL. PAD. LABORAT. (B)	P. Nacional	1	468,44	ativado	-	-	458,44	-	-	10,00	
BL. PAD. LABORAT. (C)	P. Nacional	1	468,44	ativado	-	-	468,44	-	-		
CANTINA	P. Nacional	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-	
CANTINA	P. Nacional	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-	
BIBLIOTECA (AMPLIAÇÃO)	P. Nacional	1	297,53	ativado	297,53	-	-	-	-	-	
BL. PADRÃO LAB. NUCLEOS (D)	P. Nacional	1	468,44	ativado	-	-	468,54	-	-	-	
LAB. ECOLOGIA ECOTONOS – Fapto	P. Nacional	1	606,82	ativado	-	-	606,82	-	-	-	
BL. S. AULA 3PAV.	P. Nacional	3	3.690,68		-	3.690,68	-	-	-	-	
BIBLIOTECA	P. Nacional	2	2.744,96		2.744,96	-	-	-	-	-	
ÁREA TOTAL - P. NACIONAL			15.275,58		3.860,93	5.526,61	3.637,54	109,39	1.249,30	891,71	

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

O acervo da biblioteca do Campus de Porto Nacional é composto por livros impressos, CDs, DVDs, monografias, dissertações, teses e periódicos voltados para as áreas de conhecimento relacionadas aos cursos de graduação e licenciatura em Letras, Ciências Biológicas, História e Geografia; cursos de especialização oferecidos na área de História e Letras, bem como os cursos de mestrado em Ecologia de Ecótonos, Letras e Geografia.

Quadro 62: Acervo Geral, Campus de Porto Nacional.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	27.721	36.729
Revistas	269	279
Multimeios (CDs, DVDs e fitas cassetes)	0	370
Monografia/dissertações/ Teses	862	1025
TOTAL	28.852	38.403

Fonte: Direção do Campus de Porto Nacional, 2018.

A área total de 835,4 m², climatizada, com os módulos de estudo individual que ocupam 78,78 m²; os módulos de estudo em grupo, 149,17 m²; a área de acervo de livro tem 244,24 m²; a área de acervo de periódicos, 84,12 m²; a área de acervo especial, 188,99 m²; mesas para estudo individual; mesas para estudo de grupo; sala da coordenação (não existe sala individual para a coordenação); sala de processamento técnico e coordenação, 16 m²; setor de circulação e atendimento. Possui recursos tecnológicos para acesso e consultas.

3.5.1.7 Campus de Tocantinópolis

A área do Campus de Tocantinópolis pode ser observada no quadro 63.

Quadro 63: Descrição das edificações do Campus de Tocantinópolis com área construída.

Edifício	Campus	Pav.	Área Const.	Ano de Conclusão	Bibliot.	Sala de Aula	Labor at.	Aud it.	Adm./ Apoio	Sala de Prof.
LAB. ESTUDOS	Tocantinópolis	1	265,00	ativado	-	-	265,00	-	-	-
BIBLIOTECA	Tocantinópolis	1	504,00	ativado	504,00	-	-	-	-	-
BRINQUEDOTECA	Tocantinópolis	1	265,00	ativado	-	-	265,00	-	-	-
ALA B(SALA PROF.)	Tocantinópolis	1	260,00	ativado	-	-	-	-	-	260,00
BLOCO ADM.	Tocantinópolis	1	305,20	ativado	-	-	-	-	305,20	-
BLOCO SALA AULA	Tocantinópolis	1	1.064,00	ativado	1.064,00	-	-	-	-	-
CANTINA	Tocantinópolis	1	48,00	ativado	-	-	-	-	48,00	-
LAB. INFORMÁTICA	Tocantinópolis	1	102,00	ativado	-	-	102,00	-	-	-
CNTE (EAD)	Tocantinópolis	2	417,79	ativado	-	167,27	73,00	-	177,52	-
CANTINA	Tocantinópolis	1	160,87	ativado	-	-	-	-	160,87	-
BIBLIOTECA - Campus II	Tocantinópolis	2	1.809,19		1.809,19	-	-	-	-	-
BL.S.AULA 3PAV.ALA 1- Campus II	Tocantinópolis	3	2.040,27		-	1.199,86	-	181,10	659,31	-
REFORMA ESCOLINHA	Tocantinópolis	1	566,76				566,76			
ÁREA TOTAL - TOCANTINÓPOLIS			7.808,08		3.377,19	1.367,13	1.271,76	181,10	1.350,90	260,00

Fonte: Prefeitura Universitária/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, 2017.

A biblioteca do Campus de Tocantinópolis é dividida em áreas específicas para atender bem aos usuários dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, técnicos administrativos e professores.

Quadro 64: Acervo geral, Campus de Tocantinópolis.

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	6.491	14.662
Revistas	360	360
Monografias graduação	55	55
Monografias especialização	39	39
Dissertações	-	-
Teses		
Multimeios (CDs, DVDs e fitas cassete)		
Outros		
TOTAL GERAL	6.945	15.116

Fonte: PDI, 2015.

A infraestrutura ocupa área total 504 m², climatizada; possui 18 módulos de estudo individual; 22 mesas para estudo de grupo e 106 assentos; sala da coordenação, sala de processamento, setor de circulação e atendimento. Possui recursos tecnológicos para consultas e acessos.

3.5.2 Evolução do investimento em infraestrutura no triênio

Na condição de IES em processo de expansão, tendo em vista que completará somente quinze anos em 2018, a UFT e seus *campi* possuem significativa demanda por investimentos em infraestrutura. Neste sentido, são apresentados os investimentos em obras, mobiliário e equipamentos, tanto na instituição, como para cada Campus.

Figura 9: Investimentos em obras, equipamentos e mobiliário no triênio.



Fonte: Proap, 2018.

Quadro 65: Evolução do investimento em infraestrutura por campus – UFT (R\$).

CAMPUS	ANO					TOTAL
	2013	2014	2015	2016	2017	
Araguaína	5.397.430,48	3.725.467,32	3.882.036,59	2.402.225,05	3.885.751,95	19.292.911,39
Arraias	3.150.619,21	717.040,18	2.142.822,80	4.795.357,86	1.665.816,22	12.471.656,27
Gurupi	484.750,30	5.518.931,28	2.745.481,95	5.967.819,81	691.934,63	15.408.917,97
Miracema	2.434.050,00	309.488,43	1.093.697,80	6.215.464,41	1.605.187,69	11.657.888,33
Palmas	5.067.912,57	2.818.396,64	2.963.852,10	1.421.016,76	293.836,67	12.565.014,74
Porto Nacional	836.500,00	3.710.498,36	2.778.585,76	4.438.095,95	315.870,08	12.079.550,15
Tocantinópolis	1.487.000,00	934.290,05	1.146.029,68	3.466.998,83	493.772,44	7.528.091,00
TOTAL	18.860.275,56	17.736.126,26	16.754.521,68	28.708.994,67	8.954.186,68	91.014.104,85

Fonte: Proap, 2018.

Quadro 66: Evolução da estrutura física por campus – UFT (m²).

CAMPUS	2015		2016		2017		2018 (Previsão de Inauguração)	
	Ano	Acumulada	Ano	Acumulada	Ano	Acumulada	Ano	Acumulada
Araguaína		23.117,25	1.660,24	24.777,49	2.009,19	26.786,68	2.744,96	29.531,64
Arraias		4.194,87	0,00	4.194,87	3.690,68	7.885,55	1.809,19	9.694,74
Gurupi	1.228,89	13.245,91	1.939,04	15.184,95	0,00	15.184,95	3.690,68	18.875,63
Miracema		3.922,81	0,00	3.922,81		3.922,81	5.644,46	9.567,27
Palmas		41.386,50	3.650,36	45.036,86	0,00	45.036,86	1.400,00	46.436,86
Porto Nacional		8.233,12	606,82	8.839,94	3.690,68	12.530,62	0,00	12.530,62
Tocantinópolis		3.391,86	0,00	3.391,86	1.809,19	5.201,05	2.607,03	7.808,08
REITORIA		-		-		-	6.278,84	6.278,84
TOTAL	1.228,89	97.492,32	7.856,46	105.348,78	11.199,74	116.548,52	24.175,16	140.723,68

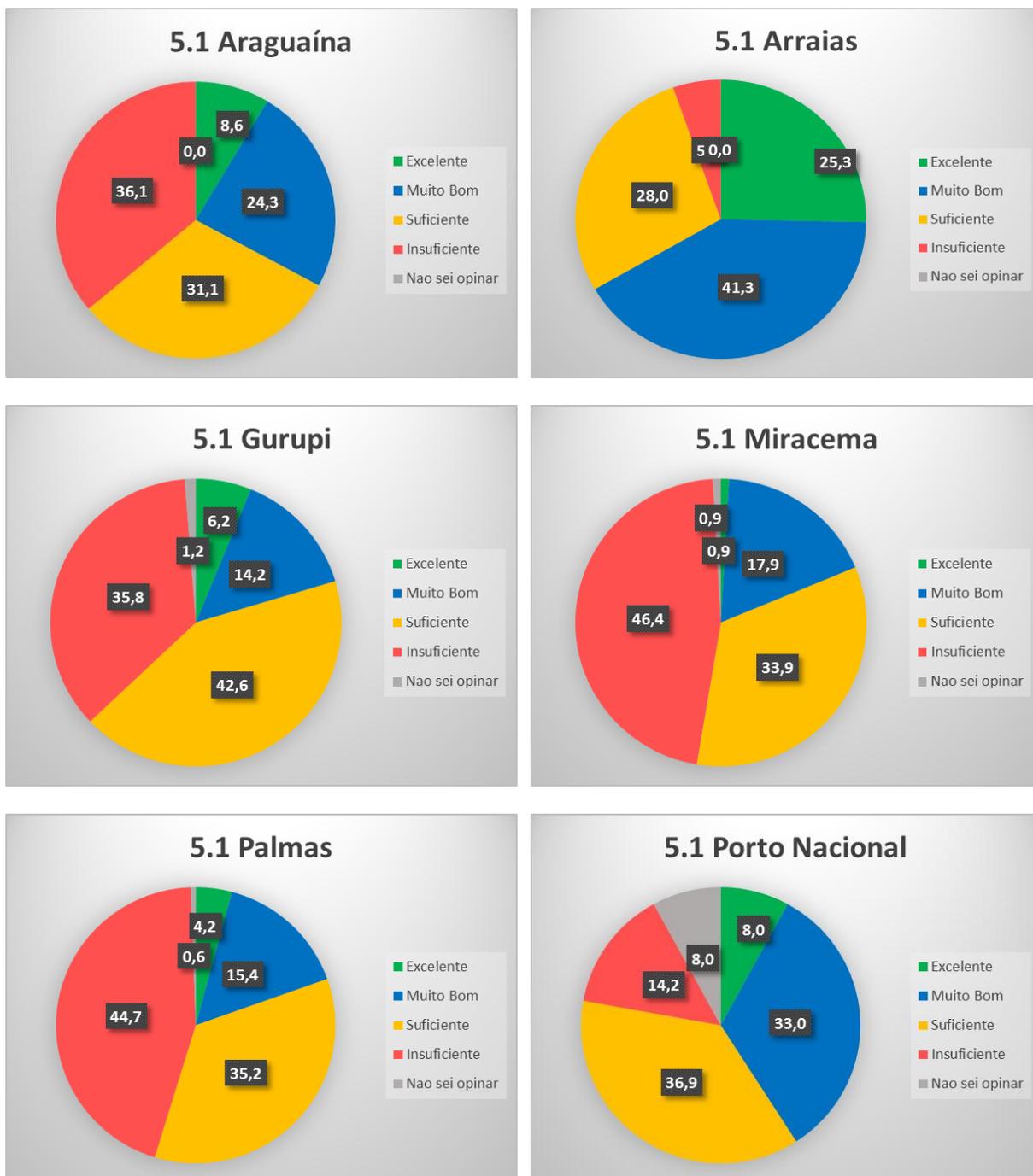
Fonte: Proap, 2018.

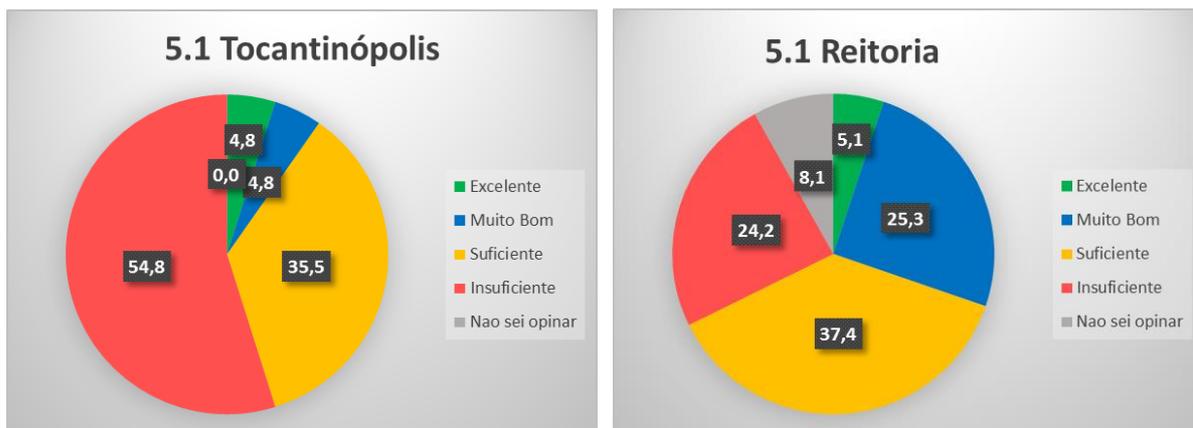
3.5.3 Apresentação dos Dados do Eixo 5 pela CPA

O questionário 2017 realizou oito questões sobre o eixo 5. Neste eixo as análises foram feitas por campus.

O gráfico 29 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e Reitoria em relação à questão 5.1

Gráfico 29: Questão 5-1 As instalações de salas de aula da UFT têm estrutura adequada.



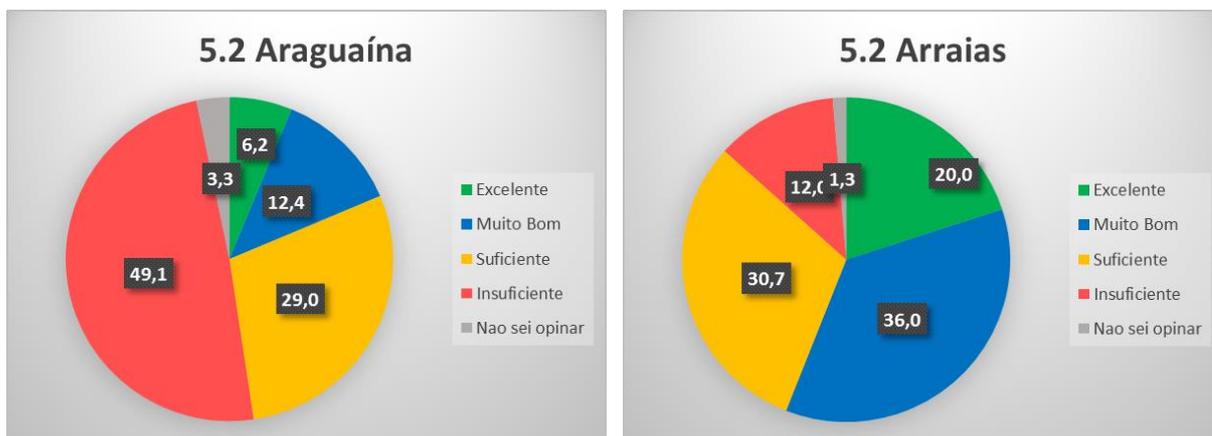


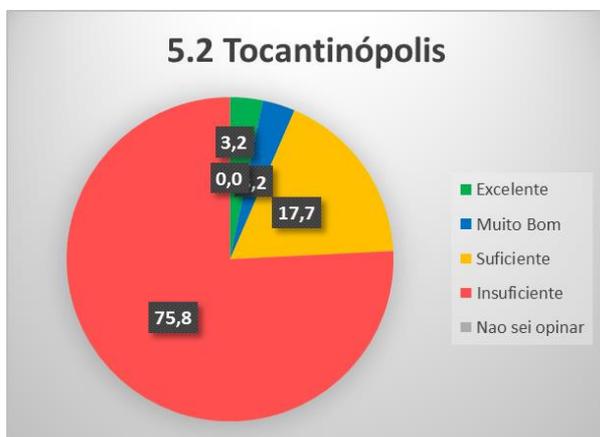
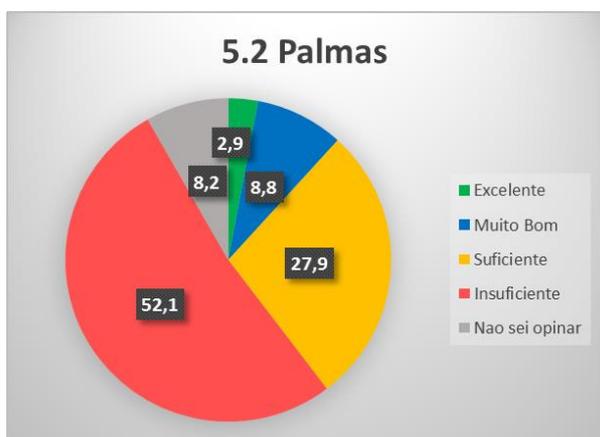
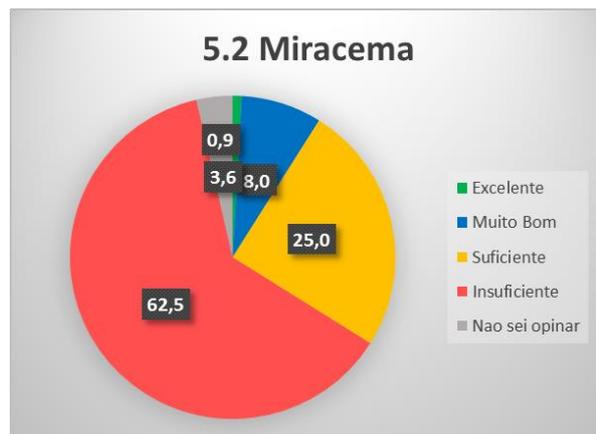
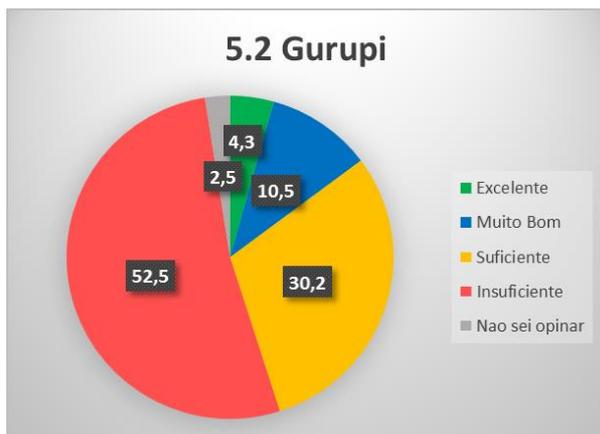
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A análise demonstra que a comunidade acadêmica consultada percebe que as instalações de salas de aula para o Campus de Araguaína são insuficiente, 36,1%; Arraias, muito bom, 41,3%; Gurupi, suficiente, 42,6%; Miracema, insuficiente, 46,4%; Palmas, insuficiente, 44,7%; Porto Nacional, suficiente, 36,9 %; Reitoria, suficiente, 37,6%; Tocantinópolis, insuficiente, 54,8%.

O gráfico 30 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e Reitoria em relação à questão 5.2.

Gráfico 30: Questão 5-2 Os laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais, e de prestação de serviços) da UFT têm estrutura adequada para seus fins.



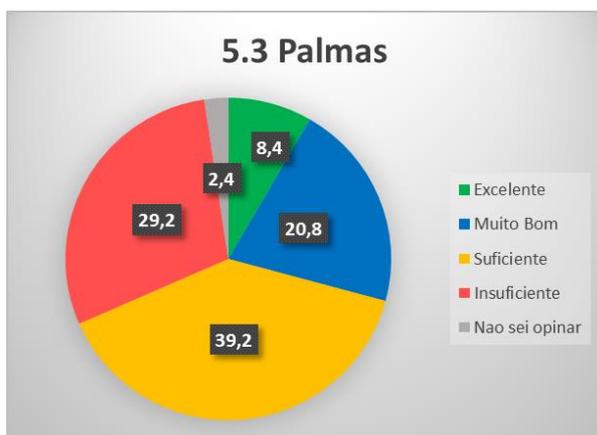
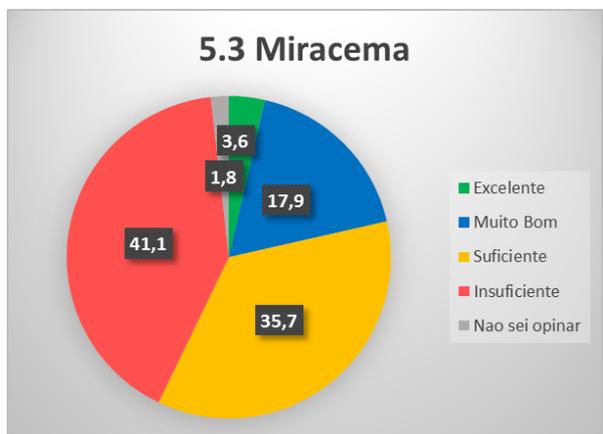
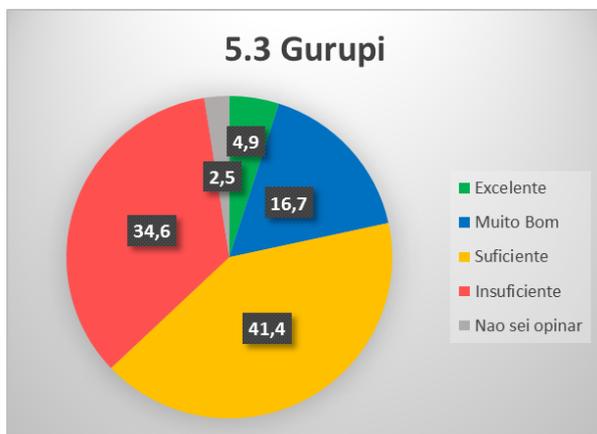
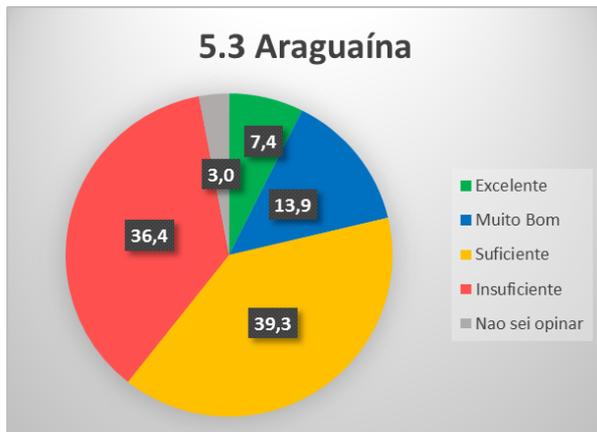


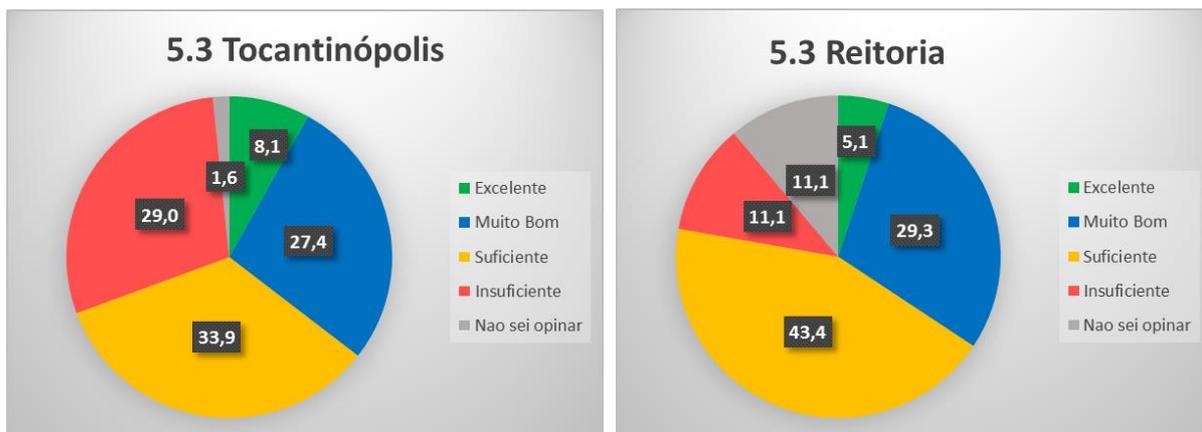
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A análise demonstra que comunidade acadêmica consultada avalia que os laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais, e de prestação de serviços) para o Campus de Araguaína são 49,1% insuficiente; Arraias, 36% muito bom; Gurupi, 52,5% insuficiente; Miracema, 62,5% insuficiente; Palmas, 52,1% insuficiente; Porto Nacional, 38,1 % suficiente; Reitoria, 31,3% suficiente; Tocantinópolis, 75,8% insuficiente.

O gráfico 31 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e Reitoria em relação à questão 5-3.

Gráfico 31: Questão 5-3 A Biblioteca do seu Campus atende a sua finalidade.



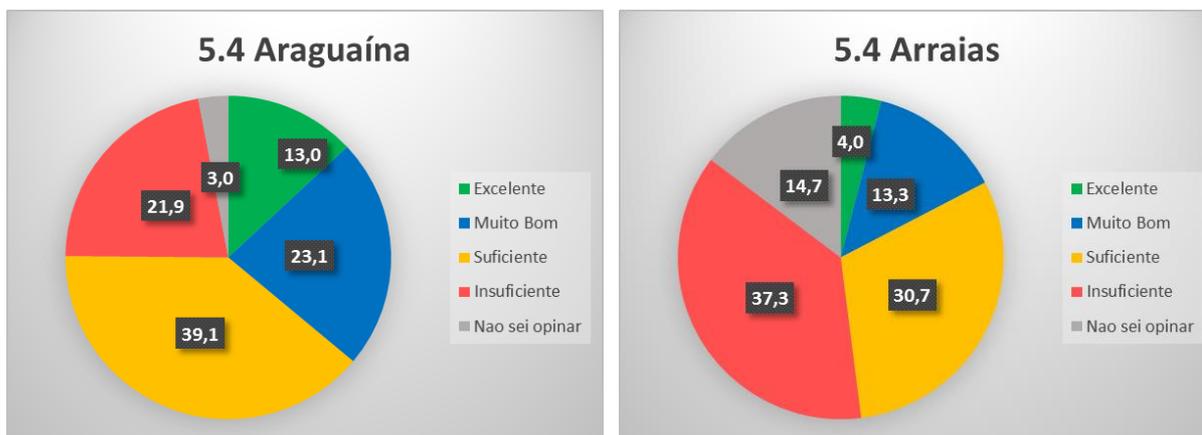


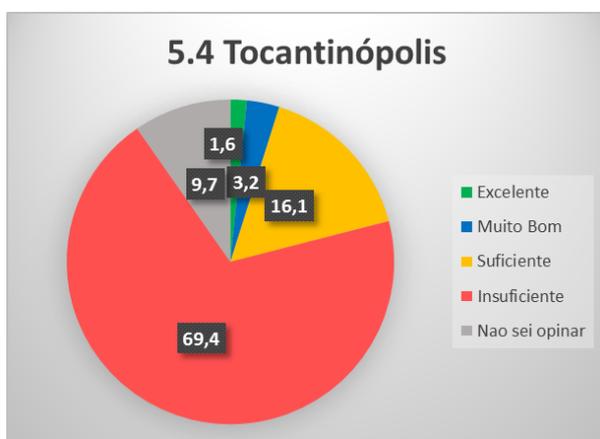
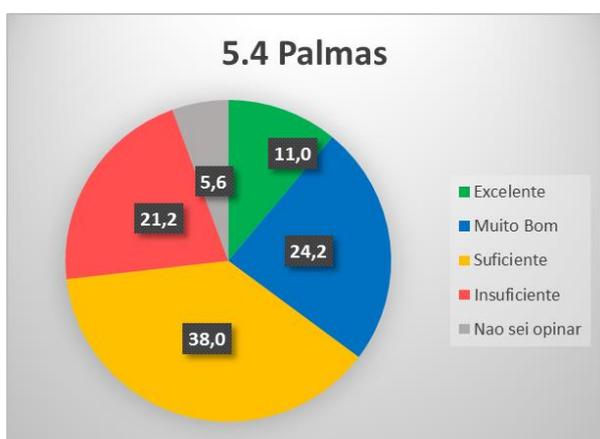
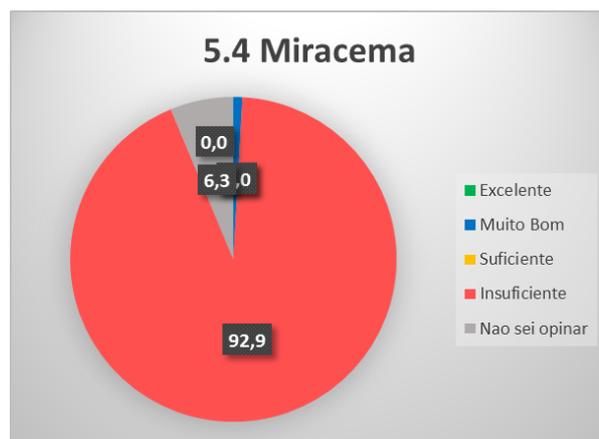
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

A análise demonstra que a comunidade acadêmica consultada avalia a Biblioteca do seu Campus considerando as seguintes respostas: Campus de Araguaína, 39,3% suficiente; Arraias, 30,7% muito bom; Gurupi, 41,4% suficiente; Miracema, 41,1% insuficiente; Palmas, 39,2% suficiente; Porto Nacional, 33,5 % insuficiente; Reitoria, 43,4% suficiente; e Tocantinópolis, 33,9% insuficiente.

O gráfico 32 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e reitoria em relação à questão 5.4.

Gráfico 32: Questão 5.4 As cantinas e/ou RU (Restaurante Universitário) no seu Campus atendem a comunidade acadêmica.



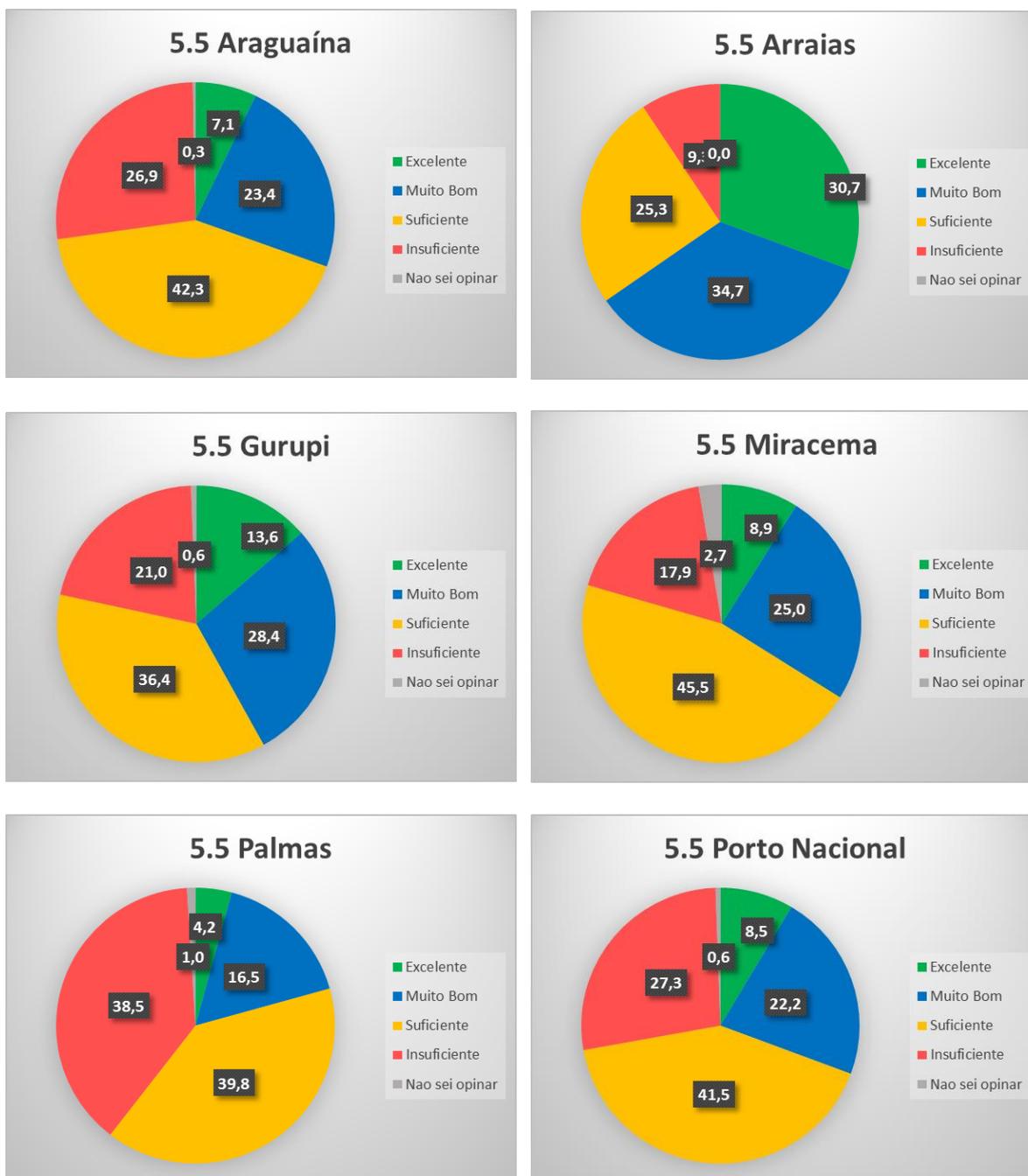


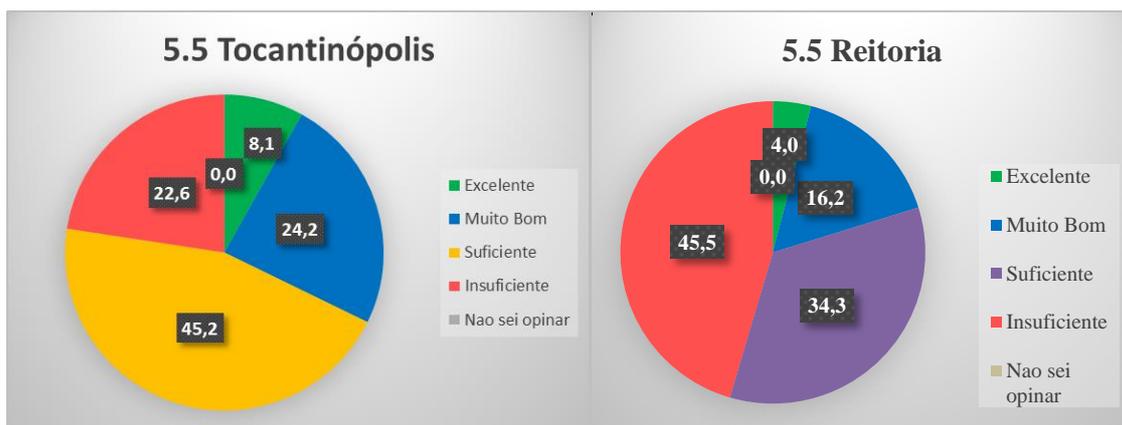
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Segundo a comunidade acadêmica, as cantinas e/ou RU (Restaurante Universitário) são suficientes nos *campi* de Araguaína, 39,1% suficiente; insuficiente em Arraias, 37,3%; insuficiente em Miracema, 92,9%; Gurupi, 33,3% excelente; Palmas, 38% suficiente; Porto Nacional, 33,5 %; Tocantinópolis, 69,4% e Reitoria, 35,4%.

O gráfico 33 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e Reitoria em relação à questão 5.5.

Gráfico 33: Questão 5.5 As instalações sanitárias de seu Campus são acessíveis e adequadas aos seus usuários.

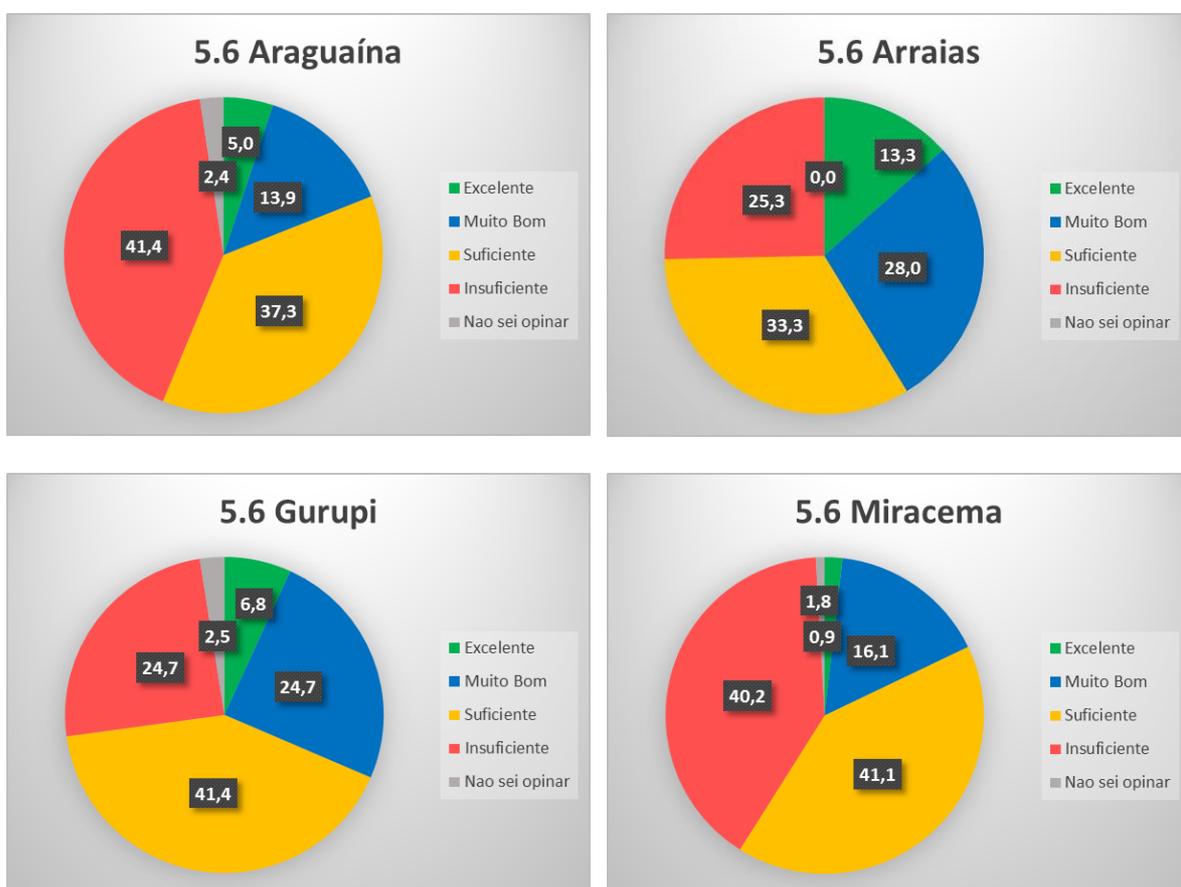


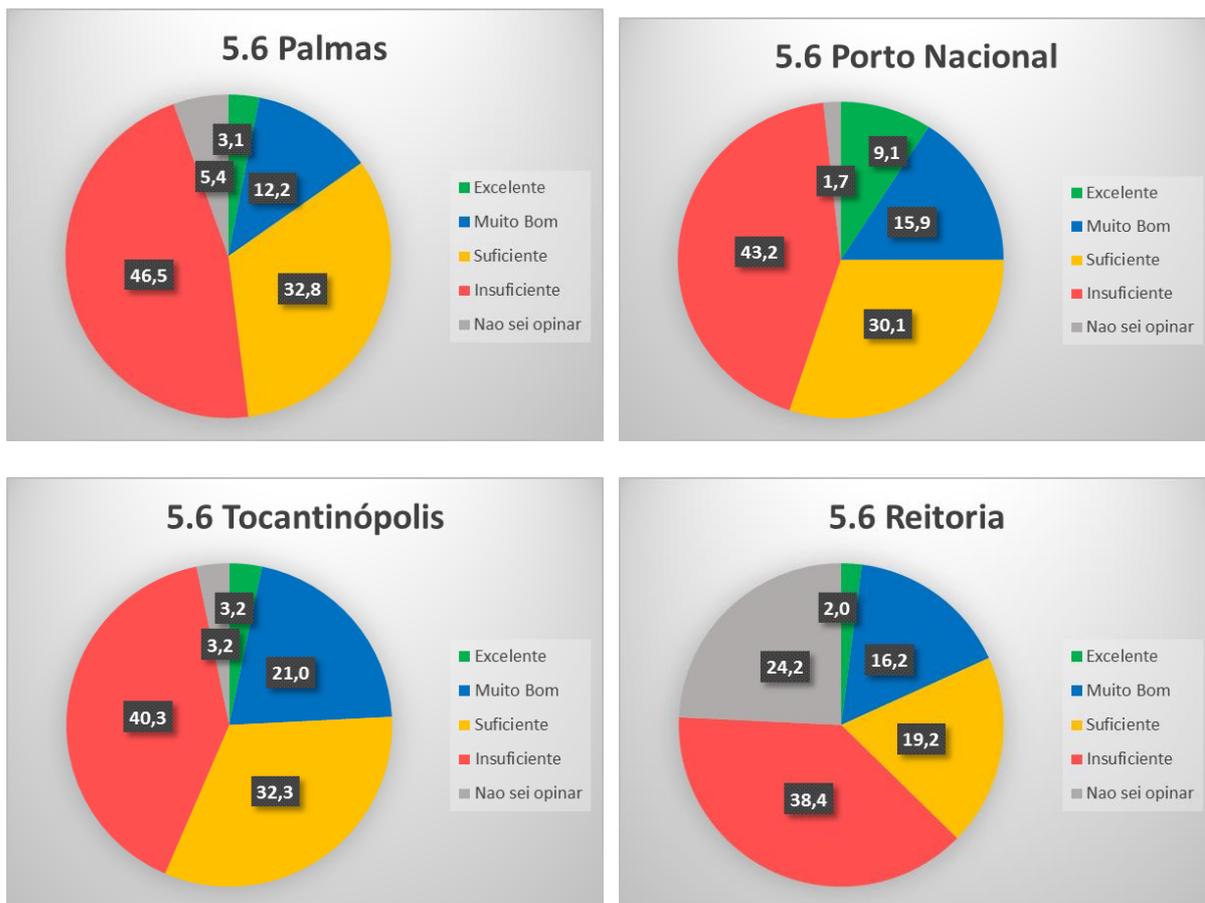


Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

As instalações sanitárias dos *campi* de Arraias (34,7%) muito bom, Araguaína (42,3%); Gurupi (36,4%); Palmas (39,8%); Miracema (45,5%), Tocantinópolis (45,2%) Porto Nacional (41,5 %) apresentam índices de satisfação suficiente, além da Reitoria (45,5%) que avalia as instalações sanitárias como insuficientes, em termos de adequação e acessibilidade.

Gráfico 34: Questão 5.6 Os espaços para o atendimento/orientação aos alunos no seu Campus são adequados.



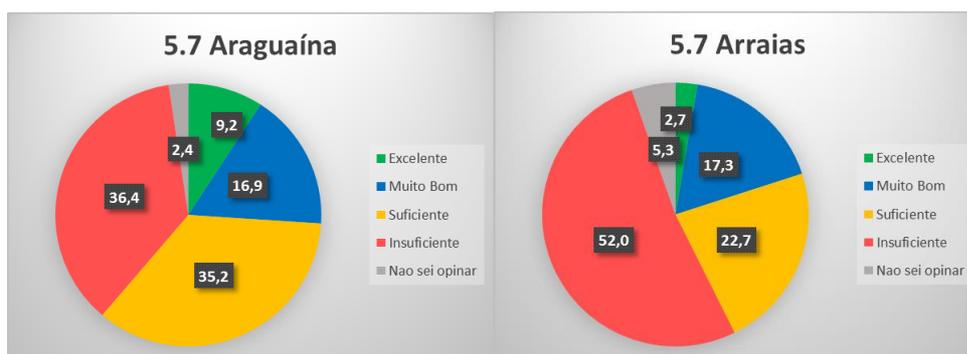


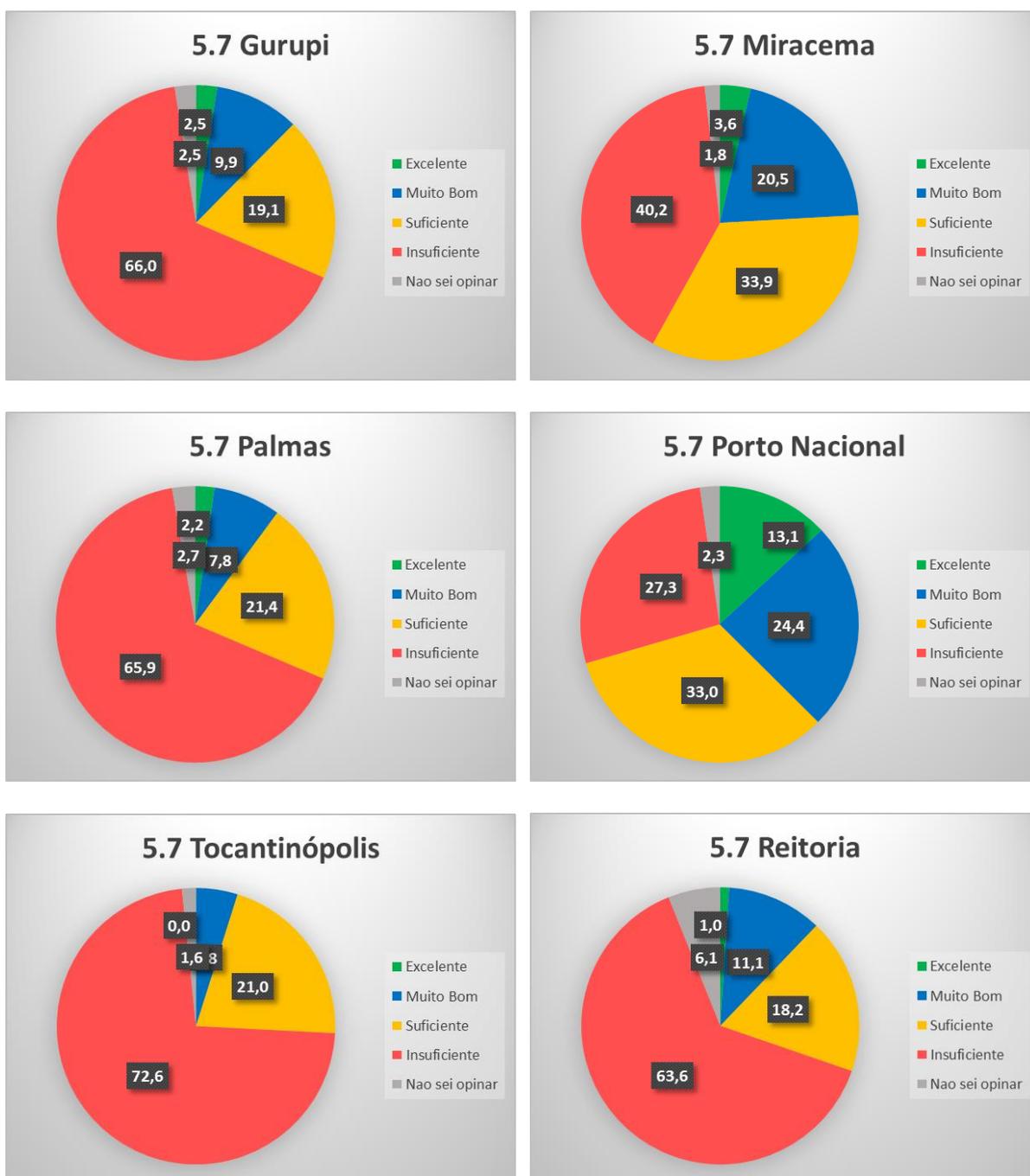
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Os espaços para atendimento e/ou orientação aos alunos foram considerados insuficientes nos *campi* de Araguaína (44,7%), Palmas (46,5%), Porto Nacional (43,2%) e Tocantinópolis (40,3%), além da Reitoria (38,4%). Consideraram suficiente os *campi* de Arraias (33,3%), Gurupi (41,4%) e Miracema (41,1%).

O gráfico 35 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e reitoria em relação à questão 5.7.

Gráfico 35: Questão 5.7 Os espaços de convivência e área de lazer atendem a comunidade acadêmica



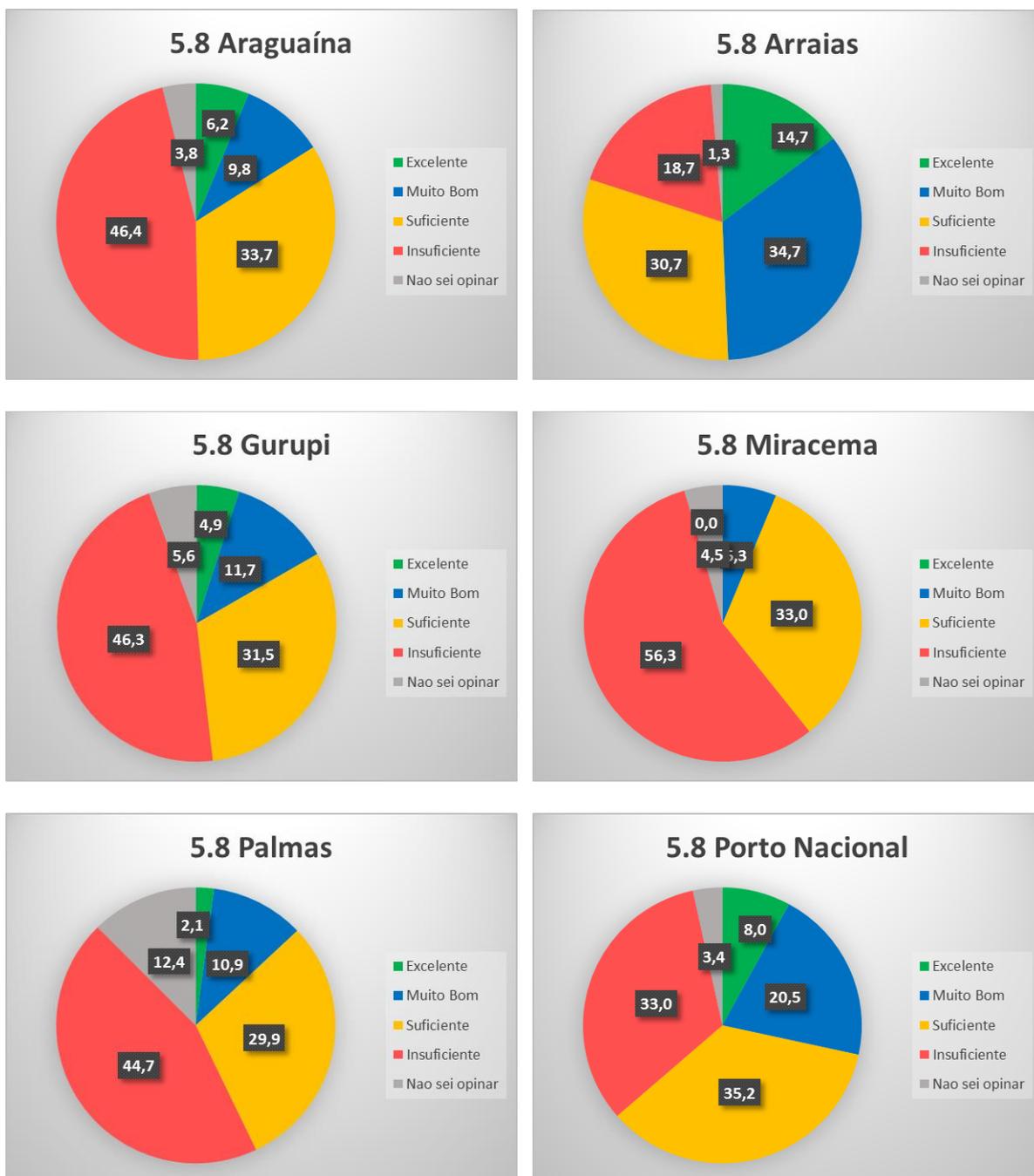


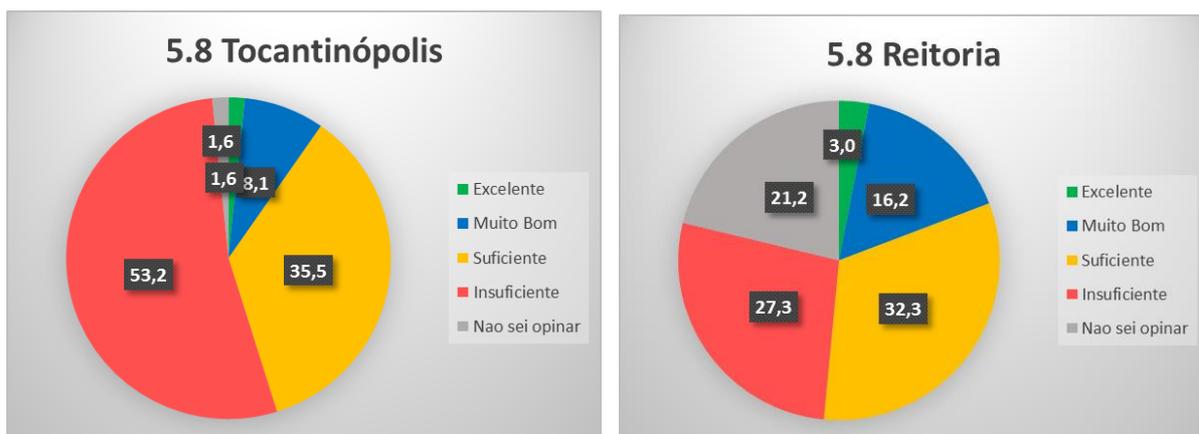
Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Os índices referentes aos espaços de convivência e área de lazer são insuficientes em todos os *campi* (Araguaína, 36,4%), Arraias (52%), Gurupi (66%), Miracema (40,2%), Palmas (65,9%), Tocantinópolis (72,6%) e Reitoria (63,6%), exceto em Porto Nacional, que avalia como suficiente (33%).

O gráfico 36 mostra os resultados em porcentagem para os *campi* e reitoria em relação à questão 5.8.

Gráfico 36: Questão 5.8 Os laboratórios de informática e os recursos de tecnologias de informação e comunicação no seu Campus tem infraestrutura adequada.





Fonte: Questionário de Avaliação Institucional, CPA, 2017.

Os laboratórios de informática e os recursos de tecnologias de informação e comunicação, segundo avaliação da comunidade acadêmica o índice que melhor avalia é o de insuficiente para os *campi* de Araguaína (46,4%), Gurupi (46,3%); Miracema (56,3%), Palmas (44,7%) e Tocantinópolis (53,2%). O Campus de Porto Nacional (35,2%), além da Reitoria (32,3%), avaliam como suficientes os laboratórios existentes. Por fim, o Campus de Arraias (34,7%) classificou como muito bom.

3.5.4 Recomendações da CPA em relação ao Eixo 5

Os dados expressos pelos gráficos caracterizam um nível elevado de insatisfação da comunidade acadêmica no que se refere à infraestrutura.

Recomenda-se à gestão central que verifique junto aos Campi as situações que conduziram a divergências de opinião entre os dados da gestão e a percepção da comunidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Nesta seção, realiza-se um diagnóstico parcial a respeito dos avanços institucionais e desafios a ser enfrentados pela CPA, considerando o ciclo avaliativo 2015-2017, conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 65. Destacam-se alguns avanços vivenciados pela UFT no triênio e alguns desafios a serem superados.

Quanto aos avanços vivenciados pela UFT:

1. Realização de seminários de avaliação institucional:
 - Teve como objetivo a divulgação dos indicadores de qualidade que se dividem em três frentes: Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Enade;
 - Reforçar a importância dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) como agentes principais no acompanhamento pedagógico dos cursos considerando os relatórios do ENADE e a metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
2. Avançou quantitativamente no processo de autoavaliação na aplicação dos questionários para 2017, devido ao trabalho em conjunto da CPA, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e Diretoria de Comunicação (DICOM) na construção, acessibilidade digital e divulgação do questionário respectivamente.
3. Credenciamento da Gestão universitária no sentido de fortalecer e divulgar a importância da avaliação institucional e do papel da CPA, através de ações como: divulgação da avaliação institucional externa realizada "in loco" para fins de "Recredenciamento" e melhor comunicação da gestão universitária na disponibilização dos dados que subsidiam a autoavaliação em relação ao ano de 2016.

Quanto aos desafios a serem enfrentados no próximo triênio pela CPA, entre outros, destacamos:

- a) A construção de indicadores de autoavaliação, pela proposta de um modelo único em cada dimensão, que permita a comparação da evolução de cada uma delas; bem como a proporção entre as metas e ações do PDI
- b) Consolidar a realização de reuniões descentralizadas, no âmbito da CPA, visando o fortalecimento das CSAs e da CPA na UFT.
- c) Avançar quantitativamente no processo de autoavaliação, a partir da reestruturação da aplicação dos questionários para 2018, almejando conseguir uma porcentagem representativa.
- d) Esforços devem ser empreendidos para que todas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) consigam compilar as necessidades de atendimento aos alunos, as deficiências operacionais, os problemas locais de funcionamento e gerar um relatório que será encaminhado a CPA para fazer parte do Relatório Institucional da UFT. Os resultados das avaliações realizadas pelas CPA e CSAs devem servir para ampliar e projetar o desenvolvimento futuro da UFT e para resolver problemas que não haviam sido planejados ou previstos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – RELATÓRIO 2018 (ANO BASE 2017)

Com relação às respostas obtidas no questionário aplicado à comunidade acadêmica em 2017, A CPA, ressalta seis ações que a gestão da UFT deverá considerar.

ACÇÃO 1- Articulação entre Reitoria, Pró-reitoria de Graduação, Direções de Campus, Coordenações de Cursos e Núcleos Docentes Estruturantes, para o cumprimento dos objetivos expressos no PDI, no âmbito do processo de ensino aprendizagem, para atender a responsabilidade social da instituição;

ACÇÃO 2- Políticas que melhorem a comunicação com a comunidade interna e externa;

ACÇÃO 3- Promoção de recursos para a divulgação das atividades de pesquisa e extensão;

ACÇÃO 4- Procedimentos que desburocratizem e simplifiquem rotinas internas e melhorem a transparência das ações de pesquisa e extensão e seus respectivos resultados;

ACÇÃO 5- Disponibilização de dados globais, em formato específico, a exemplo do “UFT em números”, já editado outras vezes, aperfeiçoando-o e tornando obrigatória a publicação anualmente no início do calendário civil, com dados quantitativos das ações/resultados administrativos-financeiros e acadêmicos, para subsidiar os relatórios institucionais;

ACÇÃO 6- Ações concretas de acessibilidade devem ser executadas para adequar a infraestrutura nos campi da UFT;

ACÇÃO 7- O estado do Tocantins e seus municípios possuem inúmeras demandas, em todas as áreas do conhecimento, ensejando uma atuação conjunta entre Prograd, Propesq e Proex. Diante do papel exercido pela UFT no Estado, os projetos de extensão devem assumir condição de protagonismo na relação com a sociedade tocantinense.

6 INDICADORES DAS AÇÕES DO TRIÊNIO 2015-2017

As ações desenvolvidas no ciclo avaliativo 2015-2017, que merecem ainda atenção da CPA no próximo triênio (2018-2020) estão destacadas a seguir² e foram organizadas em cinco eixos como proposto pelo Sinaes: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas; Eixo 4– Políticas de Gestão e Eixo 5 – Infraestrutura, conforme preconiza a Resolução N° 06 de 05 de abril de 2016 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016-2020, bem como as decorrentes das avaliações internas realizadas no período. Seguem ações que merecem avaliações institucionais internas a serem realizadas no próximo triênio.

6.1 Ações propostas para o Eixo 1: Planejamento e avaliação Institucional

Para a proposição das ações do Eixo 1, a CPA elabora três propostas baseadas na Avaliação Acadêmica do triênio 2015-2017. Neste sentido nota-se que há a necessidade de ampliar a divulgação do questionário, facilitar o acesso as informações da gestão e maior comprometimento das unidades gestoras (UGs) em atender as solicitações desta Comissão, posto que foi enviado e reenviado memorandos solicitando os dados que completariam o relatório e algumas UGs não responderam. Tendo em vista que a participação das unidades gestoras é fundamental para o andamento crescente do processo, o compartilhamento das informações é primordial para que a avaliação institucional cumpra seus objetivos.

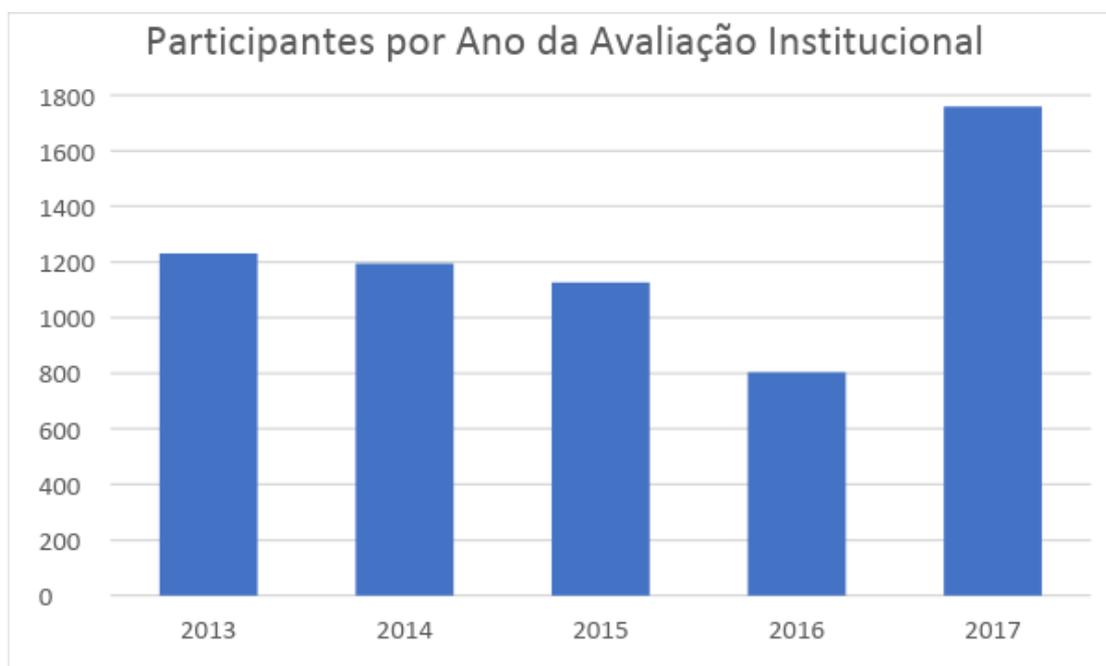
Ação 1 – CPA TRIÊNIO 2018-2020:- Investir na divulgação efetiva dos instrumentos avaliativos da Comissão Própria de Avaliação, instigando a participação da comunidade no processo.

No que diz respeito ao Eixo 1 – Planejamento e avaliação Institucional, verifica-se que as ações contidas no quadro 52 do PDI, que dispõe a Matriz de Risco da UFT, tem como meta (1.2.3.) Promover o acompanhamento e a avaliação sistemática dos processos institucionais e de forma retroalimentar as ações do planejamento; que se realizará a partir das seguintes ações: A 1.2.3.1. Encaminhar relatório de execução das ações propostas; A 1.2.3.2. Realizar monitoramento da execução das metas e ações; A 1.2.3.3. Realizar monitoramento do cumprimento das recomendações dos Órgãos de Controle. Sendo assim, merecem ser consideradas pela gestão acadêmica, posto que subsidiam a elaboração do relatório de avaliação institucional produzido pela Comissão Própria de Avaliação.

Ressalte-se que desde 2013, esta foi a avaliação com maior participação da comunidade acadêmica. Sendo 1.231 respostas no primeiro ano da pesquisa (2013), 1.195 respostas em 2014, 1.127 no ano de 2015, e, em 2016, 803 respostas e 1.740, em 2017, conforme pode se observar na figura a seguir.

² De acordo RESOLUÇÃO N° 06 DE 05 DE ABRIL DE 2016, que Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016-2020, meta 1.1.2. – Instituir mecanismos de acompanhamento do planejamento institucional, ação A 1.1.2.8. Atender as recomendações expedidas pela CPA e CSA's e Órgãos de Controle.

Figura 10: Participação da Comunidade Universidade por Ano de Avaliação.



Fonte: CPA, 2017

Ação 2 – CPA TRIÊNIO 2018-2020: Rever as políticas atuais de comunicação no que se refere ao alcance, disponibilidade e clareza das ações institucionais expressas no PDI, assim como a plena divulgação das metas/ações tanto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como dos Planos de Desenvolvimento dos Campi (PDCs).

O resultado da avaliação acadêmica 2017 aliada a interpretação de dados evidencia a falta de conhecimento da comunidade acadêmica em relação as metas e ações prescritas no PDI 2016-2020. Embora o triênio de avaliação 2015-2017 tenha uma parte incidindo sobre o PDI anterior, verifica-se que a divulgação não sofreu grandes alterações. Assim conforme está no Anexo I – Detalhamento das metas e ações da UFT (PDI, 2016), Quadro 55 – meta M 1.1.6: Implantar e realizar a manutenção da Plataforma de Informações, a qual incide sobre as ações: A 1.1.6.1: Elaborar anuário estatístico da UFT e A 1.1.6.2: Realizar coletas periódicas de dados para atender demandas internas e externas e, demandam acompanhamento atento por parte gestão acadêmica visando a divulgação ostensiva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nos *campi*.

A Pro Reitoria de Planejamento (Proap) acredita que esforços devem ser dispendidos para que as metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam cumpridas e, conseqüentemente, sejam realizadas melhorias nos processos de gestão. Após a construção do referido documento tornou-se necessária prática de monitoramento e avaliação para garantir que a universidade gerencie a estratégia de forma contínua.

A PROAP realiza o monitoramento da execução do PDI por meio do acompanhamento da execução das ações das Unidades e, pelo resultado dos indicadores de desempenho. Estes resultados são analisados e avaliados anualmente, para verificação da

execução das ações e se há necessidade de revisão/readequação, sempre observando as recomendações oriundas dos mecanismos de Avaliação Institucional.

Destaca-se ainda a relevância do Relatório de Gestão de prestação de contas anual ao Tribunal de Contas da União (TCU) como instrumento de caráter obrigatório e auditado por esse órgão externo de controle, que traz em seu conteúdo, as atividades institucionais desenvolvidas ao longo do exercício, compreendendo o ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Ação 3- CPA TRIÊNIO 2015-2017: Coleta e atualização de dados e informações numéricas de gestão e acadêmica no modelo publicado em 2014, UFT em números, a ser publicado até janeiro do ano subsequente.

Pela avaliação do triênio, a comunidade acadêmica, via questionário de avaliação institucional, demonstra que as ações encontradas no Anexo I – Detalhamento das metas e ações da UFT (PDI, 2016), Quadro 55 – meta M 1.1.5. Mapear e modelar processos administrativos ou institucionais, desdobra-se na ação A 1.1.6.2. Realizar coletas periódicas de dados para atender demandas internas e externas. Os dados obtidos com a realização dessa ação são relevantes para o relatório produzido pela Comissão Própria de Avaliação, além de trazer transparência para a gestão.

Anualmente as UGs elaboram o relatório de gestão até março, prazo esse que coincide com o envio de relatório da CPA. Neste sentido, a antecipação do prazo de apresentação do relatório de gestão não somente possibilita a disponibilização de documentos que permitem o diagnóstico institucional, etapa esta imprescindível para subsidiar o processo de planejamento, nos níveis nível estratégico, tático e operacional, como também possibilita a disponibilização de dados em tempo hábil para que se geste o relatório de avaliação institucional e este possa ser postado na *Plataforma e-MEC* no período correspondente.

6.2 Ações que merecem destaque no Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

No que diz respeito ao Eixo 2- Desenvolvimento Institucional, percebe-se pela avaliação do triênio 2015-2017 que a comunidade acadêmica via Questionário de avaliação CPA propõe:

Ação 4 – CPA TRIÊNIO 2018-2020: Buscar mecanismos efetivos para o cumprimento dos objetivos expressos no PDI, no que se refere a ensino aprendizagem, considerando a responsabilidade social da Instituição.

Observe-se que

A responsabilidade social de inclusão no âmbito econômico e cultural concentra-se majoritariamente na Proex, mesmo sendo de ciência de todos que a responsabilidade social abrange desde questões de ensino até condições físicas de uma IES.

A responsabilidade social da UFT perpassa pela preocupação em torná-la uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o ensino, pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

As ações extensionistas têm refletido a integração da Instituição com a comunidade externa. Destaca-se também a responsabilidade pelas políticas de auxílio ao desenvolvimento das comunidades de indígenas e quilombolas, atendendo assim de fato à demanda social da região.

A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada às diretrizes nacionais de extensão, pactuada desde 1999 pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e reformulações do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Federais de Ensino (Forproex). “A Extensão Universitária é o processo

educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. (PDI, 2016, pág. 54 e 55).

Neste sentido, viabilizar o conhecimento das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional torna-se complemento do monitoramento da execução das mesmas, através da participação efetiva da comunidade acadêmica. Destarte, se alcança o cumprimento das metas propostas, mormente, no que se refere à responsabilidade social da Instituição.

6.3 Ações que merecem destaque no Eixo 3 – Políticas acadêmicas

No que diz respeito ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, corroborando com o exposto no quadro 52 do PDI e/ou Anexo I – Detalhamento das metas e ações da UFT (PDI, 2016), Quadro 55, a CPA propõe:

Ação 5 – CPA TRIÊNIO 2018-2020: Dar maior visibilidade do Portal do Egresso para que se trace, através de pesquisa, o perfil e a necessidade de formação complementar.

Considerando o quadro 55 do PDI, destaca-se a Meta 3.11.1, que trata da Elaboração/ Implantação/ Manutenção de mecanismos institucionais para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional. A UFT dispõe do Portal do Egresso, cujas pesquisas de acompanhamento foram iniciadas pela Pró-reitoria de Graduação. Desse modo, esta iniciativa deve ser fortalecida e divulgada junto a comunidade acadêmica, uma vez que os dados decorrentes constituem subsídio fundamental para os cursos reavaliarem continuamente os PPCs.

Ação 6 – CPA TRIÊNIO 2018-2020: Acompanhar a atuação dos NDEs não apenas no que se refere a avaliação de cursos e avaliação institucional, mas também quanto aos indicadores de desempenho dos cursos (Enade e avaliação in loco) objetivando a excelência dos Cursos de Graduação da UFT.

Desde 2016, a CPA acompanha através dos Quadros de resultado das avaliações externas e internas dos Cursos de Graduação, por campus, os apontamentos dos relatórios ENADE e coleta de dados junto aos NDEs, enfatizando a importância da atuação deste nos Cursos.

No que diz respeito ao eixo 3- Políticas Acadêmicas, verifica-se que a partir das ações contidas no quadro 55 do PDI, deve-se observar atentamente a Ação 3.1.2.15, que destaca a necessidade de promover discussões a cada semestre nos Colegiados de Cursos para debater os dados referentes à evasão, à reprovação, à conclusão, ao desvinculamento, ao jubramento e à quantidade de alunos que já cursaram disciplinas com pré-requisito para auxiliar no planejamento semestral dos cursos. A Meta 3.1.4, que dispõe sobre o fortalecimento do Núcleo Docente Estruturante; A Meta 3.1.5, que diz respeito às Práticas Integradoras, com base na Ação 3.1.5.1, que aponta a reestruturação das Câmaras de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação, de Extensão e de Assuntos Estudantis, para subsidiarem os Conselhos Superiores com proposições que induzam à articulação do tripé da Universidade. Em complemento, a Matriz de Risco do PDI (Quadro 52), no item 15, expõe que, diante da

alta retenção de discentes, é preciso melhorar as políticas de acompanhamento dos discentes, bem como criar mecanismos capazes de qualificar as aulas ministradas pelos docentes.

6.4 Ações que merecem destaque no Eixo 4 – Políticas de Gestão

Ação 7 – CPA TRIÊNIO 2015-2017: Desburocratização de processos, procedimentos e rotinas internas, dentre elas a documentação do Estágio Supervisionado, estágio probatório e progressão dos servidores.

O Eixo 4- Políticas de Gestão, estabelece a Meta 4.3.7. que ressalta a importância do dimensionamento e da implementação de mecanismos para prática da Publicidade Legal visando ampliar a comunicação e transparência dos atos institucionais. Por sua vez, a Meta 4.3.8. destaca a importância da implantação do Sistema Integrado de Protocolo da UFT. Além disso, coloca-se como questão prioritária a Meta 4.4.1, concernente ao aprimoramento do módulo acadêmico do SIE. Em relação à Matriz de Risco (Quadro 52), sobressaem os itens 30, Ausência de formalização de procedimentos administrativos; 31, Ausência de definição de atribuição dos servidores/setores; e 32, Deficiências na fiscalização de contratos de obras e serviços.

As ações a serem implementadas para cumprimento das metas, expressas no PDI, exigem celeridade e comprometimento ante as fragilidades constatadas através da análise dos relatórios do triênio 2015-2017.

6.5 Ações que merecem destaque no Eixo 5 – Infraestrutura

Quanto ao Eixo 5 – Infraestrutura, observa-se que estão estabelecidas no PDI as seguintes metas: meta M 5.6.1. Definir padrões mínimos de qualidade para os projetos, edificações e ambientes administrativos, de ensino, pesquisa, extensão e convivência da UFT. Meta 5.1.2 Dimensionar, planejar e implementar a infraestrutura dentro dos padrões mínimos de qualidade para as salas de aula, Ação Implementar/recuperar a sinalização visual das salas de aula bem como a sinalização tátil das salas de aula de todos os seus prédios, conforme preceitua a NBR 9050. Meta 5.1.8. Dimensionar, planejar e implementar a infraestrutura dentro dos padrões mínimos de qualidade para o funcionamento de Instalações Sanitárias. Ação 5.1.8.1. Adequação dos banheiros as pessoas com necessidades especiais de acordo com a NBR 9050. Ação 5.9.3.5. Adequação das edificações já existentes os padrões de acessibilidade definidos nas NBR 9050 e NBR 15575-1. O referido contexto possibilita que a CPA recomende a ação 8:

Ação 8 – CPA TRIÊNIO 2018-2020: Implementar e fortalecer ações de acessibilidade e educação inclusiva a todas as pessoas com deficiência, ou que possuem alguma limitação, considerando a infraestrutura dos campi da UFT.

Observe-se que o PDI preconiza:

A implantação da Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Tocantins (PAEI/UFT), objetiva desenvolver um conjunto de ações articuladas para efetivar de maneira mais intensa a acessibilidade e inclusão das pessoas e servidores com deficiência no âmbito da UFT. A Universidade Federal do Tocantins instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece

que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. (PDI, 2016, p. 84).

A CPA entende que acessibilidade e inclusão são temas da mais alta relevância e, ao mesmo tempo, seu tratamento institucional ainda revela extrema fragilidade, ensejando a elaboração e execução de políticas institucionais que revertam o quadro presente nos sete *campi* que compõem a UFT, através do Programa Institucional UFT Social.